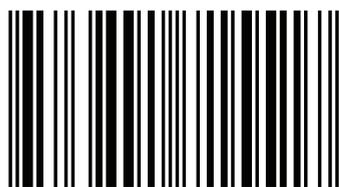


## Jornais impressos no Brasil

Em 1950, a chegada da modernização dos jornais impressos – que deixam de lado o romantismo e o amadorismo para se tornarem empresas lucrativas – leva à criação de uma nova forma de fazer jornalístico. O principal elemento desta transformação é a imposição de uma nova técnica para redigir os textos informativos, os quais passam a obedecer a regras e métodos estabelecidos por manuais de redação e estilo. Esse momento de transição entre o antigo e o novo se dá pela língua escrita, que se torna, em consequência, um dos principais elementos de transformação dos veículos. A partir da análise das construções presentes nas páginas dos jornais antes e depois do período de sua reestruturação, esta pesquisa tem como objetivo mostrar, por meio do aporte teórico dos Modelos Baseados no Uso e das teorias baseadas em abordagens construcionais, de que forma se verifica essa modificação, ocorrida em cerca de uma década, no domínio discursivo do jornalismo. Com relação ao foco da nossa análise, a comparação será especificamente entre os sintagmas nominais, desvinculados de verbos ou preenchendo a posição de sujeito nas orações.



Jornalista, Flávia Clemente de Souza tem mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora adjunta na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Pesquisa a história do jornalismo e suas interfaces, em estudos interdisciplinares.



978-3-8417-1551-7

Jornais impressos no Brasil

Souza



Flávia Clemente de Souza

## Jornais impressos no Brasil

A língua como elemento de transformação

 Novas Edições  
Acadêmicas

**Flávia Clemente de Souza**  
**Jornais impressos no Brasil**



**Flávia Clemente de Souza**

# **Jornais impressos no Brasil**

**A língua como elemento de transformação**

**Novas Edições Acadêmicas**

## **Impressum / Imprensa**

Bibliografische Information der Deutschen Nationalbibliothek: Die Deutsche Nationalbibliothek verzeichnet diese Publikation in der Deutschen Nationalbibliografie; detaillierte bibliografische Daten sind im Internet über <http://dnb.d-nb.de> abrufbar.

Alle in diesem Buch genannten Marken und Produktnamen unterliegen warenzeichen-, marken- oder patentrechtlichem Schutz bzw. sind Warenzeichen oder eingetragene Warenzeichen der jeweiligen Inhaber. Die Wiedergabe von Marken, Produktnamen, Gebrauchsnamen, Handelsnamen, Warenbezeichnungen u.s.w. in diesem Werk berechtigt auch ohne besondere Kennzeichnung nicht zu der Annahme, dass solche Namen im Sinne der Warenzeichen- und Markenschutzgesetzgebung als frei zu betrachten wären und daher von jedermann benutzt werden dürften.

Informação biográfica publicada por Deutsche Nationalbibliothek: Nationalbibliothek numera essa publicação em Deutsche Nationalbibliografie; dados biográficos detalhados estão disponíveis na Internet: <http://dnb.d-nb.de>.

Os outros nomes de marcas e produtos citados neste livro estão sujeitos à marca registrada ou a proteção de patentes e são marcas comerciais registradas dos seus respectivos proprietários. O uso dos nomes de marcas, nome de produto, nomes comuns, nome comerciais, descrições de produtos, etc. inclusive sem uma marca particular nestas publicações, de forma alguma deve interpretar-se no sentido de que estes nomes possam ser considerados ilimitados em matérias de marcas e legislação de proteção de marcas e, portanto, ser utilizadas por qualquer pessoa.

Coverbild / Imagem da capa: [www.ingimage.com](http://www.ingimage.com)

Verlag / Editora:

Novas Edições Acadêmicas

ist ein Imprint der / é uma marca de

OmniScriptum GmbH & Co. KG

Bahnhofstraße 28, 66111 Saarbrücken, Deutschland / Niemcy

Email / Correio eletrônico: [info@nea-edicoes.com](mailto:info@nea-edicoes.com)

Herstellung: siehe letzte Seite /

Publicado: veja a última página

**ISBN: 978-3-8417-1551-7**

Zugl. / Aprovado/a pela/pelo: Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015

Copyright / Copirraite © 2015 OmniScriptum GmbH & Co. KG

Alle Rechte vorbehalten. / Todos os direitos reservados. Saarbrücken 2015

Para João e Gabriel,  
meus filhos,  
por iluminarem meus dias.

Para Solon,  
por acreditar em mim,  
sempre.



## Índice

1	Transformações no jornalismo brasileiro do século XX.....	3
2	Surgimento e relevância dos jornais JB e O GLOBO .....	15
2.1	O surgimento do jornalismo impresso .....	15
2.2	Domínios discursivos, tipos e gêneros textuais .....	30
2.3	O jornalismo como domínio discursivo .....	34
3	Fundamentação teórico-metodológica .....	40
3.1	Categorização e a teoria dos protótipos .....	48
3.2	Categorias analíticas.....	53
3.3	Considerações metodológicas .....	81
4	Análise dos resultados.....	97
4.1	Distribuição geral das categorias ao longo das décadas .....	98
4.2	Análise das construções não verbais simples.....	116
4.3	Análise das construções verbais canônicas.....	122
4.4	Comparação dos resultados do uso de Especificadores em construções prototípicas não verbais simples e verbais canônicas .....	127
5	Análise qualitativa dos dados.....	131
5.1	O tratamento dado à prototipicidade .....	132
5.2	Complexidade ou sintetização?.....	136
5.3	Construções não-prototípicas .....	149
5.4	Demais construções e elementos nos dados analisados.....	157
6	Conclusão .....	171
7	Referências Bibliográficas .....	174



## 1 Transformações no jornalismo brasileiro do século XX

Em meados do século passado, o jornalismo brasileiro passou por transformações em suas características visuais e em sua linguagem editorial. Conforme relata o historiador Werneck Sodré (1977), o desenvolvimento da imprensa no Brasil nesse momento resultava do crescimento econômico do país, mas também seguia uma tendência mundial: “Há, no entanto, algo de universal, que pode aparecer mesmo em áreas diferentes daquelas em que surge por força de condições originais: técnicas de imprensa, por exemplo, no que diz respeito à forma de divulgar, ligadas à apresentação da notícia” (SODRÉ, 1977:452).

Sodré, e outros historiadores depois dele, apontam essas transformações como uma revolução, importada dos países nos quais a imprensa se encontrava mais desenvolvida. Como carro-chefe da evolução ocorrida no jornalismo brasileiro, houve a importação do *lide*<sup>1</sup>, formato de texto que, na época, já estava em uso nos Estados Unidos há cerca de meio século.

A partir de sua chegada e adaptação ao português e à cultura do jornalismo brasileiro – com destaque para a inovação nacional de adotar-se um *sublide*<sup>2</sup> –, os redatores passaram a elencar, já no primeiro parágrafo, as informações mais importantes do assunto tratado.

---

<sup>1</sup> De acordo com Lage (2005:58), *lide* é o “primeiro parágrafo da matéria impressa, no qual consta o fato principal ou mais importante de uma série, tomado por seu aspecto fundamental”. Alguns autores mantêm o termo em inglês “*lead*” e outros usam “*lide*”, sua forma portuguesa. O mesmo ocorre com a grafia de “*sublead*”/“*sublide*”.

<sup>2</sup> Conforme a definição do Dicionário de Comunicação (2002:697), *sublead* ou *sublide* é o “segundo parágrafo do texto jornalístico, resultante de um desdobramento do *lide*. O *sublide* é criação do jornalismo brasileiro, e inexistia na imprensa americana, de onde importamos a técnica do *lide*, na década de 50. Existem posições discordantes sobre sua importância e sua

A escolha destas informações não se dá de forma subjetiva ou aleatória. Não se trata de o redator escolher quais são os fatos mais importantes, para então descrevê-los. Trata-se de uma técnica de redação do texto desenvolvida a partir de um método, por meio do qual os jornalistas respondem seis perguntas que sintetizam o fato noticiado: a) O que? b) Quem? c) Quando? d) Onde? e) Como? f) Por quê?

Ao responder a essas seis perguntas, redigindo-as em formato de texto, o jornalista cria o lide da notícia que será publicada. Com esta nova técnica, os jornais da época subverteram tanto a cronologia quanto a narrativa linear dos acontecimentos. Lage (2005:73) explica que a origem do lide não está relacionada à tradição literária, mas ao uso oral, isto é, à maneira como, numa conversação, alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática e liga-se à intenção de comunicar. Werneck Sodré (1977:453) pontua o momento em que esta inovação ocorreu:

É possível apontar, como esforço pioneiro de reforma na técnica de apresentação de notícias, entre nós, o que foi realizado no **DIÁRIO CARIOCA**, em 1951, quando da fase iniciada na nova sede (...). Ao *lead* norte-americano, Luís Paulistano acrescentou o brasileiroíssimo *sublead*. Em 1956, o **JORNAL DO BRASIL** iniciou reforma também ampla, ajudada pela sólida estrutura empresarial deste diário, condição que o **DIÁRIO CARIOCA** não dispunha. Com um grupo de excelentes profissionais, entre os quais se destacavam Reinaldo Jardim e Ferreira Gullar, Jânio de Freitas revolucionou o jornal, dando apresentação inteiramente nova à matéria, em tarefa que só se completou em 1959.

(SODRÉ, 1977:453)

---

função no texto do jornal. O sublide é considerado, por alguns, apenas como recurso de **diagramação** (“uma ficção tipicamente regionalista, uma contrafação puramente estética”, segundo Lago Burnett), destinado a situar melhor a **notícia**, visualmente, dentro da página. Outros o consideram recurso de grande valor para a articulação do texto (um parágrafo imediato ao lide “onde se agrupam os fatos cuja ordem de importância é inferior aos do *lead* ou onde se desenvolvem aqueles fatos mencionados anteriormente” – Juvenal Portela). Nesta acepção, o sublide tem a função de disciplinar o desenvolvimento da **narrativa**, como um “pescoço” equilibra a **cabeça** (o lide) em relação ao corpo da notícia.”

Sodré destaca também – entre os empreendimentos voltados para este novo jornalismo – a iniciativa do jornalista Samuel Wainer ao fundar a *Última Hora*, em 1951, com formato e conteúdo revolucionários.

Além da adoção do lide, o texto como um todo passou a se basear no modelo também norte-americano traduzido em português pela expressão “pirâmide invertida”, o qual ordena por importância as informações do conteúdo. Assim, caso seja necessário cortar linhas para que a notícia caiba no espaço destinado, ela não precisa ser reescrita. Em casos urgentes, não necessita nem mesmo ser relida, bastando cortar os últimos parágrafos. Ao cortar de baixo para cima, o diagramador ou editor têm a certeza de que as informações mais importantes estão sendo preservadas, devido à construção em formato hierárquico. Isso garante mais agilidade no processo de confecção do jornal diário.

Além de se tratar de uma proposta industrial de modernização, com o objetivo de transformar os jornais em empresas lucrativas, a reforma nas redações brasileiras se deu devido a uma nova visão sobre a abordagem das notícias.

De acordo com Lage (2005:73):

O que caracteriza o texto jornalístico é o volume de informação factual. Resultado da apuração e tratamento dos dados, pretende informar, e não convencer. Isso significa que o relato, por definição, está conforme o acontecimento – este sim, passível de crítica e capaz de despertar reações distintas nos formadores de opinião e entre os receptores da mensagem em geral.

O texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias.

(LAGE, 2005:73)

Sobre o discurso noticioso atual, Lage (2005:82) afirma que:

[...] os elementos de subjetividade não desaparecem, nem poderiam, mas são reduzidos ao mínimo: para isso, combina-se método de apuração e técnica de redação e concentra-se o foco do discurso no referente factual.

(LAGE, 2005:82)

Houve, portanto, uma modificação profunda no modo como o jornalismo passou a ser feito. O relato direto dos fatos substituiu a subjetividade e a emoção nos textos. Na década de 1950, em consequência destas transformações, as opiniões começaram a se restringir a espaços gráficos específicos nas páginas dos jornais, demarcados claramente para o leitor. Em pouco tempo – cerca de uma década –, o noticiário foi dominado por esta nova forma de escrever, voltada para uniformizar o texto, a qual facilitou aspectos da produção, mas também legitimou o domínio discursivo do jornalismo como diferenciado de outros, tais como literários, oficiais, amadores, educacionais.

O interesse em compreender como se deu essa transformação motivou a realização desta pesquisa, que busca, por meio do suporte teórico da Linguística, evidências para verificar a hipótese de que a diferença no discurso dos jornais impressos brasileiros – nosso objeto – se deu de forma arbitrária, brusca e foi implantada autoritariamente no contexto das reformas administrativas e editoriais (que englobam texto e imagem/aspecto visual) que ocorreram nos principais periódicos ao longo dos anos 1950. Reformas retratadas na história da imprensa, muitas vezes, como uma revolução inovadora e fundamental para que os jornais impressos ganhassem o papel social que alcançaram.

Além de apresentar relevância teórica para o campo da Comunicação, ao proporcionar a testagem de metodologias e sistematizações da Linguística que possam dar suporte teórico à observação e análise de transformações concretas da língua em uso, este trabalho também é relevante do ponto de vista dos estudos linguísticos, particularmente dos Modelos Baseados no Uso, ao examinar particularidades do fazer jornalístico.

Do ponto de vista formal, iniciamos o percurso com a descrição do nosso objeto de análise – os jornais impressos, no capítulo 2. Em seguida, no capítulo 3, apresentaremos a fundamentação teórico-metodológica que lastreou a pesquisa. Os capítulos 4 e 5 trazem os resultados e análise dos dados, com a conclusão apresentada no capítulo seguinte.

Com relação ao foco da nossa análise, compararemos construções constituídas somente por sintagmas nominais desvinculadas de verbos, como “Em benefício das vítimas do terremoto de El Cuzco” (**JB**, 27/7/1950), e construções compostas por sintagmas nominais que preencham a posição de sujeito nas orações, como “Brasileiros treinarão pela manhã e à tarde” (**O GLOBO**, 15/5/1970).

Uniformizaremos a nomenclatura utilizada nesta tese da seguinte maneira: todas as construções compostas por sintagmas nominais desvinculados de verbos (SN<sub>desvinc</sub>) constituirão o primeiro grupo de análise e serão denominadas **construções não verbais**. Estas se subdividem em:

**(1) construções não verbais simples:**

Ex.: Exportação de mel de abelhas (**JB**, 3/1/1930)

**(2) construções não verbais simples nucleadas por Prep:**

Ex.: Sobre a proibição aos carros nas calçadas

(**O GLOBO**, 22/6/1980)

**(3) construções não verbais compostas:**

Ex.: Destruição da classe média e cêrco total à escola privada

(**O GLOBO**, 6/4/1960)

O segundo grupo de análise será constituído por todas as construções que apresentam verbos, flexionados ou em suas formas nominais. Estas orações serão denominadas **construções verbais**, que se subdividem em:

**(4) construções verbais canônicas:**

Ex.: Gerais exigem sua equiparação a ministros  
(JB, 7/6/1960)

**(5) construções verbais com inversão de sujeito:**

Ex.: Começa dia 7 vacinação contra raiva  
(O GLOBO, 22/6/1980)

**(6) construções verbais não-finitas:**

Ex.: Agredido a chicote o correspondente da "Folha do Norte"  
(O GLOBO, 29/3/1950)

**(7) construções verbais compostas:**

Ex.: Chagas recua, ignora Lei e apóia nova alíquota do ICM  
(JB, 18/4/1980)

**(8) construções verbais com SN<sub>suj</sub> não-preenchidos:**

Ex.: Queria se ver livre da esposa, para contrair novo casamento (O GLOBO, 15/1/1930)

Quando nos referirmos especificamente aos sintagmas nominais em construções não verbais, os denominaremos SN<sub>desvinc.</sub>. Já os SNs que preenchem as posições de sujeito das construções verbais serão referidos como SN<sub>suj</sub>.

Com relação à análise de somente os títulos dos jornais, nosso recorte se justifica porque, no contexto das reformas em prol de um conteúdo que supostamente seria mais objetivo, isento, direto, claro e conciso, um dos espaços que mais sofreram alterações foi o reservado aos títulos e manchetes, também por conta da inclusão, no “pacote” das inovações, do tratamento visual moderno que passou a ser buscado nas páginas.

Ao mesmo tempo em que a reforma editorial estava em curso nos jornais mais importantes dos anos 1950, no País também ocorria uma revolução no campo das artes plásticas. De acordo com Bastos (2008:14), “a virada da década de 1950 para 60 é um marco desta atividade [artes plásticas] no Brasil”. Em sua dissertação sobre a reforma gráfica do **JORNAL DO BRASIL**, considerada por diversos historiadores a mais significativa da época, e, por isso mesmo, paradigmática, Bastos define quais foram as mudanças iconográficas mais importantes ocorridas:

A pesquisa iconográfica revela que a consolidação das mudanças gráficas se dá no ano de 1960. É nesse momento que o jornal atinge as feições que o notabilizarão. Os classificados da capa do jornal, que aos poucos são retirados da primeira página, ganham a distribuição em “L”. É criado um caderno específico para veiculação desses classificados e também a criação do *Caderno B*. O projeto, então, se estabiliza, ganha coerência e unidade.

(BASTOS, 2008:27)

Bastos afirma que a reforma editorial do **JB** durou cinco anos, ao final dos quais pouco sobrou de sua feição inicial. Ele descreve o jornal de antes da reforma como inundado por “um amontoado de blocos de classificados”, em uma composição simétrica, com nove colunas, balizadas em um eixo vertical. O autor percebe que as chamadas eram amontoadas e o recurso para destacar do restante da massa de texto era aumentar o tamanho da tipografia, recurso que tentava assegurar algum destaque às chamadas,

misturada à confusão informacional das páginas. “Mas isso não garante o destaque que se espera da manchete de um jornal.” (BASTOS, 2008:32). Ainda de acordo com o autor, “no **JB** pré-reforma, não havia qualquer tipo de preocupação com a funcionalidade visual da capa”. (BASTOS, *op.cit.*)

O autor afirma, sobre o período pré-reforma dos jornais brasileiros:

Mas, de volta à forma, e ainda em uma primeira observação, as mudanças nos aspectos gráficos das publicações nacionais têm a ideia de funcionalidade como intersecção. São ações que se empenham em racionalizar a produção editorial e, sobretudo, melhorar a legibilidade do suporte. Em comum, em meados da década de 1950, as publicações têm manchas gráficas com enorme densidade. A página tomada por impressão revela pouco de seus espaços negativos.

(BASTOS, 2008:58-59)

As reformas gráficas nos jornais foram além da premissa estética. Para Bastos (*op.cit.*), possuíam valor pragmático. O autor afirma que a retirada dos elementos decorativos do **JORNAL DO BRASIL**, por exemplo, clareia o jornal e diminui a densidade gráfica. Com os ruídos eliminados, aumenta a legibilidade:

A busca por precisão também evidencia a racionalização do espaço e revela ainda o caráter funcional da manobra. Os parâmetros estabelecidos definem a quantidade de toques que é possível compor por linha e por coluna. A diagramação deixa de ser resolvida à força na oficina e passa a ser projetada na redação. [...] Com a introdução desses parâmetros, os redatores e copidesques sabem exatamente a quantidade de texto que devem escrever para ocupar um determinado espaço.

(BASTOS, 2008:34)

As principais mudanças gráficas enumeradas por Bastos (*op. cit*) nos jornais foram: a inserção de fotos, com distribuição equilibrada e vinculadas a notícias ou fotolegendas; a composição de títulos com fontes mais destacadas e seguindo um modelo visual baseado em colunas; a

hierarquia visual dos textos (principalmente na capa), que possibilitam saber quais são as notícias mais importantes; o dimensionamento mais largo das colunas, que passam de nove para oito no **JB**; e a exclusão do excesso de reverberações visuais – tais como fios e tarjas, tornando seu aspecto mais limpo e organizado. Até mesmo os logotipos mudaram, ganhando ares mais modernos.

A nova disposição visual deu mais fluência à leitura e organização à informação. As manchetes passaram a ter mais destaque, a partir do equilíbrio visual do restante dos elementos da página. Bastos (2008:48) destaca que o uso do diagrama (uma espécie de matriz que permite que as páginas sigam um mesmo sistema visual, como se fosse um molde) gera unificação visual e afirma a identidade de cada jornal.

Enquanto ocorrem as mudanças visuais, as redações dos jornais também se adaptam aos novos modelos e passam a publicar chamadas redigidas com formato mais rígido, em termos de tamanho e de escolhas textuais. Dessa forma, a diferença passou a ser clara para o leitor, que passou a ler títulos que evitavam adjetivos e outros constituintes que transmitissem mais subjetividade ou emoção.

Para ilustrar as mudanças no estilo do texto, trouxemos como exemplos duas reportagens sobre incêndios na cidade de São Paulo. A escolha destes exemplos se deu porque se trata de fatos similares que os jornalistas precisam narrar. Ambos os incêndios praticamente destruíram as construções – endereços conhecidos – e não houve vítimas. Não são assuntos iguais no sentido da relevância dos fatos – a Estação da Luz é bem mais importante para a cidade de São Paulo do que o cinema – mas são assuntos sobre os quais os redatores possuem o mesmo inventário de itens lexicais para descrever.

Nosso foco é, portanto, demonstrar a diferença no tratamento dado às notícias com relação às suas descrições, antes e depois da reforma de 1950. Por isso, escolhemos comparar dois assuntos similares, do ponto de vista do seu conteúdo semântico.

No primeiro exemplo, publicado na **FOLHA DA NOITE**, no dia 6 de novembro de 1946, o título e o primeiro parágrafo da reportagem eram:

**Pavoroso incêndio destruiu a Estação da Luz**

Jamais, nestes últimos dez anos, os bombeiros tiveram que lutar contra chamas tão violentas como as que se ergueram na madrugada de hoje, por ocasião do incêndio que destruiu quase que completamente o edifício da Estação da Luz. Chamados com urgência ao local e atendendo sem demora ao chamado, os bombeiros, durante várias horas, sustentaram uma luta contra o fogo, prejudicada pela falta de água e pelo deficiente aparelhamento de que dispunham, embora há muito tempo venha sendo prometida a reestruturação material que se faz tão necessária. Essa necessidade, o incêndio ocorrido na Estação da Luz pôs em evidência na madrugada de hoje, quando se viu os esforços dos destemidos bombeiros que empenhando seu melhor procuraram superar a deficiência de recursos. Em quinze minutos, o velho edifício que até ontem era o que se destacava entre as outras “gares” de São Paulo transformou-se num brazeiro [*sic*] imenso. E travou-se uma luta que serviu para demonstrar a fibra desses homens corajosos, cuja bravura muita gente desconhece.

(**FOLHA DA NOITE**, 6 de novembro de 1946)

No segundo exemplo, publicado na **FOLHA DE S. PAULO**, em 28 de outubro de 1990, o título e o primeiro parágrafo da reportagem eram:

**Incêndio destrói 2 cinemas no centro de SP**

Um incêndio de causas ainda desconhecidas destruiu ontem os cines Coral 1 e 2, no n.º. 381 da rua Sete de Abril (região central de SP). O fogo começou por volta das 14h, quando cerca de cem pessoas, segundo o porteiro Vicente Santos Lopes, 60, assistiam filmes pornográficos nas duas salas. Não houve vítimas. Por volta das 16h, o fogo já estava controlado. Sete carros do Corpo de Bombeiros trabalharam para apagar o incêndio.

(**FOLHA DE S. PAULO**, 28 de outubro de 1990)

Ao compararmos os dois exemplos, podemos perceber de imediato que o texto de 1990 é mais sintético, com menos de metade do tamanho do texto de 1946. Mesmo assim, este parágrafo mais curto contém todas as informações necessárias à redação do lide (respondendo às perguntas: O que? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?). Em 1946, o texto é mais prolixo. Não responde de imediato a todas as perguntas, as respostas se encontram espalhadas pela reportagem. Não se sabe, por exemplo, a causa do incêndio. Em compensação, o redator usa diversos adjetivos para dar destaque à falta de aparelhamento e à coragem dos bombeiros, enquanto nos anos 1990, os adjetivos são escassos.

Essa diferença com relação ao uso de adjetivos também transparece em demais constituintes que denotam subjetividade e emoção, tais como advérbios e sinais gráficos. São elementos pelos quais os leitores interpretam a subjetividade dos narradores: o texto da **FOLHA DA NOITE** informa que o incêndio foi “pavoroso”, que as chamas eram “violentas” e que os bombeiros atenderam “sem demora”.

Ainda comparando os dois textos, é possível notar a redução da complexidade estrutural das construções linguísticas. No primeiro exemplo, há advérbios deslocados, inversões e orações encaixadas, com conectivos rebuscados, como “cuja”. No lide do jornal **FOLHA DE S. PAULO**, de 1990, a busca pela forma mais direta torna o texto quase telegráfico.

A linguagem característica deste período romântico do jornalismo transparece ainda mais em outro trecho da reportagem da **FOLHA DA NOITE**, que destacamos a seguir, no qual a humanização do relógio da Estação da Luz – transformado em uma vítima que “morre” metaforicamente no incêndio e cujos passos para a morte são narrados por meio de verbos que requerem sujeitos humanos e animados –, transmite ao leitor a emoção do momento:

**Bate o relógio a última badalada**

Os ponteiros do grande marcador, que disse por muitos anos a muita gente que estava atrasada [*sic*], ou adiantada para o serviço, que serviu para que todo o Estado de São Paulo, praticamente, acertasse seu horário, continuava na sua marcha implacável. Foi uma verdadeira marcha para a morte.

As quatro pancadas das quatro horas soaram os ponteiros e continuaram a andar por mais dez minutos. Aí pararam. E pararam somente porque o fogo já havia invadido a torre e a pressão do calor arrebatava os pedaços de louça dos quatro mostradores. O calor venciu a força e a determinação dos ponteiros de continuar, e continuar sempre.

E os fazia retorcer-se como que numa agonia dolorosa, quase dramática. Dentro de poucos minutos, um a um, esses ponteiros que por tantos anos marcaram as horas do embarque dos passageiros dos trens, caíram derretidos no mar de chamas que se estendera logo abaixo.

(FOLHA DA NOITE, 6 de novembro de 1946)

Qualquer pessoa que leia jornais com alguma regularidade percebe que um texto como o que está reproduzido acima é raro nos espaços informativos jornalismo atual. Até mesmo as crônicas de hoje não carregam mais este perfil. Mesmo que percebamos essas diferenças com clareza, no entanto, não é possível afirmar, apenas intuitivamente e baseando-se na historiografia do jornalismo impresso, se esses exemplos de fato marcam um “antes e depois” da reforma editorial implantada na década de 1950.

Isso porque nosso ponto de vista pode ser contraposto ao fato de os jornais precisarem sempre modernizar sua linguagem de acordo com o que seu público quer ler. Essas diferenças poderiam refletir talvez somente uma transformação de estilo coerente com o passar dos anos e a chegada das novas gerações de leitores. Acreditamos que, ao verificar de que forma o jornalismo se modificou ao longo do século XX – se gradualmente, como ocorrem as mudanças na língua, ou de forma brusca, como se dão as reformas impostas –, encontraremos uma resposta para essa questão.

## **2 Surgimento e relevância dos jornais JB e O GLOBO**

Como esta tese representa uma interface entre duas áreas de saber distintas, a Comunicação e a Linguística, faz-se necessário circunscrever nosso objeto de análise. Neste capítulo, iremos traçar um breve levantamento histórico do surgimento dos jornais impressos, seu contexto no Brasil, e situaremos o nascimento dos jornais **JB** e **O GLOBO**, escolhidos como fonte dos dados que compõem nosso *corpus*. Em seguida, abordaremos a visão do jornalismo como um domínio discursivo com características próprias, as quais serão descritas a partir do nosso conhecimento desta prática. Por fim, será apresentado o recorte contextual da nossa análise.

### ***2.1 O surgimento do jornalismo impresso***

Conforme afirmam Albert e Terrou (1990[1970]), a história da imprensa é também, em mais de um sentido, um apoio para a história moderna e contemporânea. Arquivos do nosso dia a dia, os jornais impressos são a fonte mais completa e, em sua diversidade, mais objetiva da história geral. No entanto, o rótulo “jornais impressos” inclui em um só conjunto uma diversidade de publicações com a propriedade comum de falar de um para muitos, com regularidade. Por isso, muitas vezes o termo “periódicos” é usado em referência à “imprensa periódica”, conforme afirmam os autores.

No Ocidente, a imprensa periódica se torna viável a partir do advento das técnicas de impressão em larga escala, com a invenção da prensa gráfica de tipos móveis<sup>3</sup>, creditada por diversos historiadores a Gutenberg:

Ao inventar em Estrasburgo, em 1438, a tipografia, que se difundiu com muita rapidez na segunda metade do séc. XV, Gutenberg permitiu a reprodução rápida de um mesmo texto e ofereceu à linguagem escrita as possibilidades de uma difusão que o manuscrito não tinha. No entanto, a imprensa periódica impressa só nasceu mais de um século e meio depois da invenção da tipografia, tendo sido precedida por um verdadeiro florescimento de escritos de informação dos mais diversos tipos.

(ALBERT e TERROU, 1990[1970]:4)

Para Albert e Terrou (1990[1970]:6) os primeiros impressos periódicos foram os almanaques. O primeiro almanaque francês data de 1486. Os autores enumeram também algumas publicações criadas a partir do séc. XV como antecessoras dos jornais: (1) as gazetas, pequenos cadernos, com 4, 8 ou 16 páginas, às vezes ilustrados com gravuras em madeira, em que se relatava um acontecimento importante; (2) os pasquins, cujo objetivo central não era informar, mas passar a visão do seu autor sobre os fatos. Podiam narrar crimes, fatos sobrenaturais, catástrofes e todos os acontecimentos extraordinários e muitas vezes eram humorísticos; (3) e os libelos, que alimentavam as polêmicas religiosas e, depois, políticas, e cujo conteúdo causou, em todos os estados europeus, um endurecimento da legislação repressiva e da censura dos impressos. Albert e Terrou (1990[1970]:6) afirmam que “esses três tipos de folhas volantes ilustravam, pois, desde sua origem, as três principais funções do

---

<sup>3</sup>As civilizações orientais já contavam com formas de impressão em escala há centenas de anos e, na China, já havia equipamentos que poderiam ser considerados prensas, funcionando com blocos de madeira similares a carimbos. Gutenberg adaptou e popularizou a prensa no Ocidente.

jornalismo: a informação sobre fatos da atualidade, o relato dos pequenos eventos do dia-a-dia, e a expressão das opiniões”.

Nos séculos seguintes, na Europa principalmente, a imprensa passa a progredir sensivelmente e os jornais impressos começam a ganhar um contorno próprio, à parte das demais publicações da época. Mas ainda não recebem, de acordo com Albert e Terrou (1990[1970]:11), a importância que merecem.

No entanto, apesar do enriquecimento de seu conteúdo e do aumento considerável de seu público, no final do século XVIII a imprensa ainda não tinha adquirido, mesmo nos países mais evoluídos, como a Inglaterra ou a França, a consideração de que sua nova importância a fazia merecedora. O instrumento privilegiado continuava sendo o livro ou a brochura: a imprensa, reflexo do mundo, permanecia passiva; ela informava sem de fato questionar, deixando para a literatura tradicional a tarefa de combater.

(ALBERT e TERROU, (1990[1970]:11)

Somente em fins do século XIX e início do século XX, quando também já está presente nas Américas, é que o jornal se torna um produto de consumo corrente, segundo Albert e Terrou (1990[1970]:51).

O ritmo de seu progresso foi naturalmente muito variável segundo as nações e, ainda que as causas fundamentais de seu desenvolvimento fossem as mesmas, a imprensa de cada país adquiriu, em função dos caracteres nacionais e circunstâncias históricas, uma fisionomia original da qual ainda hoje muitos traços permanecem fixados, de tal modo que os hábitos de leitura então adquiridos pelas massas resistiram à mudança. [...] Essa época foi, em vários sentidos, a verdadeira idade de ouro da imprensa: seu mercado estava em expansão constante e ela não tinha, com a possível exceção da França, atingido seu ponto de saturação. E, sobretudo, a imprensa escrita não precisava temer nenhuma concorrência porque era o único meio de informação coletivo.

(ALBERT e TERROU, (1990[1970]:51)

Ainda conforme Albert e Terrou (1990[1970]: *passim*), após o advento das grandes guerras, tornou-se difícil fazer um apanhado

homogêneo da evolução da imprensa, cujo universo aumentou em complexidade. Também entraram em cena outros atores que falavam para as massas: o rádio e a televisão. Na tentativa de agradar seus públicos, a imprensa começou a se reinventar, tornando-se menos política. O jornalismo impresso voltado para muitos temas e com foco na informação começa a ganhar o contorno que o caracterizou no século XX.

### *Jornais impressos no Brasil*

No final do século XVI, o Brasil-colônia começou a conhecer o que hoje é classificado como “notícia”. As informações circulavam em manuscritos, de forma esporádica, veiculadas por diversas fontes. Esse tipo de manifestação foi denominado “pasquim”. Aristheu Achilles (1976) localiza o “mais antigo pasquinoiro” da colônia: “O almoxarife Jorge Martins, estudante em Ilhéus [...]. Em 1587, escreveu um papel contra os jesuítas e demais clérigos por não quererem confessar sem antes desdizer”. Os pasquins manuscritos levavam ao desespero alguns administradores, quando as denúncias políticas eram seu alvo.

De acordo com Sodré (1977:21) foi Gregório de Matos, também na Bahia (em meados do século XVII), quem deu os primeiros passos em direção ao jornalismo. O “Boca do Inferno”, como era conhecido na época, fez uma espécie de revolução com suas sátiras mordazes e picantes, cujas cópias eram muito disputadas. Não é exagero considerar o poeta a imprensa viva daquele tempo, no qual se registravam os escândalos miúdos e grandes da província, os roubos, os crimes, os adultérios e até as procissões, os aniversários e casamentos.

A primeira oficina tipográfica surgiu em Recife, no ano de 1706. Este é apenas um marco cronológico, já que a Carta Régia de 8 de junho do

mesmo ano liquidou a tentativa. Em 1750, foi impresso o folheto **A RELAÇÃO DE ENTRADA**, por Antonio Isidoro da Fonseca, que havia trazido de Lisboa o material tipográfico com o qual montou sua pequena oficina no Rio de Janeiro. Foi o primeiro impresso em território brasileiro. A tipografia de Antonio Isidoro também foi rapidamente liquidada pela metrópole. Não interessava a Portugal a existência de civilização na colônia.

Sodré (1977:22) destaca que a imprensa periódica brasileira teve, portanto, um desenvolvimento tardio, quando comparada à Europa e aos EUA. Por se tratar de uma colônia de Portugal, aqui havia censura e proibição de qualquer tipo de impresso. Só com a chegada da corte, em 1808, a imprensa brasileira foi “autorizada” a nascer. Oficialmente, seu surgimento ocorre no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808, com a criação da Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional, por Dom João.

O primeiro periódico publicado em território nacional, a **GAZETA DO RIO DE JANEIRO**, começou a circular em 10 de setembro de 1808. Já o **CORREIO BRAZILIENSE**<sup>4</sup> – considerado pela maior parte dos historiadores como o primeiro jornal brasileiro – foi lançado em 1º de junho de 1808, mas era impresso na Inglaterra e só chegou ao Brasil em outubro, depois do lançamento da **GAZETA**. Enquanto a Gazeta era o jornal oficial e favorável ao governo, o Correio era independente. Seu autor, Hypólito José da Costa, estava exilado na Europa. Quando o primeiro número de seu jornal chegou ao Brasil, foi proibido de circular e apreendido. Mesmo assim, Hypólito continuou produzindo e publicando o jornal até dezembro de 1822, muitas vezes com circulação clandestina, quando havia períodos de censura.

---

<sup>4</sup> Apesar de ter o mesmo nome, o atual **CORREIO BRAZILIENSE**, publicado em Brasília, não tem relação com o periódico de 1808.

A tipografia real desembarcou no Brasil junto com a Corte, mas, de acordo com muitos historiadores, não se pode ter certeza se havia intenção de trazer a oficina para o Brasil. Muitos preferem acreditar que ela chegou por acaso, devido à pressa no embarque durante a fuga. Gondim da Fonseca (1941) narra assim a chegada do material:

Em 1808, velejando com seu rei para o Brasil, D. Antonio de Araújo Azevedo (depois Conde da Barca) trouxe consigo na nau Medusa, dois prelos e vinte e oito volumes de material tipográfico adquirido em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Se esses volumes foram embarcados por acaso, na atrapalhão da fuga [...]; ou ainda, se vindos da Inglaterra, não chegaram a ser descarregados em Lisboa e emendaram viagem, — não sei nem me importa saber.  
(GONDIM DA FONSECA, 1941)

Até 1820, apenas a Gazeta e revistas impressas na própria Imprensa Régia tinham licença para circular. Em 1821, com o fim da proibição, surgia o **DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO**. No século XIX, além dos jornais que reproduzem a voz oficial ou tratam de serviços, também floresce no Brasil uma imprensa engajada, libertária. Em alguns momentos, com liberdade, em outros, sob censura, que podia resultar até na prisão e morte de jornalistas de oposição.

Por volta do ano de 1822, foram criados diversos jornais de oposição, independentes, e jornais oficiais para combatê-los. Ambos eram denominados pasquins. Até o término formal da censura, em 1827, alguns pasquins de oposição foram duramente perseguidos. Quando o combate com a mesma arma — o texto impresso — não bastava, a censura e a violência silenciavam os jornais de oposição.

Em novembro de 1824, toda a imprensa foi extinta, assim como a Constituinte. Era o absolutismo vencendo. Jornalistas pioneiros como Cipriano Barata e Frei Caneca foram perseguidos, sendo este último

condenado à força. De acordo com Sodré (1977:199), ele acabaria por morrer fuzilado, pois nenhum carrasco ousou executar a sentença. Encerrou-se assim a primeira fase brasileira da imprensa, restando dela somente os jornais de apoio ao regime.

Formalmente a censura terminou com o decreto de 28 de agosto de 1827. Nesse período, enquanto a imprensa periódica limitava-se a retratar os fatos, “isentando-se” das discussões políticas, a pequena imprensa já era panfletária e atrevida. Os pasquins<sup>5</sup> mostravam a cara.

O pasquim abusava da linguagem explosiva, atacava os opositores com insinuações irônicas. Geralmente tinha vida curta. Era transitório, circunstancial, superficial, panfletário, sem continuidade, periodicidade ou estabilidade.

Servil ou anárquico, o jornal sempre era escrito de forma pessoal. Era a voz do redator, suas opiniões e crenças que davam interesse ao artigo que costumava ocupar todo o espaço do pequeno jornal. Pseudônimos e apelidos destacaram a sua linguagem como peculiar, cheia de referências indiretas. De acordo com Sodré (1977:*passim*), o jornal não tinha sentido comercial, mas apenas doutrinário. Era um meio de ação.

Os nomes dos jornais se referiam a pessoas, acontecimentos ou coisas de interesse momentâneo. As epígrafes, escolhidas cuidadosamente, determinavam o espírito do jornal, identificavam a posição de quem escrevia. Habitualmente o pasquim não trazia o nome do redator, sobre o qual se guardava rigoroso anonimato, mas sempre se imprimia o nome da tipografia, como determinava a legislação.

---

<sup>5</sup> As informações coletadas sobre os pasquins neste capítulo são provenientes de pesquisa realizada pela própria autora, na Biblioteca Nacional, setor de microfilmagem.

A técnica tipográfica da época acrescentou características comuns a este tipo de impresso: quatro páginas (formato in 4º); preço de venda avulsa de 40 réis ou 80 réis, no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas, compravam-se os exemplares isolados ou em assinatura nas tipografias e lojas de livros indicadas.

Apesar de já existirem desde 1820, os pasquins multiplicaram-se na década de 1830. Em 1831, calculava-se haver mais de 65 jornais, a maioria de oposição, circulando somente no Rio de Janeiro. Esta proliferação deveu-se ao período das Regências. Com a abdicação de D. Pedro ao trono, em 7 de abril de 1831, houve um intervalo no regime absolutista, só restaurado com o Golpe da Maioridade. Diversos historiadores afirmam que o Brasil conheceu um regime tipicamente republicano, na prática, durante as Regências: ampla liberdade de imprensa, reforma política e administrativa e luta. Tudo isso se refletiu no desenvolvimento da imprensa.

A efervescência dos pasquins terminou, em sua primeira fase, com o Golpe da Maioridade, que abriu uma nova fase na vida política brasileira. Por mais de uma década o liberalismo resistiu. Pouco a pouco a centralização do poder e uso da violência calaram este movimento. Neste momento, a imprensa deveria estar sob a estrutura escravista e feudal. A figura típica da época é Justiniano José da Rocha, jornalista que escrevia pela causa que melhor lhe pagasse, no veículo que lhe fosse oferecido<sup>6</sup>. Bem diferente dos “colegas” de imprensa que o viram surgir e que se destacavam pela individualidade e pela valentia na defesa de suas ideias.

---

<sup>6</sup> Conforme publicado nos pasquins da época, que o criticavam abertamente.

Houve um natural declínio da evolução da imprensa no quadro político, com o retorno do absolutismo. Mas, se por um lado, as formas de resistência eram escassas, por outro, o período que vai de 1850 até o fim do século assiste à chegada do jornal diário e da caricatura, devido aos avanços nas técnicas de impressão. Parecia que a imprensa passava por uma fase preparatória para lutar de novo por ideais políticos, republicanos e (novamente) libertários que se aproximam. As formas de distribuição melhoraram, assim como a qualidade técnica, dando fim à fase artesanal e individual de produção dos jornais.

No entanto, conforme afirma Werneck Sodré (1977), a mudança de regime não alterou o desenvolvimento da imprensa. Multiplicaram-se, como em todas as fases de agitação, os pequenos e de vida efêmera. Os “grandes” continuaram os mesmos. Só em 1891, a criação do **JORNAL DO BRASIL** mudaria o cenário da imprensa brasileira, como o primeiro jornal com visão empresarial.

### *Jornal do Brasil*

Inaugurado em 9 de abril de 1891, o JB chegava estruturado como empresa, sólido, vinha para durar e já começava entre os grandes, sem assumir posições políticas, mas dando apoio à consolidação do regime republicano:

Por ocasião da sua fundação, e mesmo apoiando o regime monárquico, afirmou no editorial de estréia que apesar de não ter participado do processo de instauração da república, se empenharia, em nome do patriotismo, em cooperar com a sua consolidação. Pouco depois, se lançou em outra campanha, combatendo com vigor o projeto de transferência da Capital do País para o Planalto Central, por considerá-lo prejudicial aos interesses do Rio de Janeiro e do seu povo. A questão,

originalmente defendida pelo Marquês de Pombal, voltou a ser discutida na elaboração da primeira constituição republicana, o primeiro processo político constituinte coberto pelo Jornal do Brasil.

(JBLOG<sup>7</sup>)

Entre as inovações do jornal, estavam a sua distribuição em carroças, o que permitia alcançar um perímetro maior que os demais; diversos correspondentes estrangeiros (além do uso de reproduções dos jornais da Europa); seu discurso mais informativo do que político, evitando dar opiniões e encarando a mudança de regime como um fato já ocorrido.

Seu formato era de oito páginas, de 120 x 51 cm, com a primeira toda impressa em corpo 10, com oito colunas de 6 cm. Custava 40 réis o exemplar, com assinaturas semestrais e anuais, de preços diferenciados para a capital e para o interior.

No início do século XX, o **JB** foi um dos fundadores do que poderia se chamar de fase capitalista do jornalismo brasileiro. Além da produção, também mudou a circulação e o relacionamento com os leitores. O jornal individual desapareceria, dando lugar à empresa comercial, que se mostra mais adequada à nova mentalidade burguesa. E, como afirma Sodré (1977), passa a se tornar mais fácil “comprar um jornal do que fundar um”.

Para Sodré (1977:397), isso era sinal de que a imprensa evoluía no Rio de Janeiro:

Por ocasião da revolta dos marinheiros, em 1910, o **JORNAL DO BRASIL** chegara a tirar cinco a seis edições diárias; a folha passara, em janeiro deste ano, para o novo edifício à Avenida Central, apregoado como “o mais alto da América do Sul”; usava agora máquinas de escrever na redação, desde 1912; apresentava, em 1913, anúncios coloridos na última página.”

(SODRÉ, 1977:397)

---

<sup>7</sup> J BLOG: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=31179>, acesso em 6/4/2015.

Nos anos 1950, de acordo com o *Jblog*, ao narrar a trajetória do jornal, “o **JORNAL DO BRASIL** liderou a revolução gráfica e editorial da imprensa brasileira, tornando-se referência e inspiração para os demais jornais do país”. Claro que nem todos os historiadores concordam, como já vimos. Em sua maioria, os livros apontam a **ÚLTIMA HORA**, de Samuel Wainer, como responsável pelas inovações. A reforma do **JB**, no entanto, era mais relevante no cenário da época:

Nos anos 60, a ousadia editorial do Jornal do Brasil atingiu o cerne da notícia, com a implementação de um novo modelo de jornalismo: mais vibrante, mais noticioso, mais reflexivo e, sobretudo, mais voltado para o cidadão. O Departamento de Pesquisa e Documentação (DPD) conquistou então o seu espaço nas páginas do jornal, tornando-se uma nova editoria. De plantão, e em edições extraordinárias, a publicação das matérias do DPD sinalizou a vanguarda do Jornal do Brasil no aprofundamento da informação jornalística, com a interpretação dos fatos e a inserção da notícia em seu contexto histórico, com o propósito de integrar e reconciliar o homem desinformado com o seu tempo, quebrando a barreira entre os acontecimentos e suas implicações.

(JBLOG<sup>8</sup>)

Mais uma vez, se percebe neste trecho que a visão sobre as reformas trazidas pelo novo formato são encaradas positivamente pelos jornalistas, quando eles visitam as histórias de seus veículos.

Da década de 1960 em diante, muitos momentos históricos interferiram na produção dos jornais: a censura prévia imposta pela ditadura militar, entre 1968 e 1979 e, posteriormente, o movimento de abertura (ou distensão), a partir de 1974; a efervescência cultural dos anos 1970; as conquistas esportivas; mudanças mundiais – como a queda do muro de Berlim e o fim da URSS. No entanto, não houve nenhuma

---

<sup>8</sup> JBlog: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=31179>, acesso em 6/4/2015.

mudança editorial que causasse impacto no modo de redigir notícias, pelo menos até o Projeto Folha<sup>9</sup> (de 1984) e, posteriormente, a chegada da informatização às redações, que aposentaria as máquinas de escrever e transformaria, novamente, o modo de produção do texto dos jornais.

Dessa forma, até o final dos anos 1980, o **JORNAL DO BRASIL** se manteve entre os principais do país, mesmo com momentos financeiros delicados, fazendo parte do cenário do jornalismo nacional por mais de um século.

### *O Globo*

De acordo com Sodré (1977:427), “o terceiro decênio do século foi de grande desenvolvimento para a imprensa [brasileira], particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial.” É neste período que Irineu Marinho funda o jornal **O GLOBO**. Da sua geração, é descrito por Sodré (1977:314) como um jornalista empreendedor: “Irineu Marinho, esguio e afanoso repórter de **A NOTÍCIA**, sempre apressado, mal se detendo à beira de uma roda para sorver, de corrida, um café, entre duas observações mordazes fundou **A NOITE** e, quando esta lhe foi roubada, criou **O GLOBO**”.

Irineu Marinho reuniu alguns companheiros que saíram do jornal **A NOITE** e publicou a primeira edição do jornal **O GLOBO** em 29 de julho de 1925.

Nesse dia foram lançadas duas edições do jornal, num total de 33.435 exemplares. Inicialmente, a distribuição ficou a cargo

---

<sup>9</sup> Cf. [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque\\_editorial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque_editorial.shtml), acesso em 21 de outubro de 2012

dos chamados “gazeteiros”. Em seguida, O GLOBO chegou às bancas. Irineu juntou uma eficiente equipe de repórteres e um experimentado corpo de redatores para dar a forma editorial que idealizara para o novo veículo. Um dos princípios editoriais do vespertino era buscar a notícia em todos os setores da cidade, marca que permaneceu ao longo de toda a sua história.

(MEMÓRIA GLOBO<sup>10</sup>)

A morte prematura de Irineu Marinho, aos 49 anos, em 1925, ano em que fundara o jornal, fez com que Eurycles de Matos, seu amigo e homem de confiança, assumisse a redação até 1931, quando também faleceu. Ainda bem jovem, aos 26 anos, primogênito e sucessor do pai, Roberto Marinho assumiu, então, a direção do jornal, na qual ficou até o ano de sua morte, 2003.

Apesar de ter tido um só comandante em todo o período analisado, o jornal também passou por reformas editoriais e visuais, mas teve uma história administrativo-financeira mais estável do que o **JB**. Sua postura conservadora e bairrista – concentrando suas vendas no Rio de Janeiro – são fatores que podem ter influenciado esta estabilidade, garantida também pelas entradas em publicidade.

Há ainda mais um aspecto na história das Organizações Globo para o qual é preciso atentar. Sua proximidade com os governos e sua facilidade em levantar recursos em forma de financiamentos com condições privilegiadas também marcaram sua trajetória. De acordo com Sodré (1977:460), **O GLOBO** havia se beneficiado de empréstimos junto ao Banco do Brasil para crescer. Em um intervalo de dois anos, entre 1950 e 1952, levantou várias somas cujo valor total superaria US\$ 1 milhão. “Enquanto isso, em suas páginas, combatia fervorosamente os favoritismos do banco,

---

<sup>10</sup> Memória Globo: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lanccedilado-9196292>, acesso em 6 de abril de 2015

participava ativamente da campanha contra os empréstimos feitos à **ÚLTIMA HORA** e formava na vanguarda da “Aliança Popular Contra o Roubo e o Golpe”, que se propunha combater a “corrupção do Governo”” (SODRÉ, 1977:462).

O pano de fundo da bandeira do jornal era político: Samuel Wainer, dono da **ÚLTIMA HORA**, era amigo de Getúlio Vargas, que acabara de voltar à Presidência da República “nos braços do povo”. O que Sodré (1977:462) quer ressaltar é a condução pouco ética do jornal, que também estava se beneficiando dos empréstimos, mas editorialmente se contradizia. Para o público, **O GLOBO** se consolidava como um jornal tradicional, que defendia os valores de seu público-alvo: as classes alta e média do Rio de Janeiro.

Apesar de ter se colocado contra Getúlio Vargas, no campo da política, no entanto, pode-se dizer que o grande desafeto de Roberto Marinho, desde o início dos anos 1960, era o político Leonel Brizola. Pode-se afirmar que esta foi a maior briga política do jornal. Ainda na década de 60, Brizola optou por se estabelecer no então Estado da Guanabara, onde se elegeu deputado federal, após ter sido por duas vezes deputado no Rio Grande do Sul, prefeito de Porto Alegre e governador daquele estado. O Rio de Janeiro lhe daria a projeção nacional de que precisava. O estado era, no entanto, a sede das Organizações Globo, de propriedade de Roberto Marinho, que nunca escondeu sua antipatia pelo político. Dr. Roberto, como era chamado por seus funcionários, também nunca escondeu sua interferência na linha editorial de seus veículos. As capas de **O GLOBO** passavam por ele antes de serem publicadas, conforme relatam diversos jornalistas que trabalharam no veículo.

De acordo com Mário Augusto Jakobskind, no artigo *Brizola versus Marinho: Uma rivalidade de mais de 50 anos*, publicado na revista *Caros Amigos*, de junho de 2014<sup>11</sup>,

Não faltaram também editoriais contra o governador, já então *persona non grata* no jornal **O GLOBO**, o principal espaço midiático do grupo na época. Com o golpe empresarial militar de abril de 1964, o nome de Brizola deixou de ser citado pelas Organizações Globo, reforçadas, a partir de 1965, pela TV Globo.

(CAROS AMIGOS, junho de 2014)

Brizola era um dos principais opositores ao Golpe Militar. Talvez não seja por acaso que, quando o Brasil volta a ter um regime autoritário, em 1964, novamente **O GLOBO** se beneficie do financiamento do governo para incrementar seus negócios, tornando-se um grande conglomerado de comunicação, que passa a somar também concessões públicas de televisão, além de obter mais recursos para modernizar seus equipamentos.

Ao longo de sua história, **O GLOBO** sempre foi percebido como um jornal conservador em suas posições, mas moderno e inovador do ponto de vista empresarial. Hoje, é o principal jornal impresso do Rio de Janeiro e um dos com maior tiragem do Brasil, se somadas suas vendas às do jornal **EXTRA**, voltado para o público de menor renda, que faz parte do mesmo grupo.

---

<sup>11</sup> **CAROS AMIGOS: ESPECIAL BRIZOLA.** *Brizola versus Marinho: Uma rivalidade de mais de 50 anos*, por Mário Augusto Jakobskind, edição de Junho/2014.

## ***2.2 Domínios discursivos, tipos e gêneros textuais***

Como nosso *corpus* se forma a partir de textos impressos, publicados em jornais brasileiros de grande porte, nosso objeto se delimita dentro de um domínio discursivo, de acordo com a conceituação de Marcuschi. Para o autor, o conceito de *domínio discursivo* (MARCUSCHI, 2002:23) “designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana”. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. O autor cita os *discursos jurídico, jornalístico, religioso* como exemplos de domínios, pois estas atividades não abrangem um gênero discursivo em particular, mas dão origem a vários deles. “Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas”. (MARCUSCHI, 2002:23)

Marcuschi (2002:24) ressalta ainda o cuidado de não confundir *texto* e *discurso* como a mesma coisa. “Embora haja muita discussão a esse respeito, pode-se dizer que *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva”.

As definições de gênero e tipo textuais foram sistematizadas por Marcuschi (2002:23), que elabora as seguintes definições:

Quadro 1: Tipos e gêneros textuais (Marcuschi, 2002)

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
<b>Constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;</b>	Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas;
<b>constituem seqüências linguísticas ou seqüências de enunciados no interior dos gêneros e não são textos empíricos;</b>	constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
<b>sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;</b>	sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
<b>designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.</b>	exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, <i>outdoor</i> , inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

(MARCUSCHI, 2002:23)

O autor ressalta que:

[...] embora os gêneros textuais não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sociocomunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejamos desprezando a forma. Pois é evidente que em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos, serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente.

(MARCUSCHI, 2002:21).

Quanto ao reconhecimento de gêneros textuais, Ingedore e Elias (2011:54) afirmam que todos nós, falantes/ouvintes, escritores/leitores, construímos, ao longo de nossa existência, uma *competência metagenérica*, que diz respeito ao conhecimento de gêneros textuais, sua caracterização e função. Para as autoras:

[...] o contato com os textos da vida cotidiana, como anúncios, avisos de toda a ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospectos, guias turísticos, manuais, etc., exercita a nossa *capacidade metatextual*, que vai nos orientar quando da construção e intelecção de textos.

(INGEDORE E ELIAS, 2011:54)

Todas as produções intelectuais se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação que recebem o nome de *gêneros*, modeladas e remodeladas em processos interacionais dos quais participam os sujeitos de determinadas culturas.

Bakhtin (1997:279), em sua obra *Estética da Criação Verbal*, é o precursor ao definir os gêneros do discurso como uma construção coletiva e infinita. Ele afirma que o enunciado reflete condições específicas e finalidades de cada uma das “esferas de utilização da língua”. Essas esferas são compostas por três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional), que se fundem indissolivelmente no todo do enunciado. Os três elementos são marcados pela especificidade comunicacional que determina o uso da língua, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional:

Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

(BAKHTIN, 1997[1979]:279)

Para Schneuwly e Dolz (1997), os gêneros podem ser considerados, na leitura de Bakhtin, como instrumentos que fundam a possibilidade de comunicação.

Trata-se de formas relativamente estáveis tomadas pelos enunciados em situações habituais, entidades culturais intermediárias que permitem estabilizar os elementos formais e rituais das práticas de linguagem. Os locutores sempre reconhecem um evento comunicativo, uma prática de linguagem, como instância de um gênero. Este funciona, então, como um modelo comum, como uma representação integrativa que determina um horizonte de expectativas (Jauss, 1970) para os membros de uma comunidade confrontados às mesmas práticas de linguagem (Canvat, 1996). A prova da existência deste modelo nas diferentes práticas de linguagem é, precisamente, o fato de que o gênero é imediatamente reconhecido como uma evidência, pela maneira como se impõe para aquele que se sente à vontade na prática em questão, como uma forma evidente que seu enunciado deve tomar – salvo, bem entendido, se ele quiser, calculando conscientemente os efeitos possíveis, suprimir as marcas do gênero, o que será encarado como desvio, tanto por ele próprio quanto pelos outros atores da prática visada.

(SCHNEUWLY & DOLZ, 1997)

Para os autores, a definição de gênero passa por três dimensões essenciais:

- 1) os conteúdos e os conhecimentos que se tornam dizíveis por meio dele;
- 2) os elementos das estruturas comunicativas e semióticas partilhadas pelos textos reconhecidos como pertencentes ao gênero;
- 3) as configurações específicas de unidades de linguagem, traços, principalmente, da posição enunciativa do enunciador e dos conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura.

(SCHNEUWLY & DOLZ, 1997)

Apesar da afirmativa de Ingedore e Elias de que os gêneros são sempre socialmente construídos, Schneuwly e Dolz percebem que os gêneros são *naturalizados*.

Para os autores:

[...] os gêneros, sendo concebidos como formas de representação de diferentes realidades, têm uma forma que não depende de práticas sociais, mas da realidade mesma. Eles não são, então, formas, historicamente variáveis, de resolução de problemas comunicativos complexos que implicam uma referência a realidades em função de situações comunicativas mutáveis, mas modelos particularmente valorizados de representação do real.  
(SCHNEUWLY & DOLZ, 1997)

### ***2.3 Estabelecimento do recorte contextual: jornalismo como domínio discursivo***

O gênero jornalístico apresenta algumas peculiaridades que devem ser consideradas ao ser utilizado como objeto de estudos linguísticos.

Apesar de ser um registro balizado pela rigidez da gramática normativa, a intenção principal do jornal é a comunicação. Há, portanto, uma preocupação em se aproximar do público (leitor, ouvinte, telespectador, internauta). Muitas vezes, as escolhas, tanto editoriais quanto estilísticas, serão motivadas por fatores pragmáticos. Assim, torna-se possível fazer uso de gírias e de termos coloquiais. Em suas construções, encontramos polissemia, ironia, ambiguidade.

Fato é que o jornalismo tem no uso da língua um importante elemento para diferenciar seu domínio discursivo. Por isso, na década de 1950, a construção do texto passou a ser subordinada a regras rígidas que, por mais que pareça que não estão sendo seguidas à risca, se encontram sempre subjacentes à produção textual dos jornalistas. As restrições são muito específicas e ditadas por manuais de redação entregues a cada profissional

em seu primeiro dia de trabalho, criando um texto comum a todos, não há mais autoria individual, a não ser em gêneros específicos editoriais.

Restrições como as que se observam pelo trecho a seguir, retirado do Manual de Redação do jornal **FOLHA DE S. PAULO**, de 1996<sup>12</sup>, e em vigor até hoje:

O texto da Folha deve ser claro e direto. Deve desenvolver-se por meio de encadeamentos lógicos. Deve ser exato e conciso. Deve estar redigido em nível intermediário, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela norma culta da língua. Convém que os parágrafos e frases sejam curtos e que cada frase contenha uma só idéia. Verbos e substantivos fortalecem o texto jornalístico, mas adjetivos e advérbios, sobretudo se usados com frequência, tendem a piorá-lo.

(**Manual de Redação da FOLHA DE S. PAULO**, 1996)

O que percebemos, portanto, é que há várias formas de recortar análises de textos jornalísticos. Se optássemos por um recorte discursivo, faria sentido analisar as diferenças entre os jornais, pois marcadamente as escolhas editoriais são distintas. Mas ao analisarmos as construções, não chegamos ao nível pragmático e essas distinções se perdem.

Ao tratarmos dos gêneros textuais que se inserem no domínio do jornalismo, percebemos que também existem diferenças muito específicas entre eles. Os jornais contêm, em suas páginas, diversos textos que se diferenciam em seu conteúdo e estilo e são organizados editorialmente e visualmente no que chamamos editoriais.

Editoriais também se configuram como divisões internas dos jornais, sua forma de organização funcional. Servem como identificação: é comum ouvir que alguém é “repórter de política” ou que trabalha na “editoria de economia”. A editoria do repórter lhe dá sensação de pertencimento e uma

---

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm), acesso em 24/6/2014.

representação em um coletivo, que se transporta para a rede de construções relacionadas pela cognição. É um princípio de categorização que influencia diretamente no texto produzido.

No nosso *corpus*, encontramos todas as editorias publicadas nos veículos:

**Quadro 2: Editorias jornalísticas e suas características**

<b>EDITORIA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Capa</b>	Primeira página do jornal, onde são publicados os principais assuntos que serão tratados internamente. A capa recebe tratamento visual diferenciado, com títulos em corpo maior e textos menores, além do uso de mais fotos do que no miolo. Na capa também pode haver espaços editoriais verbais ou não-verbais, como por exemplo a charge de Chico Caruso que é publicada diariamente no Jornal <b>O GLOBO</b> . A capa é diagramada tomando por princípio alguns conceitos: a leitura é feita de cima para baixo, da esquerda para a direita. Portanto, o assunto mais importante se situa no quadrante superior esquerdo e o menos, no quadrante inferior esquerdo. O título maior vem acima da dobra do jornal. Chamadas menores vêm no rodapé da página. Fotos de impacto ganham sempre espaço na metade superior.
<b>Chamada</b>	Podem ocorrer na capa principal, nas capas dos cadernos ou abrindo editorias ou matérias especiais. São textos destacados cujo conteúdo pode ser entendido sem o auxílio de um texto complementar. Algumas vezes vêm acompanhadas do número da página onde se encontra o assunto completo.
<b>Fotolegenda</b>	Quando as fotos merecem destaque especial, são publicadas independentemente de haver texto. Assim, criam-se as fotolegendas, para situar uma foto que não vem acompanhada de um texto.
<b>Opinião/Artigos</b>	São seções específicas que tratam dos assuntos por meio de textos opinativos, assinados pelos autores. Na maioria das vezes, os textos de opinião são escritos por pessoas de fora da redação e os jornais não assumem responsabilidade por seus conteúdos.
<b>Editorial</b>	Textos opinativos. Podem ser assinados ou não. Deixam transparecer a opinião do jornal sobre um determinado assunto. Ao contrário da editoria de opinião/artigos, os editoriais são feitos pelos jornais e eles assumem sua autoria, mesmo que haja um nome específico assinando.
<b>Cartas dos leitores</b>	São seções com textos enviados pelos leitores, geralmente sobre assuntos que foram publicados anteriormente ou ainda sobre discussões que estejam em pauta na sociedade (agenda). As cartas somente são corrigidas no que diz respeito ao português, e, algumas vezes, são reduzidas. Neste caso, o jornal usa a marcação [...] para demonstrar que o texto foi suprimido. Também são responsáveis de quem assina, e não do jornal. Importante dizer que, nos dias de hoje, com o advento da Internet, não se usa mais a palavra carta. <b>O GLOBO</b> passou a denominar a editoria somente como “Dos Leitores”.
<b>Política</b>	Editoria que trata dos assuntos políticos do país, como eleições, ações dos poderes Executivo e Legislativo, acompanhamento de agendas políticas e sociais que despertem mais o interesse público, campanhas, candidaturas, política partidária, entre outros.

<b>País/Geral</b>	Editoria que traz os acontecimentos mais factuais do dia, os fatos podem ser sobre qualquer assunto que não tenha editoria específica -- assaltos, acidentes, catástrofes, censos demográficos, IDH, assassinatos...
<b>Cidade</b>	Assuntos sobre a cidade onde o jornal se encontra e onde circula - no caso do Rio de Janeiro, o estado do Rio, com foco na região metropolitana: Rio, Niterói, São Gonçalo, Baixada Fluminense.
<b>Polícia</b>	Alguns jornais adotam uma editoria específica para tratar de crimes - assaltos, assassinatos, suicídios, tudo o que diga respeito à rotina policial.
<b>Mundo</b>	Editoria que trata dos temas internacionais, todos os outros países, em termos políticos, econômicos, sociais, desastres naturais, guerras.
<b>Saúde</b>	Alguns jornais separam a editoria de ciência da de saúde, dando a esta última um tom editorial mais voltado para prestação de serviços, informações sobre doenças, prevenção, cuidados com higiene.
<b>Entretenimento</b>	Geralmente são cadernos em separado, cujo universo tenha a ver com cultura: música, shows, teatro, novelas, artistas, colunas de celebridades e focos, histórias em quadrinhos, horóscopos e todo o tipo de temas que divirtam os leitores encontram-se agrupados nesta editoria, que se caracteriza pela leveza.
<b>Economia</b>	Assuntos específicos sobre macroeconomia, economia brasileira (PIB, desemprego, aumento de renda, crescimento econômico) e sobre as empresas - lucros, negócios, mercado financeiro, negócios (abertura de capital, fusões, vendas, concordatas e falências).
<b>Esportes</b>	Durante a semana, costuma ocupar as últimas páginas dos cadernos de cidade. Nas segundas-feiras, costuma ser um caderno à parte. Alguns jornais já tratam esportes como suplementos a semana toda. A editoria de esportes engloba quaisquer esportes que existam e despertem algum interesse nos leitores: tradicionalmente, no Brasil, há repórteres setoristas cobrindo futebol, Formula 1, turfe, voleibol, basquete, atletismo. Equipes maiores são destacadas para eventos (Copa do Mundo, Olimpíadas) e alguns assuntos são tratados de forma ocasional: golfe, beisebol, etc.
<b>Ciência</b>	Textos sobre descobertas científicas, estudos sobre doenças, pesquisas.
<b>Literatura, crônicas e romances</b>	Podem ocupar espaço nos jornais, mas são gêneros incluídos no tipo textual não-informativo.
<b>Charge ou caricatura</b>	São espaços editoriais ou de opinião não-verbais. O gênero ganhou, no Brasil, um contorno diferenciado dos outros países e destaque no conteúdo dos jornais.
<b>Colunas assinadas</b>	Podem tratar de quaisquer assuntos, geralmente são publicadas próximas às editorias a que pertencem - política, geral, cultura, esportes etc. Os colunistas assinam seu assunto, mas como são contratados do jornal, este não se exime de sua responsabilidade pela publicação, apesar de compartilhá-la. Normalmente são pessoas influentes e suas colunas pautam as redações.
<b>Serviços e informações (Expediente, Obituário, UD, resultado das loterias)</b>	Todos estes assuntos são publicados nos jornais, em diversas páginas. Não se caracterizam pelo texto jornalístico, mas são informações que vem sendo publicadas pelos jornais historicamente - como uma forma de prestar serviço e despertar o interesse dos leitores ao mesmo tempo.

<b>Cadernos Especializados (Tecnologia/ Informática, Automóveis, Imóveis, Moda, Educação, Família, Dominical, Infantil, Turismo)</b>	Alguns assuntos mais específicos não possuem uma premência de publicação diária de seu conteúdo. São matérias mais frias, elaboradas, pautas específicas, que podem ser publicadas em cadernos ou suplementos semanais específicos. Estes cadernos costumam despertar grande interesse do público, que muitas vezes compra o jornal somente no dia em que os seus cadernos prediletos são publicados. Quando alguma informação ganha contornos de urgência ou exclusividade, pode ser publicada fora do suplemento: por exemplo, quando uma notícia de uma empresa de tecnologia é imediata, pode ser publicada na editoria de economia e detalhada depois em uma suite (continuação de assunto no dia seguinte) publicada no caderno especializado.
--	--

Em princípio, durante a pesquisa, fizemos diversas amostragens de dados selecionando gêneros específicos no domínio discursivo do jornalismo – informativo, editorial, entretenimento. No entanto, a conclusão a que chegamos é que este tipo de escolha (sobre quais os gêneros seriam os mais informativos ou os mais jornalísticos) é subjetivo demais, no nosso caso, e implicaria uma escolha aleatória sobre quais gêneros trazem mais informação do que outros. Como uma das justificativas para a relevância desta pesquisa é justamente contribuir com metodologias que possam ser aplicadas à pesquisa no campo da Comunicação, não se mostra adequado escolher alguns gêneros em detrimento de outros, mas sim comprovar que a rigidez implantada a partir da reforma perpassou todo o texto do jornal, modificando inclusive os gêneros com mais liberdade de uso da língua, por serem menos informativos.

Quanto ao tipo textual, por compreendermos que nossa análise linguística se refere aos títulos especificamente, também não há necessidade de delimitar alguns tipos específicos. No caso do jornalismo impresso, a maioria dos textos publicados é composta a partir do tipo narrativo/argumentativo. Há cartas, crônicas, receitas, mas são tipos pontuais e que geralmente não apresentam títulos (são somente nomes de seções).

Portanto, a partir do entendimento de que o domínio discursivo do jornalismo perpassa todas as editoriais, percebemos não haver necessidade de recortar somente uma parte deste domínio.

As únicas construções excluídas da base de dados são aquelas que se parecem graficamente com títulos, mas são nomes de seções fixas dos jornais, tais como “Cartas dos Leitores”, “Informe JB”, “Swann”, “Coisas da Política”, “Caderno Ela”. Esses nomes se repetem diariamente e demarcam espaços editoriais específicos, mas não reproduzem conteúdo noticioso por si. São delimitações visuais: colunas, cadernos, editoriais. Quando havia, no entanto, títulos internos às áreas demarcadas, como por exemplo, títulos das notas das colunas, estes foram incluídos. A exclusão deste tipo de construção também se deu porque elas teriam impacto nas estatísticas com possibilidade de distorcê-las, já que se repetem diariamente, durante anos. No caso de “Coisas da Política”, do **JB**, por exemplo, encontramos o título recorrentemente<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Devido à grande influência do jornalista e escritor Carlos Castello Branco, durante os 30 anos em que trabalhou no JORNAL DO BRASIL, a coluna de política do jornal passou a se chamar “Coluna do Castello”. De acordo com Alberto Dines, a substituição do nome Coisas da Política pelo nome do jornalista inauguraria uma nova fase de jornalismo autoral no jornal, nos anos 1960. A antiga “Coisas da Política” não desapareceu, no entanto. A coluna voltava a ganhar este título quando assinada por interinos e, depois da morte de Castello Branco, em 1993, voltou a se chamar “Coisas da Política” novamente. (Cf.: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mem05072000.htm>, acesso em 10/6/2015)

### **3 Fundamentação teórico-metodológica**

Neste capítulo, encontra-se o arcabouço teórico que balizou a pesquisa. A partir da perspectiva dos Modelos Baseados no Uso, como fundamentação mais ampla na qual a tese se insere, selecionamos os modelos teóricos mais específicos para tratar dos fenômenos linguísticos encontrados em nossos dados. Nossa análise não trata de mudança linguística, como já foi dito, pois partimos da premissa de uma reforma já dada, na qual o uso da língua no escopo do domínio discursivo do jornalismo se modifica a partir de regras arbitradas pelos manuais de redação.

Dessa forma, apesar de lidarmos no arcabouço teórico com a perspectiva das construções, conforme proposta de Goldberg (1995, 2003, 2013), que, por sua vez, se sustentou em trabalhos anteriores voltados para o que se convencionou chamar Gramática das Construções, conforme a própria autora descreve, utilizaremos o conceito de construção de forma mais ampla e, no decorrer da análise, nos basearemos nos aspectos mais formais das construções, sempre tendo em mente que as construções têm forma e significado indissociáveis.

Em conjunto com a vertente construcional, utilizamos a Teoria dos Protótipos (Rosch (1973, 1976), Lakoff (1980, 1987) e os princípios da categorização (conforme propõem Langacker (1987, 1991) e Taylor (2002, 2003), entre outros). A visão de Bybee (2010) sobre o papel da frequência nas mudanças nos usos da língua se soma a este quadro referencial teórico, por considerarmos que a frequência pode nos auxiliar na comprovação de quais modificações de fato ocorreram. Mais uma vez, é importante ressaltar que fazemos uso da metodologia proposta por Bybee, mas não tratamos de fenômenos relativos à variação e mudança linguística. Mais

especificamente, ao analisar os constituintes, nos utilizaremos principalmente das propostas de Halliday (1994) e Castilho (2012), que tomam como base as estruturas formais da língua em suas gramáticas, mas consideram o uso em suas conceituações.

Como aporte teórico, esta pesquisa se fundamenta nos Modelos Baseados no Uso. A expressão, cunhada por Langacker (1987, 1991), nas últimas décadas passou a englobar inúmeras propostas que, de uma forma ou de outra, defendem que a língua emerge do uso.

Nöel (2007:178) traça uma importante linha histórica do desenvolvimento deste modelo teórico. O autor afirma que, inicialmente, os Modelos Baseados no Uso eram divididos, majoritariamente, entre aqueles que se alinhavam com a Gramática de Construções, que surgiu a partir de estudos sobre construções gramaticais, elaborados inicialmente por Paul Kay, Charles Fillmore e George Lakoff, e defendidos por Goldberg (1995, 2006), e aqueles partidários da Gramaticalização, cujos estudos remontam a Antoine Meillet, em 1912, quando o termo apareceu pela primeira vez.

Desta forma, os pesquisadores dividiam-se em dois principais grupos: aqueles que tratavam da Gramaticalização e Linguística Histórica (em perspectiva diacrônica) e aqueles que se voltavam para a Gramática de Construções (com visão sincrônica). Contudo, Nöel (2007:178) aponta para uma importante reformulação teórica quando, finalmente, o conceito de “construção” (unidade básica da Gramática de Construções) penetra nos estudos de Gramaticalização. Podemos exemplificar a proposta dessa junção com a definição de Bybee (2003a, *tradução nossa*) de que “gramaticalização é a criação de novas construções”.

Barlow e Kemmer (2000:xviii, *tradução nossa*) afirmam que os padrões em dados de uso refletem padrões gerais de variação, ao longo de diferentes dimensões de vários tipos, de formal a social. Além disso,

formas linguísticas variantes podem ser consideradas como possibilidades alternativas licenciadas pela rede<sup>14</sup> linguística. Barlow e Kemmer citam também a pesquisa de William Labov<sup>15</sup>, e afirmam que a variação é altamente estruturada, não apenas no sistema do indivíduo, mas por meio de grupos de falantes.

O uso linguístico é entendido como o local (*locus*) da mudança linguística. Indivíduos iniciam e respondem a micromudanças diacrônicas em seus próprios sistemas linguísticos e nos de outros indivíduos da mesma comunidade linguística, através da introdução de variantes de maior ou menor frequência. Para os autores, em um modelo baseado no uso, instâncias específicas são altamente significantes, bem como o léxico é para a sintaxe, a fonologia é para a morfologia e o uso sincrônico é para a mudança diacrônica.

Barlow e Kemmer (2000:xix, *tradução nossa*) citam a visão de Israel e Kemmer (1993) e de Israel (1996), de que ligações entre construções e itens lexicais, que ocorrem com frequência nelas, também parecem conduzir a extensões criativas de construções sintáticas, com efeitos sincrônicos e diacronicamente cumulativos. Por fim, declaram que aquisição, variação e mudança diacrônica são todos reflexos da dinâmica do uso linguístico (sincrônico).

A corrente teórica dos Modelos Baseados no Uso explica as mudanças na língua com base nos processos cognitivos de domínio geral, que regem não só a capacidade linguística, mas também as demais capacidades da

---

<sup>14</sup> A noção de rede/network parte de estudos cognitivistas. Sua concepção faz parte da proposta de Ronald Langacker como modelo para o estudo das construções gramaticais e passa a ser usada nos estudos mais recentes sobre Construcionalização (Cf. Traugott e Trousdale, 2013).

<sup>15</sup> Fundador da sociolinguística variacionista, corrente inaugurada em 1960.

mente humana – como a visão, o olfato ou a memória. Para Bybee (2010:221, *tradução nossa*):

Esses processos de domínio geral operam através da repetição em uma escala massiva, por meio dos indivíduos e certamente, por meio das comunidades; essa repetição por meio do contexto do que humanos gostam de falar e como eles estruturam seu discurso dão forma à gramática e ao léxico de línguas particulares. Pela extensão desse contexto, sentido e padrões de discurso são compartilhados entre as línguas, emergindo similaridades na estrutura. Assim, tomando a língua como uma atividade corpórea, que ocorre em tempo real, em situações reais e que passa por meio de sistemas cognitivos reais, ela mostra grande potencial para levar à explicação do que se percebe como estrutura linguística.

(BYBEE, 2010:221, *tradução nossa*)

De acordo com Bybee (2011:69-70):

A proposição básica da teoria baseada no uso é que a estrutura da língua é criada enquanto a língua é usada (Barlow e Kemmer, 2000; Bybee e Beckner, 2009; Bybee, 2010). Os mecanismos que criam a gramática [...] estão todos em operação no uso linguístico. O uso dos mesmos sons, palavras e padrões em milhares de eventos de uso tem um impacto no armazenamento e processamento da experiência linguística, o que dá à língua sua estrutura. Como resultado, então, a estrutura linguística é emergente da língua em uso”.

(BYBEE, 2011:69-70, *tradução nossa*)

Bybee (idem) ressalta que algumas das fontes de dados e fatores que são levados em consideração em modelos baseados no uso costumam ser negligenciados em abordagens mais estruturais, tais como o efeito da frequência de uso, a padronização de estruturas linguísticas dentro do contexto do discurso e as inferências pragmáticas que acompanham a linguagem utilizada na interação.

No Brasil, a abordagem baseada no uso proposta por Bybee (2010) como um desenvolvimento natural do funcionalismo norte-americano se mostra também uma tendência, refletida em um modelo recentemente

denominado Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). De acordo com Cunha *et al.* (2013:13), o termo “identifica uma tendência funcionalista de estudos da língua, também denominada *Linguística Cognitivo-Funcional*, conforme Tomasello (1998)”.

Ainda de acordo com Cunha *et al.* (2013:14):

[...] nessa abordagem, assume-se que as categorias linguísticas são baseadas na experiência que temos das construções em que elas ocorrem, do mesmo modo que as categorias por meio das quais classificamos objetos da mesma natureza e da cultura são baseadas na nossa experiência com o mundo. Todos os elementos que compõem o processo que leva ao desenvolvimento de novas construções gramaticais surgem do uso da língua em contexto e envolvem habilidades e estratégias cognitivas que também são mobilizadas em tarefas não-linguísticas.” São os chamados processos cognitivos de domínio geral.

(CUNHA *et al.*, 2013:14)

A noção de construção usada aqui toma por base as obras de Goldberg (1995, 2006, 2013), Bybee (2010), Traugott e Trousdale (2013) e trabalhos anteriores no campo da Gramática das Construções, elaborados por Fillmore e Kay, Lakoff, Brugman e Lambrecht, que, de acordo com Goldberg (1995:6) apresentam como denominador comum a visão de que correspondências forma-significado são as unidades básicas da língua.

Construções são pareamentos simbólicos específicos de forma e significado e podem ter qualquer tamanho – de uma cláusula complexa a um afixo (Goldberg, 2006:18). São as unidades básicas da língua. Podem existir no nível da cláusula, frases, colocações, palavras e morfemas – todos podem ser analisados pelo modelo construcional. Construções podem, portanto, incluir desde generalizações abstratas de um nível muito alto (regras elegantes) até as mais substantivas. Como as análises não se excluem, uma mesma sequência linguística pode receber várias representações.

Na Gramática das Construções, não há divisão estrita entre léxico e gramática. De acordo com Lakoff (1987:463, *tradução nossa*), é preciso encontrar uma teoria da gramática na qual a sintaxe não seja independente da semântica:

Nós estamos propondo uma teoria de gramática baseada cognitivamente [...]. Uma gramática deste ponto de vista será uma categoria radial de construções gramaticais, onde cada construção pareia um modelo cognitivo (o qual caracteriza significado) com aspectos correspondentes da forma linguística.

(LAKOFF, 1987:463, *tradução nossa*)

Lakoff passa a se referir a essa teoria da gramática como Gramática Cognitiva. Em conjunto com Charles Fillmore e Paul Kay, com quem trabalhou numa teoria geral sobre as construções gramaticais (1987:463), Lakoff define cada construção gramatical como um pareamento (F,M) forma-significado, onde F é um conjunto de condições da forma sintático-fonológica e M é um conjunto de condições sobre sentido e uso.

Goldberg parte desta definição para criar sua proposta. Para Goldberg (2006:3), trata-se de enfatizar o papel das construções gramaticais: pares convencionalizados de forma e função. Também enfatiza genericamente que as línguas são aprendidas – são construídas com base em *inputs*.

Alguns princípios centrais do modelo construcional proposto por Goldberg (2006, *tradução nossa*) são:

- a) A unidade básica da gramática é a construção, a qual se caracteriza por ser um pareamento convencional de forma e significado.
- b) A estrutura semântica é mapeada diretamente na superfície da estrutura sintática, sem derivações.

- c) A língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós e relações [*links*] entre estes nós; as associações entre alguns desses nós tomam a forma de hierarquias de herança.
- d) A estrutura da língua é modelada pelo uso.

A vertente construcional se mostra adequada à análise das manchetes dos jornais que compõem o *corpus* desta pesquisa, porque possibilita interpretar as construções de forma esquemática e ir além da análise somente do conteúdo semântico-pragmático. No entanto, como os manuais de redação dão ênfase à parte estrutural, ou mais formal, da língua, nosso trabalho propõe a adoção de uma concepção mais geral do conceito de construção como qualquer estrutura linguística que possa ser analisada a partir das partes que a compõe. Sendo assim, tendo em mente que os autores que trabalham com esta noção enfatizam sempre a indissociabilidade entre forma e significado, nos manteremos neste enquadramento. Todavia, priorizamos na análise do *corpus* os aspectos mais formais, por considerarmos que explicitam mais claramente os fenômenos relacionados às nossas hipóteses.

Outra ideia central na abordagem construcional é a de rede [*network*]. A rede representa uma metáfora para a noção de domínios conceituais, desenvolvida pelos linguistas cognitivistas, com destaque para George Lakoff (1980, 1987), a partir de um paralelo com a forma de processamento da mente humana, que não se dá de forma linear e nem estruturada em tipos. A rede seria, portanto, uma forma de representar teoricamente o raciocínio por analogia e traçar paralelos com outras formas de processos cognitivos gerais da mente humana, tais como a visão e a audição. Também se relaciona à capacidade humana de categorizar. A metáfora da rede, de acordo com Traugott e Trousdale (2013:50), tem sido

desenvolvida por diversas teorias da linguística cognitiva e representa papel significativo nos modelos de gramática desenvolvidos por Goldberg (1995, 2006), Croft (2001) e Langacker (2008) e, mais significativamente em *Hudson's* (não-construcional) *Word Grammar* (2007) e em *Lamb's Stratificational Grammar* (1998). Para as abordagens construcionais, o conceito de rede se mostra central. No entanto, conforme alertam Traugott e Trousdale (2013:50), esse tipo de representação bidimensional não faz justiça totalmente ao funcionamento em si da rede, que é multi-dimensional (sendo concebida em termos de redes neurais).

Alguns nós na rede representam esquemas, outros subesquemas, e outros, esquemas do tipo microconstrucional. Por exemplo, enquanto há relações na rede entre esquemas partitivos e quantificadores, há também subredes associadas com esses esquemas (quantificadores grandes vs. pequenos) e relações entre as microconstruções que são membros dos subesquemas. [...] um nó tem forma e significado contido (mesmo com seus graus variáveis de complexidade e especificidade – alguns podem ser subespecificados) e relações são possíveis em direções múltiplas diferentes entre semântica, pragmática, funções no discurso, sintaxe, morfologia, e fonologia de cada nó. Cada nó é relacionado em vários caminhos com outros nós da rede.

(TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013:51, *tradução nossa*)

Quanto à herança, de acordo com Goldberg (1995:75-81, *tradução nossa*), suas relações permitem que toda a informação não-conflitante entre duas construções relacionadas seja compartilhada.

É importante aqui estabelecer como Goldberg (1995:31-32) define a polissemia construcional:

Construções são tipicamente associadas com uma família de sentidos relacionados, em vez de um sentido único, fixo e abstrato. Uma vez que não há divisão estrita entre sintaxe e o léxico, essa polissemia é esperada, desde que a polissemia morfológica tem se mostrado a norma, estudo após estudo (Wittgenstein, 1953; Austin (1940); Bollinger (1968); Rosch (1973); Rosch et al (1976); Fillmore (1976), 1982; Lakoff (1977, 1987); Haiman (1978); Brugman (1981, 1988); Lindner

(1981); Sweetser (1990); Eimanatian (1990)). Assim, tratando construções como o mesmo tipo básico de dado que os morfemas, as construções devem ter sentidos polissêmicos, assim como os morfemas.

(GOLDBERG, 1995:31-32, *tradução nossa*)

### ***3.1 Categorização e a teoria dos protótipos***

A primeira percepção do pesquisador que trabalha com *corpora* baseados nos meios de comunicação é que há grande diversidade de tipos de construções. Se forem *corpora* escritos, percebe-se também que há uma relação tensa entre a liberdade necessária para atrair o leitor e a necessidade de ater-se à gramática normativa. Como resultado, há diversas construções que preenchem *slots* das categorias formais de modo inusitado. Faz-se necessário, portanto, encontrar enquadramentos teóricos que permitam analisar os componentes estruturais da língua com definições mais abrangentes.

Dessa forma, consideramos importante para este trabalho fazer uso da teoria dos protótipos, que norteará a análise dos elementos constituintes das construções presentes no *corpus*. O conceito de protótipo, nesta pesquisa, ganha mais destaque ao conceituarmos a noção de sujeito e as construções sancionadas para esta posição nas manchetes dos jornais. Para compreender a teoria dos protótipos, é preciso antes falar sobre categorização.

Taylor (2003:xii-xiii) afirma que os linguistas estão interessados em categorização por dois motivos. Primeiro, porque categorizar alguma coisa frequentemente envolve nomeá-la. O sentido de uma palavra frequentemente pode ser tomado por um nome de uma categoria. Não só as palavras da língua denotam categorias. Fenômenos gramaticais, como o tempo de um verbo, ou o tipo de oração na qual um verbo ocorre, podem

também ser associados a sentidos, e esses sentidos também podem ser vistos como categorias. Segundo, porque a língua em si é um objeto de categorização. Como tudo o mais em nosso ambiente, cada expressão linguística é um evento único. O fato de a língua poder ser usada como um meio de comunicação repousa absolutamente sobre a capacidade de reconhecer, no fluxo dos seus eventos, instâncias de categorias linguísticas – coisas como fonemas, palavras, classes de palavras, tipos de orações, e assim por diante.

Bybee (2010:79) parte da visão de Taylor para afirmar que “categorias exemplares, sendo acumuladas através da experiência (em vários domínios), exibem efeitos prototípicos.” Ela chama de “efeito prototípico” a caracterização das associações dos membros às suas respectivas categorias por gradação: alguns membros associados à determinada categoria são mais centrais enquanto outros são marginais. É o mesmo princípio defendido por Rosch e Taylor, entre outros. Para Bybee (2010:79), “membros classificados em uma determinada categoria podem se tornar modelos exemplares por interação de duas dimensões de categorização: similaridade e frequência”.

Para Lakoff (1987:xi-xii), a categorização é uma questão central, mas ele aponta que a visão tradicional sobre as categorias as caracteriza somente pelas propriedades compartilhadas por seus membros. No entanto, a partir de estudos de Eleanor Rosch e outros pesquisadores (1976), começou a ser desenvolvida uma teoria dos protótipos, que trouxe uma nova visão sobre categorização. Lakoff (1987:6) afirma que a maior parte dos processos de categorização é automática e inconsciente, e nós nos damos conta deles somente quando categorizar se torna problemático. Para Lakoff (1987:8), a abordagem de Rosch, assumida por ele, sugere que a categorização humana é essencialmente uma matéria de experiência e

imaginação – de percepção, atividade motora, e cultura por um lado, e de metáfora, metonímia e imaginação mental, por outro.

A ideia básica de Rosch, aproveitada também por Taylor e sustentada por ampla evidência empírica, é de que categorias são estruturadas em torno de “exemplares prototípicos” ou “melhores exemplares”. De acordo com Taylor (2003:xiii), em consequência, pode-se dizer que as categorias têm uma estrutura interna – alguns exemplares são melhores do que outros. Indo além, é frequente que categorias não tenham fronteiras claras. Há casos fronteiros, onde uma categorização clara e não-ambígua não é possível. Assim, uma entidade pode ser um exemplo marginal de mais de uma categoria, mas não será um bom exemplo para nenhuma delas. Lakoff propõe (1987:9), a partir dos seus dados, que é preciso uma revisão na concepção clássica da noção de categorias: que passem a ser definidas por modelos cognitivos.

Essa nova visão não é, no entanto, fundada em Lakoff. O autor (1987:16) situa em Wittgenstein o primeiro grande rompimento com a teoria clássica sobre categorização. Em suas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein já percebe que a definição de categorias como apresentando fronteiras claras, definidas por propriedades comuns, é problemática. Ele usa a categoria “jogo” para exemplificar o seu não enquadramento na visão tradicional, já que não existem propriedades comuns compartilhadas por todos os jogos. Alguns envolvem somente distração, outros incentivam a competição, sorte, habilidade. De acordo com Lakoff:

“como não há uma coleção de propriedades únicas que todos os jogos compartilham, a categoria jogos se une pelo que Wittgenstein chama semelhança familiar. Membros de uma família parecem-se uns com os outros de vários modos: podem compartilhar o mesmo físico ou os mesmos traços, a mesma cor de cabelos e de olhos, ou o mesmo temperamento e gostos. Mas

não há uma coleção única de propriedades compartilhadas por todos na mesma família. Jogos, neste caso, são como famílias”.  
(LAKOFF, 1987:16, *tradução nossa*)

Wittgenstein também percebeu que não há fronteiras fixas na categoria jogo. A categoria pode ser estendida a novos tipos de jogos que surjam. Lakoff coloca o surgimento dos videogames, na década de 1970, como um exemplo recente na história pelo qual os limites da categoria jogo foram ampliados em larga escala. Ele afirma ainda, a partir da visão de Rosch, de que não existem exemplares prototípicos, mas sim graus de prototipicidade, determinados por semelhança.

Taylor (2003:xiii) afirma que:

Cada entidade e cada situação que nós encontramos é singularmente diferente de cada outra. Para funcionar no mundo, todas as criaturas, incluindo humanos, precisam ser capazes de agrupar entidades diferentes juntamente como exemplares de um mesmo tipo. Nosso aparato cognitivo faz isso automaticamente a maior parte do tempo.  
(TAYLOR, 2003:xiii, *tradução nossa*)

O autor diz que automaticamente o ser humano classifica coisas à sua volta como “livros”, “lápiz”, “árvores”, “xícaras de café” e assim por diante. E tendo classificado alguma coisa como um “livro” ou como uma “xícara de café” ou o que for, o conhecimento sobre aquele objeto aumenta, a partir da sua categorização. Dessa forma, a categorização serve para reduzir a complexidade do ambiente. Para a maior parte, categorização se torna parte e parcela da percepção. Ver um objeto e depois categorizá-lo parece ser parte de um mesmo processo.

Lakoff (1987:467) afirma que “o ponto é mostrar que quando a teoria dos protótipos é tomada junto com as construções gramaticais, é possível estabelecer regularidades que não poderiam ser estabelecidas de outra

forma”. Para o autor (1987:113), a linguagem é a mais característica das atividades cognitivas humanas. Para entender como os seres humanos categorizam em geral, precisamos no mínimo entender como essa categorização se dá no caso especial da linguagem natural.

Bybee afirma que (2010:79), dado que as construções são objetos linguísticos convencionais e, portanto, como objetos não naturais, não compartilham características inerentemente herdadas, parece que a frequência de ocorrência pode influenciar significativamente a categorização na língua. “Considerando também que usar a língua é acessar representações arquivadas, aquelas mais fortes (as mais frequentes) são acessadas mais facilmente. Podem assim mais facilmente ser usadas como base de categorização de novos itens.” (BYBEE, 2010:79). Bybee acredita, portanto, que a frequência é determinante para que um membro de uma categoria seja considerado como central (ou prototípico), ou ao menos, tenha mais chance de ser tomado como referência para categorização de outros membros. Exemplos novos são colocados em espaços semânticos mais próximos ou distantes dos exemplos mais fortes dependendo do seu grau de similaridade. Bybee (2010:80) afirma que a categorização é probabilística ao longo das duas dimensões – similaridade e frequência. Em algumas ocasiões, a categorização pode ser direcionada por similaridade a um membro de menor frequência, se houver mais semelhanças entre esse membro e o que está sendo categorizado. No entanto, a interação probabilística entre frequência e similaridade sempre resulta em uma categoria na qual os membros centrais são os mais frequentes.

Na nossa pesquisa, a categorização se mostra uma noção essencial, dado que buscamos sistematizar nossa análise com base em categorias formais, mas nos utilizamos da ideia de que a língua emerge do uso. Portanto, no percurso da análise nossas escolhas se deram a partir da noção

de categorização, com a qual pudemos classificar todas as construções, e de prototípiã, com a qual pudemos selecionar os melhores exemplares de cada categoria, de forma a estabelecer estatisticamente a relevância de seu uso.

### ***3.2 Categorias analíticas***

Para analisar os dados, mostraram-se necessárias categorias de classificação, de forma a quantificar as diferentes construções encontradas. Sem essa categorização, não seria possível fazer a análise da frequência das construções e verificar a hipótese proposta. De acordo com Bybee (2011:69-70, *tradução nossa*):

A proposição básica da teoria baseado no uso é que a estrutura da língua é criada enquanto a língua é usada (Barlow e Kemmer 2000; Bybee e Beckner 2009; Bybee 2010). Os mecanismos que criam a gramática [...] estão todos em operação no uso linguístico. O uso dos mesmos sons, palavras e padrões sobre milhares de eventos de uso tem um impacto no armazenamento e processamento da experiência linguística que dá à língua sua estrutura. Como resultado, então, a estrutura linguística é emergente da língua em uso.

(BYBEE, 2011:69-70, *tradução nossa*)

Bybee (*op.cit.*) ressalta que algumas das fontes de dados e fatores que são levados em consideração em modelos baseados no uso costumam ser negligenciados em abordagens mais estruturais, tais como o efeito da frequência de uso, a padronização de estruturas linguísticas dentro do contexto do discurso e as inferências pragmáticas que acompanham linguagem utilizada na interação.

Com relação às estruturas da língua, compreender os mecanismos de coordenação e subordinação se mostra importante para esta análise, dado que o jornalismo é um texto balizado na gramática normativa. No entanto, na leitura dos jornais se verifica a afirmação de Bybee de que as

construções emergem do uso. Dessa forma, as definições formais do que seja coordenação ou subordinação não se aplicam rigidamente ao objeto em análise.

Para a gramática tradicional, enquanto a dependência pressupõe uma hierarquização entre as partes, na qual uma delas não pode existir sem a outra (a subordinada “depende” da oração principal), a independência pressupõe autonomia, do ponto de vista da sintaxe. No entanto, quando essa noção se transfere para a pragmática, nenhuma estrutura poderia ser totalmente autônoma. O sentido dado pelo discurso depende da correlação entre as partes, mesmo que seja uma correlação frouxa do ponto de vista gramatical. Enquanto a gramática tradicional vai tratar os casos que não seguem a regra como “desvios”, os Modelos Baseados no Uso percebem essas relações em um jogo no qual a sintaxe, a semântica e a pragmática não se dissociam.

A partir da proposta de análise dos Modelos Baseados no Uso, construímos a sistematização que será usada na pesquisa, recorrendo a alguns conceitos mais específicos sobre os constituintes das construções que nos deram suporte para definir que tipos de relações existem entre elas, do ponto de vista sintático.

Para iniciar, é preciso compreender quais tipos de relações existem entre construções verbais e entre construções não verbais. Enquanto a gramática normativa estabelece que as estruturas devam ser verbais e se dividam entre coordenação e subordinação, diversos autores, de diferentes campos da Linguística, pesquisam relações entre constituintes e vão além desta distinção.

Decat (2011:24) afirma que:

Faz-se necessário verificar que tipo de dependência está sendo considerado para essas definições: dependência de forma? De sentido? Dependência pragmática? Além disso, não constitui novidade a existência, seja na língua oral, seja na escrita, de conexões implícitas e conexões explícitas.

(DECAT, 2011:24)

Decat (2011:25) se baseia, primeiramente, em Halliday e Hasan (1976) em sua abordagem:

Halliday e Hasan (1976), examinando a questão da **integração estrutural** de uma cláusula em outra, procuraram estabelecer diferenças entre esse tipo de dependência – que caracteriza uma cláusula encaixada (ou *rankshifted*, nos termos desses autores) – e a **hipotaxe**. A distinção feita por eles não é propriamente entre tipos de dependência, mas entre **dependência e integração estrutural**. Essa última traduz, segundo eles, o conceito relevante para a questão, sendo, portanto, um termo mais adequado que **encaixamento** (ou *embedding*), já que esse costuma não ser bem distinguido da hipotaxe. Dentro deste raciocínio, haverá, entre as cláusulas subordinadas de modo geral, um tipo que é **dependente de** outra cláusula, mas **não estruturalmente integrado** nela.

(DECAT, 2011:25)

A autora acredita que as noções de dependência ou independência entre as unidades informacionais se relacionam ao uso da construção em determinado contexto pragmático. Ao analisar orações em jornais impressos, Decat cita várias construções que podem ser consideradas conflitantes com a gramática normativa, mas que são usadas porque traduzem essas relações claramente para os leitores.

Surge assim, dentro do que se acostumou chamar de subordinação, a diferenciação entre estruturas de **encaixamento** e estruturas de **hipotaxe**. Em outras palavras, cumpre distinguir: a) cláusulas dependentes que têm a ver com os fatos da gramática da língua, isto é, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical **em constituição** com um item lexical; b) cláusulas dependentes que representam **opções organizacionais** para o usuário da língua. No primeiro tipo englobam-se as cláusulas-complemento e as adjetivas restritivas; já no segundo

enquadram-se, por exemplo, as cláusulas adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas.

(DECAT, 2011:28)

Decat (2011:29), a partir da sistematização feita por Chafe, em 1985, quanto ao encadeamento das unidades informacionais, afirma ser possível estabelecer a diferença entre encaixamento e hipotaxe, ou entre integração estrutural e opção organizacional.

A necessidade de **completar o sentido de outra cláusula**, ou de parte dela – argumento utilizado pelos gramáticos tradicionais para estabelecer a diferença entre cláusula principal e subordinada – seria, assim, uma decorrência natural daquilo que constitui, em cada caso, a unidade informacional. O fato de uma cláusula não poder **constituir por si só um enunciado** decorre de não ser ela uma unidade de informação. Por outro lado, se um cláusula – adverbial, por exemplo – constituir uma unidade informacional por si mesma, ela será uma construção hipotática (uma opção de organização do discurso) e, portanto, independente. Se mesmo uma cláusula adverbial estiver em constituição com um item lexical de outra cláusula, ela não será, provavelmente, uma unidade de informação à parte, estando, pois, encaixada, integrada estruturalmente em outra.

(DECAT, 2011:30)

Decat argumenta, dessa forma, que a dependência se dá em graus e usa o termo desgarramento para identificar cláusulas que, pela gramática normativa, deveriam ser construídas em relações de subordinação, mas são redigidas em construções verbais separadas uma da outra, representando opções organizacionais. É o caso deste exemplo, que não é aceito pela gramática tradicional:

(2) “Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. **Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido o Carnaval.**” (Estado de Minas, 17/2/94)

(DECAT, 2011:33)

De acordo com Paiva e Braga (2009), o problema se mostra mais complexo quando se tenta, dentro da noção de parataxe, diferenciar

justaposição e coordenação. Da perspectiva funcionalista, as autoras afirmam que é mais importante deixar de enxergar as classificações como dicotômicas e passar a pensar em um *continuum*.

Os processos de conexão de orações constituem um continuum de ligação/estreitamento que vai do grau mais baixo de ligação, parataxe, a um grau maior de ligação/estreitamento, subordinação, passando por um grau intermediário (hipotaxe).  
(BRAGA E PAIVA, 2009:38)

Assim, a subordinação se refere aos processos de maior encaixamento, enquanto a hipotaxe e a parataxe se referem aos processos com menor grau de encaixamento. Seria, portanto, o traço [ $\pm$  encaixamento] o fio condutor do *continuum*. De acordo com Dias e Rodrigues (2010:19), que partem da mesma perspectiva abordada por Braga e Paiva citada anteriormente:

Nessa perspectiva, parataxe implicaria independência relativa, ou seja, o vínculo entre as cláusulas dependeria apenas do sentido e da relevância da relação entre elas; já a hipotaxe implicaria dependência entre um núcleo e margem(ns), mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Por sua vez, a subordinação implicaria dependência completa entre núcleo e margem(ns) e, portanto, encaixamento de toda a margem em um constituinte do núcleo.  
(DIAS E RODRIGUES, 2010:19)

As cláusulas hipotáticas poderiam modificar, expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, estabelecendo, assim, uma relação circunstancial, como no caso das adverbiais. Para Decat (2011:23), no que diz respeito ao encaixamento, ou subordinação, existe uma distinção entre dois tipos de subordinadas: aquelas “que fazem parte de uma mesma unidade de informação e aquelas que, caracterizando-se como opções de que se vale o falante na organização de seu discurso, constituem, elas mesmas, unidades de informação à parte”.

O desgarramento, de acordo com Decat, poderia ser também uma opção organizacional do discurso. Apesar de não serem integradas

estruturalmente na outra, essas cláusulas mantêm, com o discurso precedente, algum tipo de relação. Decat (2011:34) afirma que as cláusulas em foco em sua análise constituem, cada uma por si, uma “unidade de informação”. E é exatamente por isso que foi possível seu desgarramento da cláusula anterior, mantendo alguma relação semântica. Cada unidade de informação apresenta algo novo a respeito de um tema. Decat observa, no entanto, que no caso de cláusulas encaixadas, não seria esperado ocorrer o desgarramento, pois não haveria duas unidades de informação. No entanto, a autora localizou alguns casos de ocorrência de desgarramento em cláusulas-complemento.

A explicação para este fato reside na ocorrência parafrástica das cláusulas em questão. Observe-se que todas elas constituem uma repetição, em termos de status sintático, de um constituinte (o sujeito, no caso) de cláusula anterior [...]. Isso foi o que permitiu o “desgarramento” daquelas cláusulas que constituem, nos termos de Halliday (1985)<sup>16</sup>, uma **expansão por elaboração** de uma sequência discursiva com status de encaixamento.

(DECAT, 2011:36)

Decat (2011:41) conclui que, se as cláusulas encaixadas exercem de fato alguma função discursiva, terão *status* bem diferenciado daquele exibido pelas cláusulas que contribuem para a estruturação do discurso, sendo opções para atender a objetivos comunicativo-interacionais específicos.

Para Talmy Givón, “a pragmática discursiva desempenha um papel decisivo em explicar a sintaxe da língua humana” (1979:81) e a relação entre discurso e sintaxe se dá a partir da necessidade de comunicação. De acordo com esta abordagem, as escolhas sintáticas desempenhariam uma

---

<sup>16</sup>No livro *An Introduction to Functional Grammar* (1985).

“função”. Não possuiriam, de fato, qualquer existência independente da estrutura do discurso. Em vez de desenvolver a ideia de que há um nível de organização estrutural autônomo e independente na língua, Givón quer mostrar a sintaxe como dependente: uma entidade funcionalmente motivada, na qual as propriedades formais refletem, talvez não completamente, mas quase, as propriedades dos parâmetros explicativos que motivam sua emergência. De acordo com o autor, dois fatores podem ser unificados no princípio da urgência da tarefa comunicativa, a previsibilidade e a relevância: “uma tarefa comunicativa é mais urgente quando a informação a ser comunicada é ou menos previsível ou mais importante”.

A noção de importância da tarefa comunicativa se relaciona, ainda, principalmente no que diz respeito ao jornalismo, às noções de *status* informacional. Ellen Prince (1981, 1992) e Wallace Chafe (1984, 1994) abordam o tema *status* informacional em seus trabalhos. De acordo com Prince (1981:303), o texto do falante seria como um modelo particular de discurso endereçado ao ouvinte e conteria entidades (NPs), atributos e relações entre as entidades. A autora defende que podemos “pendurar” atributos nestas entidades (NPs). A hipótese de Prince é de que os falantes sempre tentam usar entidades já conhecidas no texto, mais do que as novas. Se eles não podem retomar as entidades já existentes, eles tentam criar as novas a partir do uso das antigas.

Prince propõe um esquema se utilizando de três categorias principais: nova-inferível-evocada. A autora chama a atenção para que se deva considerar essa classificação no que diz respeito ao ouvinte (a entidade é nova/velha para o ouvinte) e no que diz respeito ao discurso em si (nova/velha no texto), conforme o quadro 3:

**Quadro 3: Categorias de Prince para informações novas/evocadas**

	Novo no discurso	Velho no discurso
Novo para o ouvinte	Brand-New <sup>17</sup>	(não se aplica)
Velho para o ouvinte	Disponível (Unused)	Evocada

Em seu texto de 1984, *Cognitive Constraints on Information Flow*, Chafe também deixa claro que empreende um esforço contínuo para esclarecer o que ocorre na mente das pessoas quando elas manipulam informações “dadas” e “novas”, “tópicos e comentários”, “sujeitos e predicados”, “unidades entonacionais”, “frases”, “sentenças” e “parágrafos”. Ao contrário de Prince, que mantém sua análise ao nível textual, Chafe afirma que “os fenômenos linguísticos aos quais são dados nomes como esses são manifestações de processos cognitivos básicos e pode ser que nunca os entendamos completamente até compreender os fenômenos psicológicos subjacentes a eles” (1984:21).

Ele formula os conceitos de novo e dado, em sentido cognitivo, se valendo de uma escala com três níveis:

**Quadro 4: Classificação de Chafe para informações dadas/acessíveis/novas**

Classificação de Chafe (1984)	Relação com os níveis cognitivos	Paralelo com a proposta de Prince
Dado (Given)	Já ativado	Evocado (Evoked)
Acessível (Accessible)	Previamente semi-ativado	Disponível (Unused)/Inferível (I e Ic)
Novo (New)	Previamente inativo	Novo em folha (Brand-New)

A proposta de Chafe se justifica a partir de sua visão do discurso com base nas unidades entonacionais, que, por serem curtas, só podem colocar em foco ou ativar uma pequena quantidade de informação de cada vez. Em 1995, Chafe reformula a dicotomia dado/novo proposta em 1984, a partir da percepção de que é “impossível compreender a distinção entre informação dada e nova sem levar em conta a consciência” (1995:72).

Como se observa a partir dessa discussão, não há uma visão unânime do ponto de vista a ser adotado para analisar as construções. Dessa forma, optamos por usar categorias formais, considerando que estas, quando em uso, sofrem a influência dos

<sup>17</sup> Quanto à categoria intermediária, o inferível, Prince (1981) explica que tecnicamente temos um novo ouvinte, mas o falante pressupõe que um gatilho torne a entidade velha no seu discurso para este ouvinte, que pode inferir o que está sendo dito, tornando-se, assim a entidade velha para o ouvinte. O inferível também pode estar contido no próprio discurso.

aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos sempre. Dessa forma, iremos nos basear, com algumas adaptações, na proposta da “Gramática do Português Brasileiro”, Ataliba de Castilho (2012), na qual o autor procura sistematizar as diversas noções sobre os tipos de construções. Ele utiliza o termo *sentença*, explicando que se utiliza dele em lugar de *frase, oração, período*. O autor afirma que a variedade de definições existente nas gramáticas se deve a que a sentença soma, em si, um conjunto de estruturas que podem ser (CASTILHO, 2012:243):

1. sentença como estrutura gramatical;
2. sentença como estrutura semântica;
3. sentença como estrutura discursiva.

Para o autor, um importante processo atravessa essas três percepções: o processo da *predicação*. Ele explica que, no campo semântico, a predicação se refere à transferência de traços semânticos ou papéis temáticos de um predicador para seu escopo. Já no campo da gramática, “focalizando a sintaxe, veremos que as propriedades semânticas da predição têm por correlato a estrutura argumental da sentença. Projetando argumentos, a predicação cria a sentença e os sintagmas.” (CASTILHO, 2012:246)

Dik<sup>18</sup> (1978/1981, 1989 *apud* CASTILHO, 2012:246), em busca de compreender a predicação do ponto de vista do funcionalismo, propõe um modelo que parte do estado de coisas, entendido como algo que pode ocorrer tanto no mundo real quanto mental.

**Quadro 5: Estados de coisas**

	+ dinâmico	- dinâmico
+ controle	Ação	Posição
- controle	Processo	Estado

<sup>18</sup> DIK, Simon, *Gramática Funcional*, Trad.: Leocadio Martín Mingorance e Fernando Serrano Valverde. Madrid: Soc. Gen. Española de Librería AS., 1978/1981 / DIK, Simon, *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications. Part I: the structure of clause, 1989.

A partir deste modelo, seria possível retratar o estado de coisas a partir da análise das sentenças. Castilho, citando Dik, enumera os seguintes constituintes como integrantes das predicacões: argumentos (exigidos pela semântica do predicado) e satélites (não exigidos e que veiculam informação suplementar).

Castilho (2012:246) afirma ainda, sobre a estrutura sintagmática das sentenças, que as predicacões têm por determinação, por quantificação, por delimitação e por atribuição um correlato no sintagma nominal. A predicacão por modalização tem um correlato no sintagma verbal.

Ele detalha da seguinte forma:

- (1) Os Especificadores tomam por escopo o núcleo nominal do sintagma nominal, predicando à esquerda, ou tomam por escopo toda uma sentença, predicando à direita. Com isso, os artigos, os demonstrativos, os possessivos e os quantificadores seriam entendidos como predicadores [...]. A esses constituintes devem ser agregados os delimitadores, analisados por Moraes de Castilho<sup>19</sup> (1991).
- (2) Os sintagmas adjetivais tomam por escopo o núcleo nominal do sintagma nominal, predicando à esquerda, ou tomam por escopo toda uma sentença, predicando à direita. No primeiro casos esses sintagmas funcionam como adjuntos adnominais; no segundo, como hiperpredicadores [...].
- (3) Os sintagmas adverbiais tomam por escopo os núcleos do sintagma verbal, do sintagma adjetival e do próprio sintagma adverbial, como adjuntos adverbiais, ou de toda uma sentença, como hiperpredicadores [...]. Esse é o caso dos advérbios de sentença.

(CASTILHO, 2012:246)

Por fim, é importante salientar que alguns dos constituintes das sentenças são mais livres para se deslocarem, enquanto outros não. Com

---

<sup>19</sup> MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. *Os delimitadores do português falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, dissertação de mestrado.

essas considerações, resumidas aqui, Castilho propõe ser possível fornecer a moldura pela qual se pode descrever a predicação no português. Essa moldura servirá à nossa pesquisa, de forma a construirmos as categorias de análise a serem utilizadas.

### *Sintagmas Nominais*

O foco desta pesquisa são os sintagmas nominais (SNs), tanto nas construções não verbais desvinculadas quanto ocupando a posição de  $SN_{\text{sujeito}}$  das construções verbais. De acordo com Castilho (2012:453), sintagmas nominais (SNs) são construções que apresentam a seguinte estrutura:

SN → (Especificadores) + núcleo + (Complementadores)

Ainda de acordo com Castilho (2012:453), “Segundo esta regra, o sintagma nominal é uma construção sintática que tem por núcleo um substantivo ou um pronome, o primeiro uma classe basicamente designadora, e o segundo uma classe dêitica/fórica/substituidora”. O autor define as seguintes categorias sintáticas para cada um dos constituintes do SN:

Os Especificadores compreendem: (i) artigos; (ii) demonstrativos; (iii) possessivos; (iv) quantificadores; (v) expressões qualitativas do tipo o estúpido do e a porcaria do etc.; e (vi) delimitadores [...].

O núcleo, como já se disse, compreende os substantivos e os pronomes (i) pessoais; (ii) neutros; (iii) pronomes adverbiais.

Os Complementadores compreendem: (i) os sintagmas adjetivais, que funcionam como adjunto adnominal (a opinião [pública], acontecimentos verdadeiramente [lamentáveis], etc.); (ii) os sintagmas preposicionais, que funcionam como complementos nominais (uma reação [à seriedade administrativa], saudades [dos tempos] etc.; e (iii) as sentenças relativas (gente [que se respeita]).

(CASTILHO, 2012:454)

Castilho (2012:454) ressalta ainda que “o termo Especificadores é um rótulo sintático, que designa um constituinte sintagmático e sentencial, qualquer que seja sua interpretação semântica. Assim, haverá Especificadores semanticamente determinados e Especificadores semanticamente indeterminados”. Além disso, os SNs podem ser instanciados por quatro tipos de construções, de acordo suas análises (CASTILHO, 2012:455):

- (1) E1: sintagma nominal simples, ou pelado, para os íntimos, composto apenas pelo núcleo nominal ou pronominal: *fogo* em (1a) [*Fogo* queima. Isso dói pra caramba.]; *tudo* em (1b) [*Este menino exige tudo*, aquele  $\emptyset$  já não quer nada.], e assim por diante.
- (2) E2: sintagma nominal composto pelo Especificador + núcleo: *este menino*, *aquele  $\emptyset$* , em (1b) etc. [...]
- (3) E3: sintagma nominal composto por núcleo + Complementador: *acontecimentos verdadeiramente lamentáveis*, *autoridades diversas* em (1d) [A opinião pública tem presenciado *acontecimentos verdadeiramente lamentáveis*. Numa sequência estonteante, ex-ministros, ministros e *autoridades diversas* veem-se envolvidos em denúncias de corrupção. Como se uma reação à seriedade administrativa tivesse sido detonada.]
- (4) E4: sintagma nominal máximo, em que seus três constituintes foram preenchidos: os cofres públicos em (1e) [Ninguém pode ter saudades dos tempos em que as irregularidades eram abafadas, os corruptos, encobertos, e *os cofres públicos*, franqueados a aproveitadores] etc.

(CASTILHO, 2012:455)

Da mesma forma que procedemos para determinar as categorias que seriam adequadas para analisar as relações entre as construções verbais, no caso dos SNs que compõem as construções não verbais também é preciso considerar o papel da semântica e da pragmática.

Além da descrição sintática dos SNs, Keizer também (2007:38) chama a atenção para a necessidade de considerar os fatores pragmáticos e cognitivos subjacentes à produção e interpretação dos SNs. De acordo com a autora, de um ponto de vista pragmático, o falante escolhe a forma linguística mais efetiva para atingir seu objetivo comunicacional. Isso

explica, do ponto de vista da cognição, alguns fenômenos linguísticos em termos de seu armazenamento e posterior retomada na mente.

Keizer analisa seus dados a partir de duas vertentes: do ponto de vista estrutural e do ponto de vista semântico, pragmático e cognitivo. Em ambos os casos sua conclusão é que o caminho deve ser trabalhar do ponto de vista da categorização, buscando uma sistematização pelo viés da prototipicidade, mas tendo em mente que os dados empíricos irão apresentar-se em graus variados de não-prototipicidade.

Por fim, é importante destacar a visão de Castilho, entre outros autores, sobre a possibilidade de análise dos SN na posição de sujeito, a partir de seus constituintes.

### *A noção de sujeito*

O sujeito é considerado, tradicionalmente, como uma relação gramatical na estrutura frasal das línguas. No entanto, a partir da década de 1970, principalmente com o trabalho de Li e Thompson (1976:457), surge uma nova conceituação sobre o papel e a classificação do sujeito na linguística. Por meio de evidências de diversas línguas, os autores propõem que algumas línguas são baseadas nas construções básicas tópico-comentário, ao invés da construção sujeito-predicado. Estas mostram que a relação tópico-comentário é tão básica quanto a relação sujeito-predicado das descrições gramaticais, e comprovam, principalmente, que as línguas podem diferir em suas estratégias de construção de sentenças, de acordo com a proeminência das construções de tópico ou de sujeito.

As observações mais importantes de Li e Thompson quanto a diferenças entre tópico e sujeito (1976) podem ser sistematizadas assim:

**Quadro 6: Diferenças principais entre sujeito e tópico  
(a partir de Li e Thompson)**

	<b>Sujeito</b>	<b>Tópico</b>
(a)	Pode ser indefinido.	Deve ser definido.
(b)	Sempre apresenta uma relação seletional com algum predicado na sentença, não necessariamente na superfície.	Não apresenta relação seletional com nenhum verbo da frase, não precisa ser nem argumento nem predicativo.
(c)	Determinado pelo verbo. É possível prever um sujeito a partir de um verbo selecionado, com exceção de certas construções, como a voz passiva.	Não é determinado pelo verbo, a seleção do tópico não depende do verbo.

**Quadro 6: Diferenças principais entre sujeito e tópico  
(a partir de Li e Thompson, continuação)**

	<b>Sujeito</b>	<b>Tópico</b>
(d)	Papel funcional varia de acordo com o verbo.	Papel funcional constante através das sentenças: limita a aplicabilidade da predicação principal. Determina um enquadramento espacial, temporal ou individual.
(e)	Concordância do sujeito é obrigatória com verbo/predicado <sup>20</sup> .	Concordância rara e, quando existe, opcional. Tópicos são independentes de seus comentários.
(f)	Não se encontra “confinado” à posição inicial da sentença	Vem no início da sentença e, em algumas línguas, é marcado morfológicamente.
(g)	Tem papel proeminente em vários processos gramaticais, tais como reflexivização, passivização etc.	Independente sintaticamente, não interfere nos processos gramaticais.

Li e Thompson afirmam que os sete critérios listados não são diferenças categóricas, mas podem servir de guia para distinguir tópico e sujeito. Afirmam que, subjacentes a esses critérios, há três fatores básicos que influenciam as construções:

---

<sup>20</sup> Essa afirmativa de Li e Thompson é bastante discutida em pesquisas sobre o tema. Como os estudos citados partem da teoria gerativa, os autores compreendem que a concordância sempre ocorre, mesmo que não seja realizada.

- (1) estratégia discursiva;
- (2) relações nomes-verbos;
- (3) processos gramaticais.

Para os autores, o sujeito tem uma função mínima no discurso em contraste com o tópico, mas representa papel preponderante nas relações entre nomes e verbos e nos processos gramaticais. Li e Thompson (1976:466) concluem que o tópico é uma noção discursiva, enquanto o sujeito possui uma grande influência na estrutura interna da sentença.

Pontes (1986) questiona a diferenciação entre tópico e sujeito, proposta por Li e Thompson, como universal, a partir de dados que analisa do português brasileiro. Para a autora, a afirmativa de que a concordância do sujeito é obrigatória não se realiza, em certas variedades do Português Brasileiro, na materialidade da fala. Algumas construções caracterizadas como tópico ou como agramaticais podem, na verdade, ser sujeitos não-prototípicos. Neste caso, Pontes defende que seu reconhecimento – se tópico ou se sujeito – se dará pelo contexto pragmático. Ela afirma que mesmo em orações SV(O) o sujeito pode ser paciente ou afetado.

Para Keenan (1976:61), o sujeito não deve ser considerado uma categoria discreta, mas deve se basear em um conjunto de propriedades. A visão de Keenan é compartilhada por diversos autores e usada, inclusive, como base das formulações sobre a posição do sujeito nas gramáticas de construções.

O conceito de sujeito, de acordo com Castilho (2012:289) “tem-se revestido de certa fluidez na teoria gramatical, e diferentes estudos têm focalizado as dificuldades dos gramáticos e dos sintaticistas a esse respeito”. Castilho imputa essas dificuldades à natureza tríplice de tudo aquilo que é reconhecido como sujeito: sintático, discursivo e semântico.

Nos textos jornalísticos, elaborados com o suporte de manuais de redação que tomam por base a gramática normativa, dá-se preferência às construções com sujeitos em posição canônica e preenchidos. Não há, portanto, em nível sintático, dificuldade de reconhecê-los, na maioria dos casos. No nível semântico/pragmático, algumas escolhas de constituintes que irão ocupar a posição de sujeito podem ser não-prototípicas, sendo sancionadas pelos verbos e operando por meio de metáforas e metonímias, em geral. Nesta pesquisa, no entanto, não nos ateremos à análise das motivações para escolha das construções que ocupam a posição sujeito, pois o foco é sua análise estrutural em comparação aos SN<sub>desvinc.</sub>

Vista deste ângulo, a noção de sujeito se relaciona à categorização (quais elementos podem constar desta categoria) e pode ser definida a partir da noção de protótipo, como um subconjunto privilegiado de membros de determinada categoria, que representam os “melhores” exemplares daquela categoria (CROFT, 2001:73). Assim, as noções de sujeito e objeto não se definem como categorias fixas ou estruturas sintáticas. “Dentro de uma língua, essas categorias não são definidas sintaticamente, independentemente das construções onde ocorrem. Ao contrário, as construções são primárias, ou unidades primitivas de representação sintática.” (CROFT, 2001:162). Croft (2001:24) define o sujeito como composto por dois tipos diferentes de relações em uma construção: o papel de uma parte no todo e a relação de uma parte com outra parte.

O autor elenca algumas características que poderiam compor o sujeito prototípico. Para ele, o papel único em um evento com um participante aparece na extremidade superior das duas hierarquias (a acusativa e a ergativa), porque é compartilhado pelas categorias nominativa e absoluta. Em ambas as hierarquias, o sujeito é a primeira categoria, ou a única, a ter:

- (1) zero marca de caso;
- (2) engatilhar a concordância verbal.

No entanto, ele chama a atenção para o fato de as construções envolvendo marcas tipológicas poderem dividir a concordância entre os participantes, em sentenças transitivas em algumas línguas, por exemplo. Ele dirá, dessa forma, que tanto as marcas de caso quanto a de concordância podem compor o sujeito prototípico, mas são sensíveis a diferentes propriedades funcionais.

Além destas marcas, parece que a agentividade, ou capacidade do participante de transferir uma ação, pode ser também um critério de reconhecimento do sujeito. Fillmore (1968) acredita que, havendo um agente, este será sujeito. O autor especifica a noção de caso como “um conjunto universal, presumivelmente inato, de conceitos os quais se identificam com certos tipos de julgamentos que humanos são capazes de fazer acerca dos eventos que ocorrem à sua volta, julgamentos sobre quem fez isso, com quem isso aconteceu, e o que mudou.”. O autor coloca o caso agentivo (A) como tipicamente animado, seguido de verbo de ação. Para Pontes (1986: 237), no entanto, a agentividade também precisa ser entendida por meio de casos típicos, assim como a noção de sujeito.

Hopper & Thompson (1980) corroboram a agentividade como a capacidade do participante de transferir uma ação. E afirmam que, tradicionalmente, o papel de agente se relaciona ao sujeito. Pontes (1986:29) afirma que o lugar para expressar o agente é pré-verbal. No entanto, quando não há sujeito, o objeto pode aparecer antes do verbo. Ou ainda o objeto pode iniciar a frase, com a presença do sujeito posposto, o que parece apontar, no nosso caso, para a possibilidade de a posição do

sujeito ser uma posição esquemática com múltiplas possibilidades de preenchimento.

Além da agentividade, outros fatores também fazem parte da composição de um sujeito prototípico. A animacidade parece ser um deles. Em linguística, considera-se animacidade como uma característica dos nomes, através das quais é possível reconhecer e nomear coisas vivas, as quais se tornam referentes. O termo em inglês *animacy* surgiu a partir da linguística cognitiva e costuma-se compreendê-lo em termos de uma escala que vai do humano ao inanimado. No entanto, conforme ressalta Comrie (1989), a animacidade não pode ser compreendida de forma linear, mas sim como um reflexo da interação humana com diversos parâmetros. Não se trata somente de estabelecer traços [ $\pm$ humano] ou [ $\pm$ vivo], mesmo que ambos representem de certa forma parte do que se entende por animacidade, em termos semânticos. A intuição inicial sobre a animacidade costuma ser “extra-linguística” (Comrie, 1989:185) e está ligada à nossa capacidade cognitiva de interpretação dos domínios conceituais.

### *O conceito de tópico*

Do ponto de vista gramatical, conforme descreve Castilho (2012:279), as construções de tópico podem ser descritas como sintagmas nominais anacolúuticos, “ou seja, fragmentos soltos, sem conectividade sintática com o resto” e vão até mesmo a construções como “sintagmas nominais que funcionam como constituintes sentenciais deslocados para a esquerda ou para a direita”. Do ponto de vista discursivo, Castilho (2012:279) afirma que são “expressões que fornecem um quadro de referência para o que vai ser elaborado no texto, atuando na hierarquização

tópica. Do ponto de vista semântico, essas expressões veiculam uma informação ainda não integrada na memória de curto prazo”.

Essa descrição encontra um paralelo no conceito de unidade informacional (*idea unit*), de Wallace Chafe, que constrói um modelo baseado no processamento de informações. O pesquisador, ao analisar a fala, percebe que é necessário que ela seja constituída de pequenas partes, algo que justifica sua visão do discurso com base nas unidades entonacionais, que, por serem curtas, só podem colocar em foco ou ativar uma pequena quantidade de informação de cada vez.

Chafe considera as unidades entonacionais como a verbalização de uma única peça de informação (normalmente em 5 ou 6 palavras, geralmente precedidas de uma pausa), que carrega ideias e objetos, eventos e propriedades. Ou seja, essas são as ideias expressadas em NPs, VPs e adjetivos, entre outras coisas, que ele chama de “conceitos”:

O ponto central é que, quando falamos sobre estados de ativação, não são estados que se aplicam para os grandes *chunks* [blocos] de informação expressados nas unidades entonacionais. Em vez disso, eles se aplicam aos conceitos distintos que residem dentro desses *chunks* [blocos].

(CHAFE, 1984:25, *tradução nossa*)

Brown e Yule (1983:68) analisam como a noção de tópico se relaciona com as representações do conteúdo do discurso. Para os autores (1983:68, *tradução nossa*): “Desde que muitas das representações propostas são baseadas numa organização hierárquica do conteúdo discursivo, devemos considerar criticamente a possibilidade de caracterização do tópico em termos dos elementos mais no topo da representação hierárquica”. Ao contrário dos diversos autores que correlacionam as categorias de tópico e sujeito, Brown e Yule não conferem ao tópico uma noção gramatical.

Para eles, o tópico não é um constituinte gramatical de nenhum tipo, mas sim algo “sobre o que se está falando” em uma conversação, noção que seria pré-teórica e raramente se identificaria com uma parte da sentença. Eles acreditam que “não são as sentenças que têm tópicos, mas sim os falantes”.

[...] o tópico de um texto equivale ao seu título e que, para qualquer texto, existe uma expressão única (single) correta a qual é “o tópico”. Esse seria o caso se textos somente pudessem ser compreendidos completamente se fossem acompanhados de títulos únicos e corretos. No entanto, não seria também muito difícil imaginar vários títulos diferentes para um mesmo texto.

(BROWN e YULE, 1983:72, *tradução nossa*)

A implicação desta ideia, de acordo com os autores, é que, para cada texto, pode haver uma série de possíveis “títulos”. Fazendo um paralelo, pode-se dizer que há, para cada texto, um diferente número de caminhos para expressar “o tópico”. Cada caminho de expressão “do tópico” efetivamente representa um julgamento diferente do que está sendo escrito ou falado no texto.

Com essa perspectiva, os autores propõem que exista um enquadramento tópico (ou *topic framework*) através do qual uma rede de possibilidades de tópicos emerge, contanto que estejam dentro da mesma rede e em um domínio de ativação no momento do seu uso.

A partir dessas noções, os autores desenvolvem o conceito de tópico discursivo, partindo da hipótese subjacente à análise de que existe uma conexão específica entre o “tópico discursivo” e o “conteúdo discursivo”. O primeiro pode ser visto como consistindo dos elementos importantes deste último (BROWN e YULE, 1983:107). Para isso, eles usam a noção lógica de proposição.

Como essa noção é utilizada por diversas correntes da linguística, Brown e Yule (1983:108) fazem uma breve revisão de literatura e concordam com a definição elaborada por Van Dijk<sup>21</sup> (1977 *apud* BROWN e YULE), quando ele apresenta uma abordagem formal para o conceito de “tópico do discurso”. Na sua análise de trechos de textos escritos, van Dijk propõe que o tópico pode ser expresso como uma “proposição complexa a qual é implicada pela junção de conjuntos de proposições expressas pela sequência de sentenças do texto” (*tradução nossa*).

Os autores enfatizam que van Dijk propõe uma análise semântica subjacente das representações mais do que das sentenças que constituem o texto. A representação semântica do texto é uma macro-estrutura que define “o sentido das partes de um discurso e o todo do discurso com base nos significados das sentenças individuais” (van Dijk, 1977:6, *apud* BROWN e YULE, *tradução nossa*). Como aponta van Dijk, “tópicos discursivos parecem reduzir, organizar e categorizar a informação semântica de sequências como um todo” (van Dijk, 1977:132, *apud* BROWN e YULE, *tradução nossa*).

### *Construções verbais*

O domínio discursivo do jornalismo trabalha com construções canônicas. Isso quer dizer que, atualmente, nas suas manchetes espera-se encontrar principalmente construções esquemáticas<sup>22</sup> do tipo [SV(O)], sendo “S” a posição de sujeito a ser preenchida por diversas possibilidades

---

<sup>21</sup> Van Dijk, T.A. *Text and Context*. London: Longman. 1977.

<sup>22</sup> Cf. definição de esquema à p. 54 desta tese

de construções. No entanto, sabe-se que nem todos os construtos podem ocupar essa posição. Goldberg (2006) aponta o verbo da construção como o elemento de maior peso para sancionar construtos na posição de sujeito.

Para Goldberg (2006:38), a interpretação dá-se ao integrar a estrutura argumental da construção com o verbo principal e seus vários argumentos, à luz do contexto pragmático no qual a sentença é proferida. Os argumentos, nestas estruturas argumentais da construção, são referidos como papéis argumentais, aos quais Goldberg se refere em citação aos papéis clássicos de agente, paciente, etc. A autora (2006:39) afirma que cada sentido distinto de um verbo é convencionalmente associado a um quadro semântico rico de sentidos que, em parte, especifica certos papéis participantes: o número e o tipo de *slots* que são associados com o sentido dado a um verbo.

Ainda de acordo com Goldberg (*op.cit.*), dois princípios gerais devem ser entendidos para restringir os modos como os papéis participantes de um verbo e os papéis dos argumentos de uma construção podem ser colocados em correspondência, ou fundidos: o Princípio da Coerência Semântica e o Princípio da Correspondência. O primeiro assegura que os papéis do participante do verbo e do argumento da construção sejam semanticamente compatíveis. O segundo estabelece que os perfis dos papéis dos participantes dos verbos devem ser codificados pelos perfis dos papéis argumentais, um pode ser representado por um papel argumental não-perfilado (e realizado como um argumento oblíquo). O princípio da correspondência é um princípio padrão [*default*], o qual é, em sua raiz, icônico.

A partir dessa definição de Goldberg (2006:38), podemos chegar à conclusão de que há verbos que autorizam e verbos que não autorizam determinadas construções, assim como selecionam possibilidades de

argumento (sujeitos, objetos, demais complementos). Os níveis de esquematicidade da construção também influenciam essas possibilidades: verbos mais esquemáticos, ou mais abstratos, permitem maior quantidade de possibilidades. O mesmo se dá para os argumentos. É dessa forma que sintagmas que, a princípio, não seriam autorizados como sujeitos de determinados verbos, ao se considerar o conteúdo lexical, passam a ser sancionados, a partir de seus deslizamentos de sentidos proporcionados por processos metafóricos e metonímicos principalmente.

Sendo assim, se faz importante também considerar os verbos das construções analisadas. A referência inicial para análise dos verbos será M.A.K. Halliday, talvez o pesquisador que tenha realizado a classificação mais completa de verbos, a partir de uma perspectiva funcional.

Halliday (1994:106), ao analisar a sentença como representação de padrões de experiências, atribui aos verbos um papel central. O autor afirma que a língua permite ao ser humano construir um quadro mental da realidade, para dar sentido à realidade em torno e dentro dele. Aqui novamente a frase representa um papel central, porque incorpora um princípio geral para modelar experiências, ou seja, o princípio de que a realidade é composta de processos.

Nossa mais poderosa impressão da experiência está nos verbos de “acontecimento” [*goings-on*]: acontecendo, fazendo, sentindo, significando, sendo, estando e se tornando. Todos estes acontecimentos estão separados na gramática das frases. Assim, além de ser um modo de ação, de dar e exigir bens e serviços e informações, a cláusula é também um modo de reflexão, de impor a ordem na variação e fluxo infinito de eventos. O modo como a gramática atinge este objetivo é pela transitividade.

(HALLIDAY, 1994:107, *tradução nossa*)

Halliday afirma que o sistema da transitividade constrói um mundo de experiências em um conjunto gerenciável de tipos de processo. Há três processos principais na gramática. Os dois primeiros são relacionados à transitividade: processos materiais e processos mentais. O terceiro tipo de processo é o relacional: nós aprendemos a generalizar – relacionar um fragmento de experiência ao outro.

Para Halliday, um processo consiste principalmente de três componentes:

- a) O processo em si
- b) Os participantes
- c) Circunstâncias associadas ao processo

Esta interpretação tripartite é o que se dispõe sob a distinção gramatical das classes de palavras entre verbos, nomes e o resto, um padrão mais ou menos universal entre todas as línguas humanas. Halliday defende que os tipos de participantes e circunstâncias associadas ao processo se modificam de acordo com o tipo de verbo escolhido.

Além dos três processos principais, Halliday considera mais três, que poderiam ser chamados intermediários. Na fronteira entre os mentais e materiais estão os processos comportamentais, que representam manifestações externas de processos internos. Não há, no entanto, divisões claras entre os processos. As fronteiras são difusas. Na fronteira entre os verbos mentais e relacionais estão os processos verbais. Já entre os processos relacionais e materiais encontram-se os existenciais.

Halliday (2004:172) sistematiza esses processos com a seguinte figura:

Imagem 3: Tipos de processos em inglês<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Figura citada a partir do artigo de SOUZA, M e MENDES, W.V. *Uma análise sistêmico-funcional do dizer em artigos científicos de graduandos*, publicado na revista DELTA vol.28 (ed. especial). São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502012000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502012000300006) (acesso em 6 de abril de 2015).

**Quadro 7: Características principais de cada processo  
(adaptado de Halliday, 1994, continuação)**

Tipo de processo	Características principais
<i>Processos materiais</i>	São processos de “ <i>doing</i> ” (alguém faz alguma coisa). Todos têm obrigatoriamente um ator [ <i>actor</i> ]. Alguns têm um segundo participante (meta [ <i>goal</i> ]/aquele a quem o processo é estendido). Não são necessariamente concretos, mas quanto mais abstratos, mais difícil distinguir ator/meta.
<i>Processos mentais</i>	São processos de sentimento, pensamento e percepção. Não é possível usar o raciocínio ator-meta-processo, mas há sempre um participante humano, que “sente” [ <i>senser</i> ], ao contrário do processo material. Já aquele que é sentido, percebido ou pensado pode ser qualquer elemento, não é restrito a alguma coisa ou categoria semântica. É uma projeção [ <i>phenomenon</i> ]. Há três subtipos: (1) <i>percepção</i> ( <i>seeing, hearing etc.</i> ) (2) <i>sentimento</i> ( <i>liking, fearing etc.</i> ) (3) <i>cognição</i> ( <i>thinking, knowing, understanding etc.</i> )
<i>Processos relacionais</i>	São processos de “ <i>being</i> ” (uma relação é estabelecida entre duas entidades separadas, alguma coisa está sendo dita sobre outra coisa). Há três tipos principais: (1) <i>intensivo</i> (“ <i>x is a</i> ”) (2) <i>circunstancial</i> ( <i>x is at a</i> ) (3) <i>possessivo</i> (“ <i>x has a</i> ”) E há dois modos de funcionamento: (a) <i>atributivo</i> ( <i>a</i> é um atributo de <i>x</i> ) (b) <i>identificador</i> ( <i>a</i> é a identidade de <i>x</i> ) Esses tipos conjugados aos processos geram seis formas de processos relacionais.
<i>Processos comportamentais</i>	São tipicamente humanos, representam comportamentos fisiológicos ou psicológicos (respirar, tossir, sorrir, sonhar, olhar, tagarelar, resmungar, sentar etc.). O participante [ <i>behave</i> r] geralmente é um ser consciente, se aproximando da definição dos participantes dos processos mentais, mas o processo em si é mais material.
<i>Processos verbais</i>	São os processos de dizer [ <i>say</i> ], em um sentido amplo. Cobrem qualquer tipo de troca simbólica de significado. Não exigem um participante consciente. O falante [ <i>sayer</i> ] pode ser qualquer coisa que emita um sinal, como “a notícia” ou “meu relógio”. Por conta disso, é mais apropriado chamá-los de processos simbólicos. O termo projetado pode ser uma proposição ou uma proposta e pode aparecer na sentença modalizada. São distintos dos demais processos e podem acomodar três outros participantes em adição ao falante [ <i>sayer</i> ]: (1) receptor [ <i>receiver</i> ] (aquele para quem alguma coisa está sendo dita); (2) palavreado [ <i>verbiage</i> ] (o que é dito, com relação ao seu conteúdo ou seu próprio nome); (3) alvo [ <i>target</i> ] (o remetente do que é dito, é uma função similar à meta [ <i>goal</i> ], descrita acima, nos processos materiais).
<i>Processos existenciais</i>	Representam alguma coisa que existe ou acontece. O objeto ou participante neste caso deve ser rotulado simplesmente como “existente” [ <i>existent</i> ] e agrupa qualquer tipo de fenômeno que pode ser construído como uma “coisa”.

### *Construções não verbais*

Castilho (2012) propõe, em sua gramática, uma tipologia de sentenças do português. Algumas das suas sistematizações também se mostram úteis para a análise quantitativa dos dados. O primeiro tipo de sentença que ele propõe é a minissentença. O próprio autor reconhece que é possível fazer a análise destas minissentenças com base nos constituintes dos sintagmas nominais. Mas ele reconhece que as construções funcionam como sentenças, mesmo sem verbo e sem argumentos.

O autor cita exemplos retirados do jornal Folha de S. Paulo, de 25 de janeiro de 2008 (CASTILHO, 2012:314):

- a) Em observação
- b) O voo de Jobim
- c) Prêmio ao invasor
- d) Lula, Karzai, Nehru
- e) Feijão, pagode e globalização

Castilho mesmo responde que em alguns casos este tipo de construção é feita com participio, em outros casos, parece que os verbos ser e estar foram omitidos, mas não há um padrão. O autor afirma que essas estruturas “não são palavras soltas, numa sequência doida”. Elas podem ser analisadas como sintagmas e não dá para descartá-las, pois são perfeitamente possíveis e compreensíveis. (CASTILHO, 2012:315)

O autor (2012:316) define as minissentenças como sintagmas que:

- a) não são selecionadas por um verbo em forma pessoal;
- b) são dotados da mesma pauta prosódica encontrável nas sentenças;
- c) predicam entidades pressupostas;
- d) são utilizados quando se quer imprimir rapidez ao texto.

O autor ainda propõe uma tipologia para as construções deste tipo, segmentando-as em nominais, adjetivais, adverbiais e preposicionais.

Ele coloca as minissentenças e as sentenças simples em um *continuum*. Quanto às sentenças simples, são aquelas em que não há relação entre mais de uma sentença. Ele as categoriza em asseverativas – afirmativas e negativas; interrogativas diretas e indiretas; e imperativas diretas e indiretas.

Quanto às minissentenças complexas (que nós denominamos construções não verbais compostas), Castilho (2012:357) inicia por distinguir suas formas de ligação. Como já vimos, essa não é uma visão pacífica, como o autor mesmo sinaliza. Ele propõe a seguinte tipologia para as sentenças complexas:

- a) Sentenças complexas justapostas – quando uma se apõe a outra, sem qualquer nexos conjuncional.
- b) Sentenças complexas coordenadas – quando há nexos conjuncional na relação de coordenação.
- c) Sentenças complexas encaixadas – quando uma está encaixada num constituinte da outra, com algum tipo de dependência
- d) Sentenças complexas em adjunção – quando há dependência, mas sem encaixamento. Na gramática normativa, seriam, por exemplo, as orações subordinadas adverbiais.
- e) Sentenças complexas correlatas – quando uma se relaciona com a outra numa situação de interdependência.

### 3.3 *Considerações metodológicas*

Esta investigação se fundamenta em um *corpus* constituído a partir do domínio discursivo do jornalismo impresso. Nossa pesquisa não trata de mudança linguística, pois a hipótese é formulada a partir de uma reforma imposta, portanto, a premissa de que houve modificação no uso é um contexto já-dado. Note-se que, no entanto, não estamos descartando o domínio jornalístico como *locus* de mudanças linguísticas, pois partilhamos da visão de que estas emergem do uso e o jornalismo é um dos objetos por meio dos quais é possível observar a língua em seu uso cotidiano.

Assim, a análise empreendida pretende compreender de que forma se deram as modificações decorrentes de escolhas planejadas, ocorridas no Brasil por ocasião da reforma editorial e administrativa das redações, durante a década de 1950. Para analisar essas transformações do ponto de vista do uso da língua, o primeiro corte dos dados desta tese se divide em dois períodos, com 30 anos cada: de Período 1 e de Período 2. No entanto, para verificar a gradualidade ou não das inovações, também utilizamos intervalos de tempo em décadas, em um segundo momento.

Para evitar distorções resultantes de escolhas editoriais específicas de um só jornal, incluímos dados dos dois principais jornais brasileiros do período abordado: **O GLOBO** e **JORNAL DO BRASIL**, ambos do Rio de Janeiro, o que também evita discrepâncias consequentes de variedades diferentes do Português Brasileiro. A primeira etapa da pesquisa consistiu em coletar e selecionar a base de dados.

Todos os periódicos escolhidos se encontram disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e também na Internet. O cotejo entre jornais diferentes se justifica ainda para verificar a hipótese de Werneck Sodré (1977) de que há um traço de universalidade nas

modificações vividas pelo jornalismo brasileiro, em meados do século passado. Ou seja, as transformações observadas ocorrem em todos os jornais do País, não são específicas de um veículo ou público, e acompanham inovações mundiais.

### *Sobre as categorias analíticas e as hipóteses formuladas*

A partir do momento historicamente situado na década de 1950 e sobre o qual há bastante documentação, a proposta desta pesquisa é verificar de que forma transparece no uso da língua escrita – elemento principal de que se compõem os jornais impressos – este processo de transformação ocorrido nas redações. Nosso objeto são jornais impressos em funcionamento no século XX, de grande relevância para a sociedade, comprovada por meio de dados concretos, tais como número de exemplares vendidos, quantidade de anunciantes, tamanho das redações.

Como recorte, procuramos selecionar os dois jornais que pudessem ser mais representativos no cenário social entre 1930 e 1980. Escolhemos, dessa forma, os jornais **O GLOBO** e **JORNAL DO BRASIL**, dois dos maiores do Brasil no período analisado<sup>24</sup>. Nos anos 1980, **O JB** vendia mais de 250 mil

---

<sup>24</sup> Apesar de situar sua fundação em 1921

([http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_folha.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm)), consideramos que o jornal **FOLHA DE S. PAULO** surge somente em 1º de janeiro de 1960, já no contexto pós-reforma. A **FOLHA DE S. PAULO** passa a circular com este nome depois de fundir três jornais do mesmo grupo empresarial: a **FOLHA DA NOITE**, criada em 1921, a **FOLHA DA MANHÃ**, fundada em 1925, e a **FOLHA DA TARDE**, de 1935. Do nosso ponto de vista, seriam três jornais diferentes, que foram fundidos em um. Dessa forma, apesar de ser o jornal que mais vendia exemplares nos anos 1980 – sua tiragem somava mais que o dobro da dos cariocas **O GLOBO** e **JB**, com um número considerável de assinantes no Rio de Janeiro – não foi possível incluir a **FOLHA DE S. PAULO** na base de dados, pois qualquer escolha metodológica (somar os três jornais anteriores ou só considerar seus dados somente a partir de 1960) geraria distorções estatísticas. O jornal **O DIA**, que nas décadas de 1970 a 1990 também era um dos maiores, em termos de circulação regional, somente foi fundado em 1951.

exemplares aos domingos e a tiragem de **O GLOBO** era de 400 mil edições dominicais<sup>25</sup>.

Ao calcularmos, de acordo com o procedimento comum das agências que trabalham com métrica, cinco leitores em média para cada jornal vendido aos domingos, e se considerarmos que a população do estado do Rio de Janeiro, nos anos 1980, era de 5,18 milhões de habitantes<sup>26</sup>, podemos projetar que mais da metade da população do estado lia um dos dois jornais, ou ambos. Durante a semana, a circulação era de cerca de metade da quantidade de exemplares vendidos aos fins de semana, como normalmente ocorria com os veículos impressos nesse período.

O objetivo dessa pesquisa é analisar diacronicamente a construção das manchetes nestes dois jornais<sup>27</sup>, para constatar quais foram as transformações ocorridas em suas páginas na década de 1950 (quando acreditamos que estas se consolidam).

As reformas gráficas<sup>28</sup> são abordadas, quando necessário, em exemplos na análise qualitativa, devido à sua influência sobre o novo formato – mas o recorte dos dados considera somente o texto dos títulos de capa e de páginas internas. Com a análise dos tipos de construções presentes nessas manchetes, pretendemos verificar a influência direta do

---

<sup>25</sup> De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

<sup>26</sup> De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>27</sup> O **JORNAL DO BRASIL** deixou de circular em formato impresso em 2010, mas continua a existir na versão online.

<sup>28</sup> Como vimos, as reformas gráficas pelas quais os jornais impressos passaram interferiram no seu conteúdo editorial e tiveram consequência na produção textual. Os espaços começaram a ser determinados pelas escolhas visuais, em detrimento do texto. Sendo assim, diversas fórmulas e construções começaram a ser aplicadas para que a quantidade de informações necessárias coubesse em um espaço restrito (contado por caractere).

novo modelo empresarial implantado no jornalismo a partir da metade do século passado nas modificações ocorridas na língua escrita usada pelos jornais.

As inovações técnicas implantadas no jornalismo brasileiro, a partir de meados do século XX, motivadas por fatores econômicos, administrativos e políticos, impuseram modificações na redação do texto dos jornais. A língua foi, portanto, usada como um dos principais elementos para transformar o jornalismo impresso, de forma arbitrária, por meio da adoção de manuais de redação e estilo específicos para os jornais pós-reforma. A língua se torna, em consequência, um dos elementos que contribuem para a transformação do modo de fazer jornalismo no Brasil após 1950.

Pretendemos mostrar que as diferenças entre os jornais do início e do fim do século XX não refletem mudanças linguísticas graduais, ocorridas ao longo das décadas, mas sim resultam de uma ruptura, ocorrida em menos de uma década, por meio da qual os jornais mudaram sua relação com seu público-leitor e com seu papel na sociedade e no País.

A verificação dessa hipótese implica averiguar se o auge deste processo de reforma claramente se iniciou com os jornais da década de 1950, quando a proposta de inovação empresarial surgiu. Dessa forma, os dados são coletados a partir de 1930, quando os dois jornais selecionados já se encontram em funcionamento, e vão até 1980, momento em que o jornalismo impresso ainda não sofre influência da Internet, que só surge comercialmente em 1995.

A hipótese central implica também verificar as seguintes hipóteses específicas:

- a) a implantação de um modelo industrial nas redações começou a interferir especificamente em alguns elementos das construções, como, por exemplo, no uso de determinantes (principalmente os artigos definidos ou indefinidos), o que dá a ilusão de objetividade e ao mesmo tempo generalização;
- b) o delineamento visual/gráfico mais rígido modificou a relação forma/conteúdo de criação do texto, ocasionando a inversão das prioridades: o espaço físico para os títulos passou a ser definido em caracteres antes que o título exista. Ou seja: o conteúdo deve ser encaixar no espaço, em vez de o espaço se adequar ao texto. Assim, são necessárias novas construções que sintetizem o máximo de informação em menos espaço;
- c) também por conta da uniformização dos textos, todos os títulos passaram a incluir, preferencialmente, verbos (de ação, quando possível), o que torna obrigatória uma oração, em vez de somente sintagmas nominais desvinculados;
- d) o uso de pontuação nos títulos também se modificou, o que também pode se relacionar com a tentativa de uniformizar as construções.

A comprovação destas hipóteses específicas corroborará a ideia central de que o jornalismo impresso passou por mudanças bruscas e arbitrarias, planejadas de forma a mudar seu papel social, político e econômico.

Após a delimitação do recorte, formulação das hipóteses e escolha do objeto que compôs o *corpus*, a primeira etapa metodológica de análise consistiu na coleta dos dados.

Neste momento, foram incluídas todas as observações que pudessem depois se tornar relevantes para a análise, tais como data da publicação, qual o jornal, posicionamento dos títulos (de capa ou miolo); editoriais (política, economia, mundo); além de observações sobre o conteúdo contextual que auxiliassem a compreender as manchetes, como por exemplo: *O “Yagê” é ainda mais surpreendente do que o “Yocco”* (**O GLOBO**, 29 de março de 1950). Neste caso, somente com a leitura do corpo do texto foi possível saber que *Yagê* e *Yocco* são nomes de duas plantas. Sendo assim, anotamos essa observação na base de dados, devido à sua possível relevância para a análise do sujeito.

Por outro lado, ao observar nossos dados, percebemos que alguns tipos de construções que possuem relevância do ponto de vista do domínio discursivo do jornalismo não apresentavam relevância estatística ou construcional para a análise proposta aqui. É o caso, por exemplo, de analisar a negação explicitada pelo advérbio “não” no texto dos jornais. Evitar o uso do “não” é mais uma peculiaridade do jornalismo, que preferem usar construções declarativas, que representem ações. É comum encontrar nos jornais construções do tipo:

- a) “*Negado* o mandado de segurança ao medico para o registo do respectivo diploma” (**O GLOBO**, 22/2/1940)
- b) “Novamente *denegada* a petição de Chessman”  
(**O GLOBO**, 4/6/1960)
- c) “TCU *recusa* os gastos da ECT com brindes” (**JB**, 18/4/1980)

Nos três exemplos, os assuntos tratam de negações “negado o mandado”; “denegada a petição”; e “TCU recusa”, mas não usam o “não”. As construções são afirmativas, a negação ocorre do ponto de vista semântico-pragmático, por meio de escolhas de verbos principalmente.

Para ficar mais claro o ponto que estamos abordando, um título como este chama a atenção por sua construção atípica:

d) “O satélite "Tiros" *não* faz espionagem espacial”

(O GLOBO, 6/4/1960)

Quando o jornal afirma que o satélite “não faz” espionagem, no campo da pragmática podemos dizer que essa construção se assemelharia a algo que não é notícia. De acordo com Lage (2005), a notícia trata de acontecimento que corresponde à disfunção de algum sistema. O “Tiros” é um satélite de transmissão para televisão. Não está entre suas características fazer espionagem. Portanto, afirmar que o satélite “não faz” espionagem não reflete uma disfunção, uma exceção, mas sim a normalidade. Já se utilizássemos uma construção do tipo: NASA *nega* que satélite “Tiros” faça espionagem, estaríamos fazendo uma escolha pragmática mais adequada ao domínio discursivo do jornalismo. Neste caso, a notícia é a negação de uma acusação anterior: a NASA nega algo que foi dito. Aí temos a disfunção que corresponde à notícia.

No entanto, ao controlarmos estatisticamente o uso do “não”, verificamos que a incidência é irrelevante: houve apenas 1% de construções com “não”, nos 1.739 dados analisados. Do ponto de vista das construções, o “não” também não interferiu na escolha das nossas categorias de análise, pois continuaram se dividindo entre verbais ou não verbais e prototípicas ou não-prototípicas. Dessa forma, esse fenômeno foi descartado de nossa análise.

Como a metodologia contempla abordagem estatística, em consequência das visões de diversos autores que trabalham com Modelos Baseados no Uso sobre a importância do papel da frequência, a segunda etapa metodológica consistiu na escolha das categorias a serem analisadas, com base na literatura apresentada no capítulo 2<sup>29</sup>:

Ainda com relação à análise, os dados também foram classificados como prototípicos ou não-prototípicos, com base na teoria dos protótipos. Essa abordagem se diferencia de outras mais tradicionais, por exemplo, no caso da análise dos sujeitos. Apesar de, em diversas variedades do Português Brasileiro, existirem pesquisas sobre o preenchimento/não-preenchimento da posição de sujeito a partir do conceito de marcação (*Markedness*) de Givón (1995), no caso do nosso *corpus*, esta construção se diferencia por atender ou não às características do sujeito prototípico, conforme detalhamos no capítulo 3 desta tese (Cf. p.90).

**Quadro 8: Categorias de análise gerais**

<b>Construções</b>	<b>Classificação</b>	<b>Tipos</b>	
<b>Não verbais</b>	Prototípica	Construções não verbais simples	
	Não-prototípica	Construções não verbais simples nucleadas por Prep	
	Não-prototípica	Construções não verbais compostas	
<b>Verbais</b>	Prototípica	Construções verbais canônicas	
	Não-Prototípica	Construções verbais com inversão de sujeito	
	Não-Prototípica	Construções verbais não-finitas	- com verbo no gerúndio
			- com verbo no particípio
			- com verbo no infinitivo
Não-Prototípica	Construções verbais compostas		
Não-Prototípica	Construções verbais com SN <sub>sujeito</sub> não-preenchido		

<sup>29</sup> Para chegar a esse esquema de análise, na apresentação do trabalho de qualificação a autora elaborou testagem prévia com uma amostra menor de dados, a qual se mostrou extremamente relevante para a elaboração da sistematização final de constituintes a serem codificados.

**Quadro 9: Categorias de análise somente para as construções prototípicas**

<b>Grupo</b>	<b>Fatores</b>
<b>Diacronia</b>	Corte a cada 10 anos (1930-1980)
<b>Sintagmas Nominais</b>	Pelado (somente núcleo)
	Com Especificadores (Especificador + núcleo)
	Com Complementadores (núcleo + Complementador)
	Máximo (Especificador + núcleo + Complementador)
<b>SN<sub>suj</sub></b>	SN <sub>suj</sub> preenchido com nomes comuns
	SN <sub>suj</sub> preenchido com nomes próprios
	SN <sub>suj</sub> preenchido com pronomes
<b>Especificadores</b>	Artigo definido
	Artigo indefinido
	Demonstrativo
	Possessivo
	Quantificador
	Expressões qualitativas
	Delimitadores
	Ausência de especificador <sup>30</sup>

Mais uma vez, é importante ressaltar que, apesar da abordagem construcional, consideramos na escolha das categorias de análise os aspectos mais formais, pois privilegiam a interface com o fazer jornalístico, balizado por normas externas que restringem o uso da língua. Com as categorias de análise estabelecidas, a terceira etapa metodológica foi analisar estatisticamente todos os dados, de forma a identificar sistematizações e resultados que permitissem verificar as hipóteses formuladas.

### *Conjugando as metodologias quantitativa e qualitativa*

Ao formular as hipóteses a verificar nesta pesquisa, a escolha *a priori* foi pelo método estatístico, em consequência da corrente teórica dos

---

<sup>30</sup> O controle da ausência de Especificador se deve à relevância que este tipo de construção possui especificamente para o domínio discursivo do jornalismo, se constituindo em uma das hipóteses específicas desta tese.

Modelos Baseados no Uso, que valoriza o papel da frequência e o papel dos resultados quantitativos. De acordo com Lakatos e Marconi (2000:93), “os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relação entre si”. Uma análise estatística permite uma descrição quantitativa do fenômeno em estudo de forma racional. Mas, ainda de acordo com os autores, além de um meio de quantificar, é também “um método de experimentação e prova, pois é método de análise”.

O método quantitativo inclui a coleta de dados – em quantidade suficiente para que as estatísticas se mostrem relevantes em termos linguísticos – e o tratamento desses dados por meio de estatísticas, comparações e interpretação dos resultados numéricos. No entanto, os números não dão conta de todos os dados analisados. De acordo com Lakatos e Marconi (2000:87), “a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade se transforma em qualidade”.

Engels (In: Politzer, 1979:255) afirma que, “em certos graus de mudança quantitativa produz-se, subitamente, uma conversão qualitativa”. E exemplifica com o caso da água. Partindo, por exemplo, de 20°, se começarmos a elevar sua temperatura, teremos, sucessivamente, 21°, 22°, 23° - 98°. Durante esse tempo, a mudança é contínua. No entanto, se elevarmos ainda mais a temperatura, alcançamos 99°, mas, ao chegar a 100°, ocorre uma mudança brusca – *qualitativa*. A água transforma-se em vapor. Agindo ao contrário, esfriando a água, obteríamos 19°, 18° – 1°. Chegando a 0°, nova mudança brusca, a água transforma-se em gelo. Assim, entre 1° e 99°, temos mudanças quantitativas. Acima ou abaixo desse limite, a mudança é qualitativa.

(LAKATOS e MARCONI, 2000:86)

As mudanças quantitativas e qualitativas não são ao acaso. Uma decorre da outra, são relacionadas. No exemplo, também é possível

perceber que mudanças qualitativas são objetivas e concretas. De acordo com Lakatos e Marconi (2000:87), “nem todas as mudanças qualitativas se operam em forma de crises, explosões súbitas. Há casos em que a passagem para a qualidade nova é realizada por meio de mudanças qualitativas graduais, como ocorre com as transformações da língua.”

O primeiro passo para este tipo de estudo é identificar as variáveis específicas relevantes para o problema. No nosso caso, ao fazer essa identificação, encontramos uma grande variedade de construções. Dessa forma, desde o início previmos que deveria haver a conjugação do método estatístico com uma etapa de análise qualitativa dos dados, para compreender as transformações não-perceptíveis do ponto de vista da frequência. É o caso das construções compostas, as quais não apresentam variação estatística relevante, mas quando analisadas particularmente, mostram grandes diferenças entre os jornais do início do século passado e os de hoje.

De acordo com Godoy (1995:62), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte dos dados e o pesquisador como instrumento fundamental. “Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada”.

Neves (1996:2) afirma que os métodos quantitativos e qualitativos não se excluem:

Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimento de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE e MAYS, 1995:42).

(NEVES, 1996:2)

Para Neves (1996:2), a combinação dos métodos torna a pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos, enriquecendo estudos que trazem a possibilidade desse uso conjugado. Ele cita os benefícios enumerados por Duffy<sup>31</sup> (1987:131 *apud* NEVES, 1996:2) sobre o emprego conjunto dos métodos quantitativos e qualitativos:

- 1) possibilidade de congregar controle dos vieses (pelos métodos quantitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (pelos métodos qualitativos);
- 2) possibilidade de congregar identificação de variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (pelos métodos qualitativos);
- 3) possibilidade de completar um conjunto de fatos e causas associados ao emprego da metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;
- 4) possibilidade de enriquecer constatações obtidas sob condições controladas com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência;
- 5) possibilidade de reafirmar a validade e confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas.

(NEVES, 1996:2)

Assim, a última etapa metodológica, para consolidação dos resultados e análise dos dados, foi destacar os títulos que continham elementos diferenciados, mapeando sistematicamente todas as principais construções que ocorreram no período escolhido.

O recorte desta análise qualitativa se deu com base na revisão de literatura sobre os SNs – tanto nas construções não verbais simples quanto na posição de sujeito das construções verbais –, de forma a compreender as ocorrências e suas relações com transformações pelas quais passou o jornalismo em meados do século passado. A análise qualitativa também se

---

<sup>31</sup> DUFFY, Mary E., “Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods, In *Journal of Nursing Scholarship*, 19 (3), pp. 130-133, 1987

mostra válida para verificar quais os tipos de diferenças se apresentaram entre o uso de sintagmas nominais em construções não verbais e em posição de sujeitos das construções verbais, antes e depois de 1960.

Quanto à escolha do referencial teórico para empreender a análise, optamos por somente estudar os dados coletados à luz de critérios linguísticos, de forma a verificar as hipóteses formuladas com respaldo de toda a literatura já existente, especificamente no escopo dos Modelos Baseados no Uso. O foco em um referencial teórico e conceitual de um só campo de conhecimento se justifica pela possibilidade de empreender uma análise mais profunda.

### *A relevância da cronologia*

Com relação à opção pelo estudo em diacronia, a escolha se deu por conta da verificação da hipótese central do trabalho – a transformação ocorrida nas redações dos jornais brasileiros na década de 1950. Especificamente, nos interessa perceber as diferenças resultantes da imposição do uso de manuais de redação e da necessidade de uniformização dos textos e dos espaços gráficos dos periódicos. Com essa percepção, é possível verificar se a língua foi usada, ou não, como um dos principais elementos de transformação. O recorte diacrônico permite verificar se houve de fato uma ruptura nas redações na década de 1950 ou se a transformação do texto jornalístico se deu de forma gradual, seguindo as tendências de modernização dos leitores/falantes no correr do tempo.

A coleta dos dados incluiu todos os títulos<sup>32</sup> publicados em cada edição selecionada para análise. Os jornais foram mapeados por décadas, de 1930 a 1980<sup>33</sup>, época em que **O GLOBO** e **JORNAL DO BRASIL** estavam entre os principais veículos, no cenário do jornalismo impresso nacional. A base de dados incluiu uma edição completa de cada jornal por década, da qual foram extraídos os títulos da capa e do miolo (páginas internas). Para evitar que a sazonalidade (épocas de fim de ano, Carnaval, feriados etc.) ou eventos extraordinários (Copa do Mundo, Eleições, Olimpíadas) interferissem na análise dos dados coletados, as datas foram escolhidas variando o mês e o dia, de forma a ter todos os meses do ano e todos os dias da semana contemplados.

Na análise estatística, o grupo de fatores relativo às décadas foi usado como variável dependente quando possível<sup>34</sup> – ou seja, aquela com a qual as outras variáveis foram cruzadas –, no *software* Goldvarb, de forma a perceber a transformação em diacronia. Para obter resultados adicionais relevantes para a análise, o grupo relativo à complexidade das construções também serviu de variável dependente, em segunda rodada dos dados.

---

<sup>32</sup> Manchetes são os títulos principais dos jornais, especialmente das capas. Títulos fazem parte de um conjunto mais amplo, que inclui todos os elementos que se destaquem graficamente nas páginas, tanto na primeira quanto no miolo (interior do jornal). Em casos específicos da análise qualitativa, iremos recuperar demais elementos da matéria, para favorecer a compreensão do contexto. As diferentes hierarquias dos títulos, subtítulos e sobretítulos foram diferenciadas na base de dados, para uso durante a análise quando necessário.

<sup>33</sup> Desde o início do século atual, o **JORNAL DO BRASIL** passou por diversos problemas econômicos, de administração e de pessoal, os quais deixaram marcas profundas no conteúdo produzido neste período, até não ser mais impresso, em 1º de setembro de 2010. O jornal permanece com uma versão online ([www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)).

<sup>34</sup> O *software* Goldvarb 2001, usado para gerar as estatísticas, permite somente a escolha de grupos de fatores binários para gerar as variáveis dependentes – aquelas que serão comparadas com os demais grupos de fatores. Portanto, em alguns momentos, quando julgamos interessante analisar as estatísticas década a década, não foi possível utilizar a cronologia como variável dependente. Neste caso, a escolha feita foram os tipos de construções prototípicas (nominais/verbais), como será visto adiante.

Optou-se por agrupar as datas em dois períodos de 30 anos e também observar década a década. Além de acentuar a relevância linguística dos resultados, essa divisão também se justifica por fatores extralinguísticos. O período de 1930 a 1959 pode ser considerado uma fase mais romântica no jornalismo nacional, pré-industrializada, na qual expressar a opinião dos autores era mais importante do que obter lucro. Muitos dos jornais não tinham nenhuma estrutura própria, eram feitos individualmente, algumas vezes por donos de gráficas, ou por profissionais que tiravam seu sustento de outras atividades, como o direito, a literatura ou a política. Em meados dos anos 1950, houve a reformulação que levou os jornais a se transformarem em empresas comerciais, que visavam principalmente ao lucro.

A demarcação em somente 60 anos também se justifica por fatores extralinguísticos. O **JB** surge bem antes de **O GLOBO**. Criado em 1891, já nasce diferenciado do restante dos jornais, por ser o primeiro veículo que pode ser considerado de fato uma empresa, profissional. Conforme destaca Sodré (1977), seu texto não é panfletário como o dos demais jornais da época e não reflete as opiniões de somente um autor. Também não é, por outro lado, somente um impresso de serviços. É possível considerar que ele funda, em 1891, o jornalismo brasileiro de caráter informativo dos dias de hoje. **O GLOBO** surge em 1925, já como empresa também, e se torna o seu principal concorrente. Por isso, nossa coleta de dados começa em 1930, quando os dois jornais já se encontram em funcionamento pleno.

O segundo momento relevante da história se dá quando, em meados do séc. XX, o **JB** passa por uma grande reforma editorial e gráfica, em meio aos processos de industrialização do jornalismo da época, importa o formato de texto chamado lide e cria, inovadoramente, o sublide. Depois, **O GLOBO** também terá sua reforma, mas o **JB** configura este momento

histórico por sua postura visionária. Esse momento justifica nosso segundo recorte cronológico, demarcando o fim dos anos 50 e o começo dos anos 60.

E a opção por terminar a coleta na década de 1980 se dá porque, neste momento, vários fatores contextuais ocorrem e modificam novamente o fazer jornalístico dos dois jornais. O primeiro é que, em 1984, o jornal **FOLHA DE S. PAULO** cria o Projeto Folha, que modifica mais uma vez todo o cenário da imprensa brasileira da época, sendo seguido por reformas editoriais em todos os grandes jornais, inclusive o **JB**. O segundo é a chegada da Internet comercial – em 1995 –, um paradigma para todos os meios de comunicação, que tiveram que reinventar suas formas de linguagem e interação com seus públicos, mas principalmente para os jornais impressos, que passaram a ter a concorrência do tempo real. O **JB**, infelizmente, é um dos jornais que veem, no surgimento da Internet, sua derrocada, que viu encerrada sua trajetória secular.

Todos esses dados contextuais nos dão elementos para não incorrer em interpretações sobre modificações que poderiam ser consideradas “bruscas” do ponto de vista linguístico, mas que, de fato, foram produzidas por fatores externos ao uso da língua e adotadas nas redações.

#### **4 Análise dos resultados**

Os primeiros resultados analisados foram gerados a partir da base de dados completa (com 1.739 dados), comparando-se todos os tipos de construções sistematizadas – prototípicas ou não –, no primeiro período de tempo (que engloba as três primeiras décadas da coleta – 1930, 1940 e 1950) e no segundo período de tempo (que cobre as três últimas décadas da coleta – 1960, 1970 e 1980).

Houve uma diferença na quantidade de títulos entre os dois períodos, que pode ser justificada pelo processo de reformas editoriais e administrativas que levaram os jornais a ter mais páginas, melhor aproveitamento do seu espaço e, conseqüentemente, mais títulos. A concorrência com outros jornais também leva à necessidade de ter um produto diferenciado para obter mais lucro, o que poderia resultar – no contexto do período analisado – na contratação de mais jornalistas, tendo como consequência o incremento na capacidade de produzir matérias. Os textos são mais curtos, para caber mais notícias nas páginas, pois o papel é o insumo mais caro na produção dos jornais impressos, o que também resulta em mais títulos. E a diagramação pós-reforma, com mais leveza, mais espaços e mais imagens também pede mais elementos gráficos, o que gera a necessidade de dividir mais os textos e usar mais manchetes.

Dessa forma, em vez de tentar “corrigir” artificialmente essa discrepância, por não haver critérios que justifiquem descartar dados, optamos por trabalhar com ela, ponderando os resultados a partir desta perspectiva, sempre que necessário.

## ***4.1 Distribuição geral das categorias ao longo das décadas***

Nesta seção, retomaremos as categorias definidas no capítulo 3 (cf. p.82 desta tese) exemplificando com os dados cada uma delas e detalhando nossa categorização. Em seguida, de forma a iniciar a verificação de nossa hipótese central e das específicas, analisaremos o quadro geral dos resultados estatísticos das construções encontradas.

Ao tomar por base os Modelos Baseados no Uso, o papel das análises quantitativas se mostra relevante para a compreensão dos fenômenos pesquisados. Assim, nosso ponto de partida é o quadro geral estatístico resultante da análise da base de dados completa, tendo como variável dependente a divisão temporal do recorte e a classificação dos títulos encontrados analisados a partir de suas estruturas linguísticas. A partir dos resultados obtidos com as análises deste quadro, será realizado o detalhamento dos aspectos com os quais iremos verificar nossas hipóteses.

### ***4.1.1 Construções não verbais simples***

São construções sem verbos. Os núcleos nominais (gramaticalmente classificados como substantivos comuns ou próprios) podem estar relacionados a outros itens que figurem na sua estrutura, tais como adjuntos adnominais, adjetivos, artigos, contanto as demais construções se referenciem ao núcleo principal do título. Seu tratamento analítico segue a proposta de Castilho (2012:455) para sistematização dos SNs, com núcleos, especificadores e complementadores, conforme visto no capítulo teórico. Essa classificação não depende do tamanho das construções. Foram

considerados prototípicos todos os SNs com um núcleo nominal principal, mesmo que apresentem conectores ou pontuação.

Alguns exemplos de SNs analisados como prototípicos:

- (1) Economia Alimentar (**JB**, 3/1/1930)
- (2) Creação de lugar de conductor de malas postaes, em São - Paulo - (**O GLOBO**, 15/1/1930)
- (3) O jantar dançante de domingo próximo no Botafogo R.C. (**JB**, 3/1/1930)
- (4) Declarações do Governador de São Paulo (**JB**, 27/7/1950)

#### *Construções não verbais simples nucleadas por Prep*

Conforme Castilho (2012:455), consideramos os Sintagmas Preposicionais como Complementadores, quando ocorrem após o núcleo nominal, mas observamos algumas manchetes nucleadas por Prep. Optamos por codificar em separado as construções do tipo [SPrep + N], ao observarmos, na amostra analisada para a banca de qualificação, que este era um recurso usado nas capas dos jornais nas primeiras décadas do século XX. Assim, procuramos verificar na consolidação dos dados se de fato haveria relevância estatística para esta construção em particular.

São exemplos deste tipo de construção:

- (5) Pela Instrução (**JB**, 3/1/1930)
- (6) Contra a lei de Segurança Nacional (**JB**, 27/7/1950)

### *Construções não verbais compostas*

São consideradas compostas as construções não verbais com mais de um sintagma nominal articulado com outro. É preciso localizar dois núcleos nominais, pelo menos, com carga informacional própria. As relações entre eles podem ser de parataxe ou hipotaxe, sinalizadas por morfemas gramaticais ou pontuação. A particularidade dessas relações será abordada na análise qualitativa, a partir das perspectivas de Halliday (1994) e Castilho (2012).

Exemplos:

- (7) Dynamite e muito material de guerra (**O GLOBO**, 15/1/1930)
- (8) Substituições de Comitês e nomeação de comissões (**JB**, 27/7/1950)
- (9) Mãe e filha a caminho do encontro 33 anos depois (**O GLOBO**, 15/5/1970)

### *Construções verbais canônicas*

São as construções verbais do tipo [SV(O)], com apenas um núcleo verbal. Foram consideradas construções com diversos tipos de  $SN_{\text{su}}j$ , a serem analisados em uma segunda etapa desta tese. Também foram consideradas nesta categoria orações com locuções verbais constituídas por verbos auxiliares + verbos principais ou modalizadores (como “pode parar” e “vai ver”). Nas construções verbais canônicas, há *slots* para sintagmas adverbiais deslocados à esquerda e complementadores, quando não interferem na prototipicidade das construções. Optamos pelo rótulo

construções canônicas, pois é possível traçar um paralelo deste termo com as construções verbais prototípicas do português e também com o intuito formal dos manuais de redação.

Exemplos:

(10) Pelotas vai receber os membros do Directorio do Partido Libertador (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(11) O Arquivo Nacional completou 102 anos de existência (**JB**, 3/1/1940)

(12) Magistrados e advogados farão cruzeiro turístico pela Europa (**O GLOBO**, 6/4/1960)

(13) Ulysses luta com a rua ou na rua (**JB**, 18/4/1980)

### *Construções verbais com inversão de sujeito*

São as construções com somente um sintagma verbal, nas quais o SN<sub>suj</sub> se encontra após o verbo. De acordo com Berlinck (1988:255), “de uma orientação mais funcional, em que a ordem era definida basicamente pelo status informacional do SN (século XVIII), o fenômeno passa a uma orientação mais formal, centrada no verbo (momento presente)”. Sendo assim, verbos monoargumentais, como “morrer”, “cair” e “chegar” desencadeariam o deslocamento do sujeito, assim como sintagmas nominais com muitos constituintes (SN<sub>suj</sub> pesados). Quanto maior a construção que se encontra na posição de sujeito, mais chance há de este SN<sub>suj</sub> ser deslocado para depois do verbo. A partir de seu estudo diacrônico, Berlinck acredita que atualmente a inversão se dá por fatores preponderantemente sintáticos, embora seus estudos linguísticos sobre a posição do sujeito localizem que, no passado, o deslocamento se dava por

fatores pragmáticos – como, por exemplo, o sujeito introduzir no discurso como um elemento novo.

Por outro lado, os manuais de redação tratam a inversão do sujeito como uma opção estilística e diversos autores da linguística – notadamente os funcionalistas – consideram que fatores pragmáticos interferem na escolha da posição do sujeito, do ponto de vista informacional. No entanto, como nossa análise tem foco nas estruturas formais, não vamos nos ater aos fatores que levaram à inversão, mas sim ao fato de constarem construções com inversão em nossos dados.

Exemplos:

(14) *Installa-se, hoje, em Haya, sob a presidencia do Sr. Jaspar, a 2a. Conferência das reparações (JB, 3/1/1930)*

(15) *Pedem auxilio os treinadores da Gávea (O GLOBO, 29/3/1950)*

(16) *Provisòriamente terá dois gabinetes o Ministro da Guerra (O GLOBO, 6/4/1960)*

(17) *Reaparece lavrador sequestrado em Magé (O GLOBO, 22/6/1980)*

### *Construções verbais não-finitas*

Este tipo de construção também foi tratado à parte, porque sua análise prévia (durante a testagem dos dados por amostragem) revelou diferenças diacrônicas no que concerne ao seu uso. Foram analisadas isoladamente as construções formadas a partir dos verbos no gerúndio, no infinitivo e no participípio, distinguindo as três categorias. Neste grupo, se encontram as construções verbais com somente um verbo.

Exemplos:

(18) *Desarmando* o mundo em conferencias... (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(19) O embuste para *burlar* o serviço militar (**O GLOBO**, 22/02/1940)

(20) Pingente *ferido* nos pés (**JB**, 7/6/1960)

### *Construções verbais compostas*

Neste grupo, foram incluídos todos os dados formados por duas ou mais construções verbais, vinculadas por relações de parataxe ou hipotaxe (de acordo com as classificações propostas por Halliday, 1994). Mais uma vez, é importante notar que não tratamos de complexidade oracional ou maior quantidade de material morfossintático, mas sim de construções com dois sintagmas verbais relacionados um ao outro.

Exemplos:

(21) Deus nos livre da electrificação, como a quer o Dr. Zander! (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(22) Novos tremores de terra abalam a Turquia, aumentando o número de mortos e feridos (**JB**, 3/1/1940)

(23) Peru ajuda e empata (**JB**, 7/6/1960)

(24) Rio desiste de rejeitar a mudança do ICM (**JB**, 18/4/1980)

### *Construções verbais com $SN_{suj}$ não-preenchidos*

Este grupo foi isolado por se tratarem de construções verbais, mas sem o  $SN_{suj}$  preenchido. Incluem-se os casos de sujeito oculo e orações sem

sujeito, por exemplo. Não consideramos a quantidade de sintagmas verbais como um critério de classificação, portanto, nesta categoria, estão incluídas tanto construções verbais simples quanto compostas. As razões para isolar este grupo são: (a) da perspectiva da análise dos dados, a impossibilidade de comparar os  $SN_{desvinc}$  com sujeitos não-preenchidos; (b) da perspectiva do domínio discursivo do jornalismo, identificar as circunstâncias em que se torna possível ou desejável não trazer o sujeito explícito em notícias e conteúdos informativos.

Exemplos:

(25) Morreu afogado quando iria banhar-se (**JB**, 3/1/1930)

(26) Era ladrão (**O GLOBO**, 22/2/1940)

(27) Entre os inéditos, há filhos de Locris e Sabinus (**JB**, 18/4/1980)

### *Resultados gerais para os tipos de construções*

Neste subcapítulo, iremos apresentar os resultados gerais obtidos considerando todos os tipos de construções encontradas nos dados. As estatísticas foram obtidas com a utilização do programa Goldvarb (versão 2001), criado para uso de métodos estatísticos em estudos linguísticos. Os títulos coletados dos jornais **O GLOBO** e **JB**, foram divididos em dois períodos de tempo, de três décadas cada um, e analisados pelo programa com a utilização da diacronia como variável independente, para análise geral da distribuição dos dados, e da comparação entre  $SN_{desvinc}$  e  $SN_{suj}$ , no caso da análise específica das construções prototípicas.

Na análise dos resultados quantitativos, consideramos relevantes estatisticamente categorias com mais de 10% de incidência nos dados. Também são consideradas significativas numericamente diferenças

diacrônicas dentro de uma mesma categoria que representem mais do que 10 pontos percentuais de variação – o que traduz alteração importante no uso das construções entre os dois períodos de tempo.

Há duas macrodivisões que podem ser feitas, primeiramente, para analisar os resultados obtidos:

- a) entre construções verbais e não verbais;
- b) entre construções prototípicas e não-prototípicas (a partir do modelo proposto pela teoria dos protótipos).

Com relação à primeira divisão, as construções não verbais representam 38,5%, com 669 ocorrências do total dos dados, enquanto as construções verbais representam 61,5% das ocorrências totais, com 1.070 dados. Essa frequência comprova que no jornalismo predominam as construções verbais. Os resultados obtidos comparando-se as duas sincronias – às quais nos referiremos como Período 1 (pré-reforma) e Período 2 (pós-reforma) – foram os seguintes:

**Tabela 1: Distribuição das construções verbais e não verbais por sincronia**

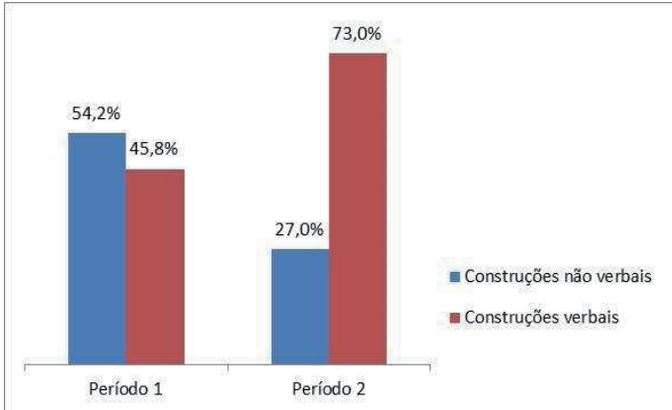
<b>Tipo</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>		<b>Total</b>	
Construções não verbais	394	54,2%	275	27%	669	38,5%
Construções verbais	333	45,8%	737	73%	1.070	61,5%
<b>TOTAL</b>	<b>727</b>	<b>100%</b>	<b>1.012</b>	<b>100%</b>	<b>1.739</b>	<b>100%</b>

Quanto à variação entre as duas sincronias, no Período 1, as construções verbais somavam 333 dados, ou 45,8% do total de 727 títulos do período. No Período 2, dos 1.012 títulos analisados na segunda sincronia, 737 eram construções verbais, que representam 73% das

ocorrências. As construções não verbais totalizavam 394 dados (54,2%) na primeira sincronia, contra 275 ocorrências na segunda sincronia (27%).

O Gráfico 1, específico destes resultados, se mostra dessa forma:

**Gráfico 1: Uso das construções não verbais e verbais nas duas sincronias**



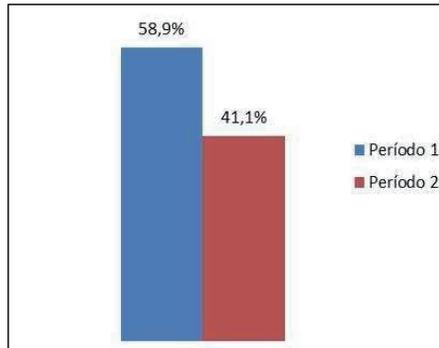
Quando visualizamos, no Gráfico 1, o crescimento das construções verbais no segundo período analisado, de 1960 a 1980, percebemos que o aumento no uso das construções verbais aponta para o efetivo uso dos manuais de redação, que recomendam que as construções tenham verbo, de preferência de ação. As construções verbais apresentaram um aumento de 27,2 pontos percentuais em seu uso de um período para o outro. Já as construções não verbais apresentaram queda, também de 27,2 pontos percentuais, do primeiro período para o segundo. Ambas as diferenças são as mais relevantes estatisticamente encontradas na análise.

No discurso narrativo, o uso do verbo tem importância para encadear eventos e marcar os papéis temáticos dos atores de cada fato reportado. Conforme vimos em Goldberg (2006:39), no capítulo 3, construções verbais que capturam generalizações na estrutura argumental têm papéis

argumentais associados a elas. A autora traça um paralelo entre esses papéis e os papéis temáticos tradicionais de agente, paciente, instrumento, fonte, tema, local e afirma que se relacionam aos verbos, com enquadramentos mais específicos. Ela acredita que cada sentido distinto de determinado verbo é convencionalmente associado com uma rede de significados ricos que em parte especificam certos papéis participantes: o número e o tipo de *slots* que são associados com um sentido dado de um verbo. Assim, este resultado também aponta para a importância dos verbos e das construções determinadas por eles para delinear o novo domínio discursivo dos jornais, a partir dos anos 1960.

Ao observarmos a divisão por período de tempo, temos mais um resultado interessante: trata-se da inversão entre as construções que representavam a maioria dos dados nos jornais. Enquanto nos primeiros 30 anos, as construções não verbais somavam mais de metade das ocorrências (54,2%), depois da reforma, as construções verbais correspondem à maioria dos títulos (72,8%). Chama a atenção que não estamos comparando, aqui, os dois períodos, mas sim, comparando os tipos de construções dentro de cada período. Essa inversão é uma importante constatação em favor da hipótese de que o texto jornalístico se modificou bastante depois dos anos 1960.

Mais um dado comprova a queda substancial no uso das construções não verbais, no segundo período de tempo da análise. Embora a quantidade de dados totais no Período 1 seja menor (41,8% dos dados), em números absolutos há mais construções não verbais neste período do que no período seguinte (394 x 275). No Gráfico 2, verificamos como se dá essa diferença:

**Gráfico 2: Uso de construções não verbais nas duas sincronias**

Com relação à segunda macrodivisão da análise, entre construções prototípicas e não-prototípicas, consideramos como prototípicas as construções não verbais simples e as construções verbais canônicas. O restante foi considerado como construções não-prototípicas.

Ao isolarmos estas duas categorias de análise, percebemos que somente elas respondem por 62% dos dados completos (1.078 ocorrências). Este resultado mostra que a maior parte das construções usadas nos textos dos jornais pertence a estes dois grupos e endossa que haja um recorte baseado nelas, para que a análise quantitativa assuma uma perspectiva mais focada nestas construções que predominam no domínio discursivo do jornalismo, reservando as construções compostas para a análise qualitativa, de forma a compreender como se deram as transformações substanciais dos textos dos jornais. Com este recorte, obtivemos a segunda e a terceira tabelas de resultados, somente considerando as construções prototípicas:

**Tabela 2: Distribuição das construções prototípicas por década**

<b>Categorias</b>	<b>1930</b>		<b>1940</b>		<b>1950</b>		<b>1960</b>		<b>1970</b>		<b>1980</b>	
<b>Construções não verbais simples</b>	146	85%	84	67%	81	75%	75	43%	45	20%	63	22%
<b>Construções verbais canônicas</b>	24	14%	40	32%	26	24%	97	56%	179	79%	218	77%

**Tabela 3: Distribuição das construções prototípicas nas duas sincronias**

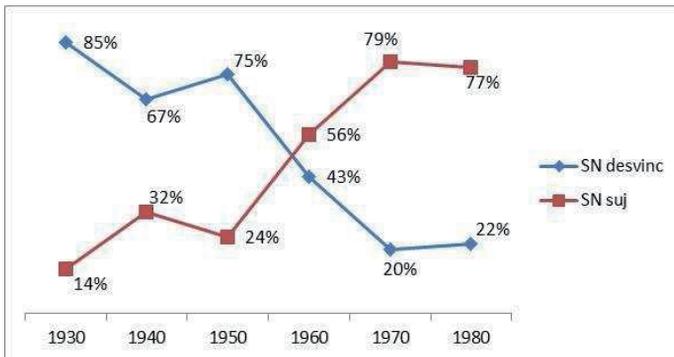
<b>Categorias</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>		<b>Totais por categoria</b>	
<b>Construções não verbais simples</b>	311	77,5%	183	27%	494	45%
<b>Construções verbais canônicas</b>	90	22,5%	494	72%	584	54%
<b>Totais de dados de cada período</b>	<b>401</b>		<b>677</b>		<b>1078</b>	

A Tabela 2 apresenta os resultados ao longo das décadas, o que permite uma análise mais detalhada do comportamento diacrônico das construções. Percebe-se, pela tabela, que as alterações são rápidas, ocorrendo ao longo de cerca de uma década (de 1950 até 1960). Já a tabela 3 apresenta os resultados com os totais de construções prototípicas encontradas em cada período, assim como os totais por categoria, além da distribuição das construções nas duas sincronias. Nesta tabela, a diferença entre o uso dos dois tipos de construção nas sincronias é totalmente invertido: enquanto as construções não verbais apresentam queda de 77,5% em seu uso para 27%, as construções verbais canônicas apresentam aumento de 22,5% para 72% em seu uso.

Conforme visto na Tabela 3, as construções verbais canônicas representam 54% do total de construções prototípicas encontradas nos dados. Se considerarmos somente o intervalo de 1960 a 1980, este tipo de construção responde por 72% dos títulos coletados no intervalo, enquanto as construções não verbais simples representam 27% dos dados do mesmo período. Como nossa base de dados década a década apresenta melhor

distribuição na quantidade de títulos por intervalo de tempo, para compreender de que forma essa transformação ocorre, verificamos também como se comportaram os dados em formato gráfico.

**Gráfico 3: Construções prototípicas por década**



Quando visualizados neste formato apresentado no Gráfico 3, é possível perceber claramente a inversão significativa do uso das construções não verbais simples e das construções verbais canônicas. Nossa hipótese sobre a transformação do texto dos jornais ser aparentemente abrupta ganha consistência.

No entanto, tanto a curva crescente das construções verbais quanto a curva decrescente das construções não verbais simples prototípicas mostram uma projeção suave que já apontava para as duas tendências – de crescimento das construções verbais e de queda das construções não verbais simples. Isso nos leva a formular uma hipótese explicativa de que poderia haver uma concorrência de fatores: ao mesmo tempo em que houve a reforma, com a imposição das novas regras, já se encontrava em curso uma transformação gradual no uso da língua pelo domínio discursivo do jornalismo, o que pode ter ocasionado, em vez de uma ruptura, uma transformação gradual, embora rápida, ao longo de cerca de uma década,

durante os anos 1950, o que culminaria na transformação ocorrida em 1960.

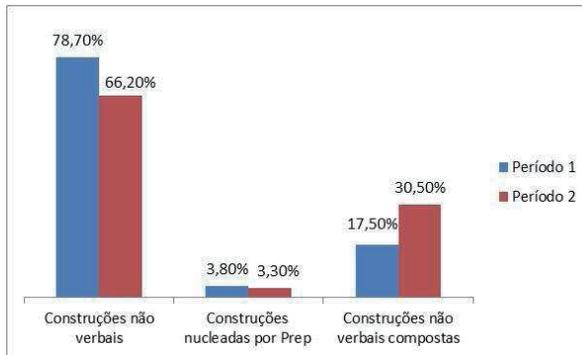
A análise destes dados também permite perceber que, de 1930 a 1940, houve uma queda na quantidade de  $SN_{\text{desvinc}}$  prototípicos, de 85% para 67%, dado que possui relevância estatística. No entanto, somente com estes resultados, não é possível formular alguma hipótese que explique o fato. Mas percebe-se que houve aumento também significativo no uso das construções verbais canônicas de 1930 para 1940, as quais se mantiveram estáveis até 1950. Pode ser que os dois comportamentos tenham alguma relação entre si. Já em 1960, há de imediato a inversão no uso das duas construções, sendo que, depois disso, as construções não verbais simples se mantiveram com a mesma tendência de uso, enquanto as construções canônicas apresentaram um aumento significativo no uso até se estabilizarem no topo da curva, entre os anos 1970-1980.

Após analisar os dados a partir da perspectiva destas duas macrodivisões, realizamos uma rodada com todos os dados, para verificar de que forma as demais categorias se comportavam.

Quanto às construções não verbais simples, os resultados encontrados foram os seguintes:

**Tabela 4: Distribuição das categorias de construções não verbais nas duas sincronias**

<b>Categorias</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>	
	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Construções não verbais simples	310	78,7%	182	66,2%
Construções não verbais simples nucleadas por Prep	15	3,8%	9	3,3%
Construções não verbais compostas	69	17,5%	84	30,5%
<b>Totais de construções não verbais</b>	394		275	

**Gráfico 4: Distribuição das construções não verbais**

Nos resultados das construções não verbais, são relevantes, em ambos os períodos analisados, tanto as simples quanto as compostas, sendo que a maioria é de simples: 78,7% até 1950; 66,2% depois deste período. As construções nucleadas por Prep são irrelevantes do ponto de vista da sua frequência.

Na Tabela 4, a queda na quantidade de construções não verbais, de 12,5 pontos percentuais, também se mostra um dado que corrobora a visão de que as construções verbais ganham importância no segundo período analisado. No entanto, o aumento das construções não verbais compostas em 13 pontos percentuais pode apontar para outro tipo de interpretação: de que as construções não verbais podem ter se modificado de forma a sintetizar mais informações em suas estruturas ao longo do tempo. Apenas com os dados estatísticos, não é possível escolher qual a hipótese explicativa seria válida neste caso.

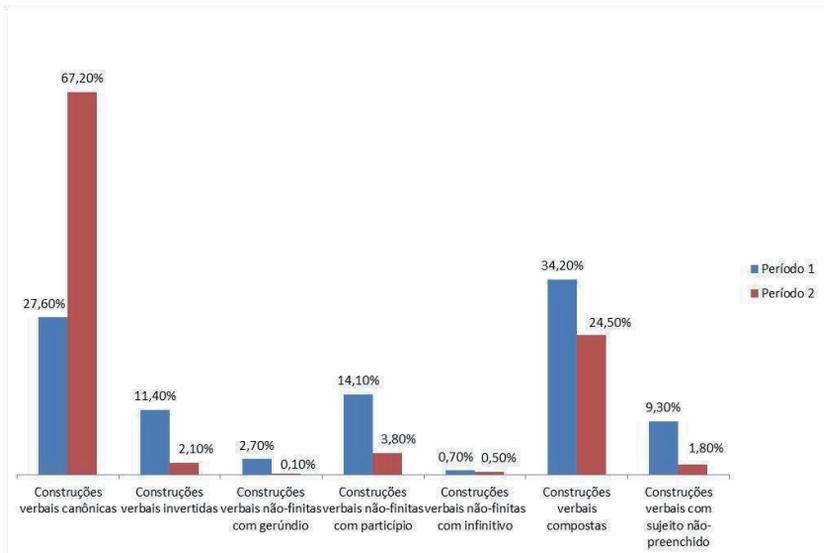
Por fim, a queda no total das construções não verbais, como já foi dito, parece também apontar para a intenção dos redatores de utilizar-se mais de construções verbais, em detrimento das não verbais.

Quanto às construções verbais, os resultados foram os seguintes:

**Tabela 5: Construções verbais nas duas sincronias**

Categorias	Período 1		Período 2	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Construções verbais canônicas	91	27,6%	494	67,2%
Construções verbais com inversão de sujeito	38	11,4%	16	2,1%
Construções verbais não-finitas com gerúndio	9	2,7%	1	0,1%
Construções verbais não-finitas com particípio	47	14,1%	28	3,8%
Construções verbais não-finitas com infinitivo	3	0,7%	4	0,5%
Construções verbais compostas	114	34,2%	180	24,5%
Construções verbais com SN <sub>sui</sub> não-preenchido	31	9,3%	13	1,8%
<b>Totais de construções verbais</b>	<b>333</b>	<b>100,00%</b>	<b>737</b>	<b>100,00%</b>

**Gráfico 5: Distribuição das construções verbais nas duas sincronias**



Quanto aos resultados apresentados na Tabela 5, nota-se o aumento significativo do uso das construções verbais canônicas, que somavam somente 91 dados no primeiro período analisado, o que corresponde a 27,6% do total das construções verbais do primeiro período, contra 495 dados no segundo período analisado, que correspondem a 67,2% do total de construções verbais localizadas entre 1960 e 1980. Ou seja, a construção do tipo [SV(O)], que denominamos canônica, passa de quase pouco representativa para a mais utilizada.

Com relação à relevância estatística das categorias, no primeiro período, as categorias das construções verbais canônicas, invertidas, não-finitas com participípio e compostas mostram resultados estatísticos acima de 10 pontos percentuais; no segundo período, somente as categorias com construções verbais canônicas e compostas apresentam mais de 10 pontos percentuais do total dos dados.

A maior diferença entre os períodos é com relação ao uso das construções verbais canônicas: elas passam de 27,6% do total para 67,2%, ou seja, um aumento de mais de 30 pontos percentuais de um período para o outro. Esse dado parece apontar para a nossa hipótese central, de que este tipo de construção passou a ser privilegiada a partir da implantação do novo fazer jornalístico nas redações em meados do século XX. Quanto às construções verbais compostas, apesar de terem também aumentado em números absolutos, passando de 114 para 180, em termos percentuais observa-se a redução de seu uso: de 34,2% do total nos primeiros 30 anos, para 24,5% nas últimas três décadas. No Gráfico 5, fica claro visualmente o aumento relevante das construções verbais canônicas depois de 1960. Neste gráfico, também é possível perceber que, no segundo período de nossa análise, somente duas categorias de construções verbais se mostram significativas: as canônicas e as compostas.

Na Tabela 5, por fim, também é válido ressaltar que algumas construções analisadas não possuem relevância estatística. É o caso das construções verbais com inversão de sujeito (3%); das não-finitas (4%); e das com  $SN_{suj}$  não-preenchido (2%). Esses dados mostram, mais uma vez, as tendências do texto do jornal impresso de lidar com construções prototípicas, evitando construções que gerem ambiguidade ou dificuldade na compreensão das informações que estão sendo veiculadas.

Resumindo os resultados da análise geral do *corpus*, temos que:

- a) há o predomínio de construções verbais (prototípicas e não-prototípicas);
- b) duas categorias de construções apresentam uso significativamente mais frequente, as construções não verbais simples e as construções verbais canônicas (ambas categorizadas como prototípicas);
- c) há o crescimento relevante do uso de construções verbais canônicas após 1960.

Diante dos resultados gerais, partimos para a observação dos grupos que foram considerados prototípicos. Com este recorte, demos continuidade à análise quantitativa, somente com os dados encontrados nas categorias de construções não verbais simples e de construções verbais canônicas. Para ambas, nosso foco de análise se manteve nos SNs: os desvinculados – que denominamos  $SN_{desvinc}$ ; e nos SNs em posição de sujeito – que denominamos  $SN_{suj}$  –, conforme dito anteriormente.

## ***4.2 Análise das construções não verbais simples***

Primeiramente, nos deteremos na análise das construções não verbais simples. A análise se deu sob dois aspectos: (1) verificar quais os tipos de  $SN_{desvinc}$  são usados nas construções, conforme proposta de Castilho (2012:455); (2) controlar quais Especificadores são utilizados nas construções.

Os Especificadores controlados foram os propostos por Castilho (2012:454): artigos definidos; artigos indefinidos; quantificadores; pronomes; e delimitadores. Também observamos como critério a ausência de especificador, por considerarmos a ausência do uso de especificador uma das características do novo texto jornalístico implantada após a reforma.

Quanto aos tipos de  $SN_{desvinc}$ , foram divididos em quatro grupos:

### *SNs pelados*

São as construções em que o sintagma nominal se compõe somente de núcleo, sem nenhum tipo constituinte em torno<sup>35</sup>. Incluímos neste grupo substantivos compostos ou nomes próprios e também comuns.

Exemplos:

(28) Folhinas (**JB**, 3/1/1930)

(29) Water-polo (**JB**, 3/1/1930)

(30) Suicídio? (**O GLOBO**, 15/1/1930)

---

<sup>35</sup> Acompanhados ou não de sinais gráficos

### *Especificadores + Ns*

São construções de SN composto pelo núcleo e um Especificador. Os Especificadores (analisados em outra categoria, como será visto adiante) podem ser artigos, demonstrativos, possessivos, quantificadores, expressões qualitativas ou delimitadores (Cf. CASTILHO, 2012:454).

Exemplos:

(31) O D.I.P. (**JB**, 3/1/1940)

(32) As epidemias (**JB**, 3/1/1930)

### *Ns + Complementadores*

São os Núcleos complementados por algum tipo de construção adicional, que o qualifica de alguma maneira. Pode ser um adjetivo, um complemento nominal, sintagma preposicional etc.

Exemplos:

(33) Cadaver misterioso no alto do morro (**O GLOBO**, 22/2/1940)

(34) Mobilização extremista (**JB**, 27/7/1950)

### *SNs máximos*

São os  $SN_{\text{desvinc}}$  constituídos de [Especificador + núcleo + Complementador]. Na análise, também foram incluídos neste grupo SNs com constituintes adicionais, tais como Sintagmas Adjetivais e Sintagmas Adverbiais, em *slots* que podem variar sua posição na construção (à

esquerda ou à direita do nome). Consideramos que, ainda que haja constituintes a mais, todos se referem ao mesmo núcleo, portanto, preenchem os critérios de prototipicidade.

Exemplos:

(35) O Legislativo em Ação (**O GLOBO**, 6/4/1960)

(36) A apreensão na saída do treino (**O GLOBO**, 22/6/1980)

### *Resultados para as construções não verbais simples*

A análise dos SN<sub>desvinc</sub> contemplou, no total, 494 dados, dos quais obtivemos como resultado que 67% foram publicados antes dos anos 1960, mesmo com uma maior quantidade de títulos publicados no período posterior, conforme já explicado no subcapítulo anterior.

A distribuição dos SN<sub>desvinc</sub> por tipo se mostrou a seguinte:

**Tabela 6: SN<sub>desvinc</sub> por tipo em construções não verbais simples nas duas sincronias**

<b>Tipo de SN</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>	
<b>Pelado (N)</b>	24	7,7%	36	19,7%
<b>Especificador + N</b>	10	3,2%	2	1%
<b>N + Complementador</b>	131	42,1%	110	60,1%
<b>Máximo (Esp+N+Comp)</b>	146	47%	35	19,2%
<b>TOTAL</b>	<b>311</b>		<b>183</b>	

É interessante observar que, neste primeiro período de tempo, a maior parte dos SN<sub>desvinc</sub> era elaborada com composição máxima (146 dados, que correspondem a 47%), o que pode significar que havia a tentativa de passar diversas informações no título, sem utilizar verbos. Nessa época, é importante lembrar, não havia a rigidez imposta posteriormente pelas

reformas gráficas, que passaram a submeter os editores à redação de títulos com caracteres contados, o que conseqüentemente reduz as estruturas textuais. Esse tipo de  $SN_{desvinc}$  cai significativamente no segundo período, quando encontramos somente 35 dados (19,2%). A redução de 27,8 pontos percentuais no seu uso é bastante relevante.

O segundo tipo de  $SN_{desvinc}$  mais encontrado na primeira sincronia é o núcleo com Complementador. Foram 131 dados, que correspondem a 42,1%. Ao contrário dos SNs máximos, os  $SN_{desvinc}$  compostos por núcleos + complementadores mostraram aumento significativo em seu uso, na segunda sincronia, com 60,1% dos dados. O aumento de um período para o outro foi de 18 pontos percentuais.

O terceiro tipo de  $SN_{desvinc}$  mais encontrado foi o SN pelado. No primeiro período, este tipo de construção era irrelevante estatisticamente, apresentando somente 24 dados, ou 7,7% do total. No segundo período, no entanto, passa a ser relevante, com 36 dados, que representam 19,7% do total. O aumento de 12 pontos percentuais também é significativo.

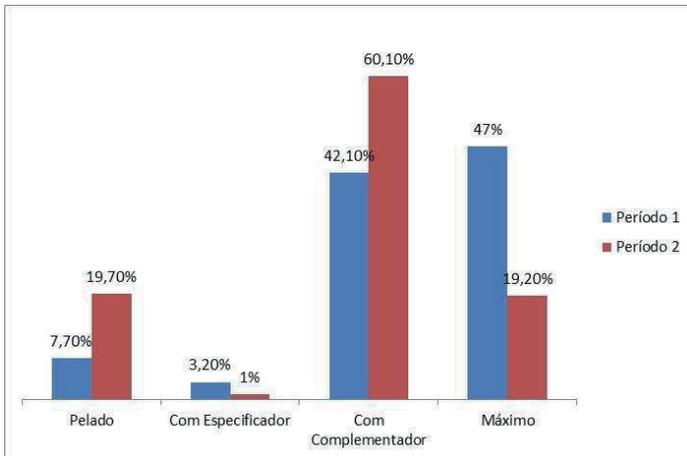
Os  $SN_{desvinc}$  compostos somente por núcleo + Especificadores se mostraram irrelevantes em ambos os períodos de tempo, o que aponta para uma tendência dos jornais em não usar os especificadores.

O que transparece de mais interessante nesta análise, no entanto, é a diferença entre os usos dos  $SN_{desvinc}$  máximos, em comparação com os  $SN_{desvinc}$  compostos por núcleos com complementadores e pelados. Enquanto o primeiro grupo caiu muito de uma sincronia para outra (27,8 pontos percentuais de queda), o segundo e o terceiro aumentaram consideravelmente (somando-se os dois grupos, o aumento é de 30 pontos percentuais). Esse comportamento estatístico nos leva a crer que há uma relação direta entre a queda dos  $SN_{desvinc}$  máximos e a queda no uso dos Especificadores, tendo como conseqüência o aumento das construções nas

quais o Especificador é ausente. Esse dado corrobora nossa hipótese de que os Especificadores foram reduzidos drasticamente após a reforma, notadamente os artigos definidos, como será visto adiante, quando estes serão analisados isoladamente.

Este comportamento fica mais claro ao compararmos os quatro tipos de  $SN_{desvinc}$  no Gráfico 6:

**Gráfico 6: Distribuição dos  $SN_{desvinc}$  por tipo em construções verbais simples em comparação nas duas sincronias**



O gráfico 6 nos mostra como se deu o uso dos Especificadores nas construções não verbais simples com  $SN_{desvinc}$  em cada sincronia. Enquanto os SNs compostos por núcleo + complementador e os  $SN_{desvinc}$  pelados mostraram aumento significativo no segundo período, os dados que continham construções com Especificador + N ou com  $SN_{desvinc}$  máximos se reduziram significativamente no período de 1960 a 1980. A partir do comportamento dos dados nos dois períodos, podemos observar claramente que houve aumento do uso dos dois tipos de construções sem

Especificadores, enquanto os dois grupos que fazem uso deste constituinte apresentaram quedas consideráveis. Como os complementadores contribuem para a predicação, eles se mantêm. Nosso interesse imediato se deteve, portanto, na análise dos Especificadores, que apresentam comportamento atípico quando comparados à língua em uso, já os complementadores se mostram uma perspectiva atraente para análises futuras, mas, como seu comportamento está adequado ao tipo narrativo/argumentativo, optamos por nos determos em seu detalhamento neste momento.

Como nossa hipótese parte do princípio que o domínio discursivo do jornalismo evita o uso dos Especificadores, por suas funções definidoras e restritivas, de forma a compreender melhor este uso, nós observamos também quais foram os Especificadores mais presentes nos dados. Os resultados para os tipos de Especificadores encontrados nos SN<sub>desvinc</sub> constam da Tabela 7, a seguir:

**Tabela 7: Especificadores dos Ns em construções não verbais simples nas duas sincronias**

<b>Tipo de Especificador</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>	
<b>Especificador ausente</b>	155	49,8%	149	81,4%
<b>Artigo definido</b>	127	40,8%	28	15,3%
<b>Artigo indefinido</b>	22	7%	3	1,6%
<b>Quantificador</b>	7	2,2%	3	1,6%
<b>TOTAL</b>	<b>311</b>		<b>183</b>	

Ao analisar os dados acima, a primeira observação é que nas duas sincronias, a maioria dos nomes prescinde de Especificador. A diferença percentual é muito significativa de um período para o outro: enquanto na primeira sincronia, 49,8% dos Ns não apresentavam Especificador; na segunda sincronia, 81,4% dos Ns não eram acompanhados de Especificador. O aumento desse tipo de construção foi de 31,6 pontos

percentuais, o que mostra a tendência clara do jornalismo de abandonar seu uso. Em contraposição, o uso de artigos definidos antecedendo os nomes, construção bastante relevante no primeiro período de tempo, com 40,8% das ocorrências nos dados, cai para somente 15,3% das construções. A queda de 25,5 pontos percentuais de uma sincronia para a outra é mais um dado que confirma nossa hipótese sobre a ausência de Especificador ser uma característica do novo texto jornalístico.

Quanto aos demais Especificadores sistematizados por Castilho (2012:454), os artigos indefinidos e quantificadores são irrelevantes estatisticamente, enquanto os pronomes e delimitadores não foram encontrados nos dados. Esses achados, mais uma vez, apontam para a confirmação de nossa hipótese, que será, a seguir, comparada com o funcionamento dos sintagmas nominais que preenchem a posição de sujeitos das construções verbais canônicas.

### ***4.3 Análise das construções verbais canônicas***

Neste subcapítulo, assim como fizemos no anterior, nos ateremos aos dados observados nas construções consideradas prototípicas. Trata-se do grupo das construções verbais canônicas, nas quais analisaremos em particular os sintagmas nominais que ocupam a posição de sujeito.

Assim como no caso dos  $SN_{desvinc}$  das construções não verbais simples, buscamos dividir as construções de  $SN_{suj}$  em tipos. Para os sujeitos, buscamos verificar: (1) quais tipos de  $SN_{suj}$  se encontram nesta posição; (2) quais os Especificadores foram utilizados com cada  $SN_{suj}$ .

Os especificadores controlados foram, novamente, os propostos por Castilho (2012:454): artigos definidos; artigos indefinidos; quantificadores; pronomes; e delimitadores. Também observamos como critério a ausência

de especificador. Este paralelismo se deu porque nos interessa, posteriormente, analisar o comportamento quanto ao uso dos Especificadores, como um todo – tanto nas construções com  $SN_{desvinc}$  quanto com  $SN_{suj}$ .

Quanto aos tipos de sujeito observados, diferenciamos os sujeitos preenchidos com nomes comuns e com nomes próprios. Apesar de ter sido incluído como categoria de análise, não houve ocorrências de sujeito pronominal entre as construções verbais canônicas.

*$SN_{suj}$  preenchidos com nomes comuns*

Este tipo inclui todas as construções com sujeitos preenchidos lexicalmente, com exceção de nomes próprios e pronomes. Muitos dos  $SN_{suj}$  nesta posição de sujeito são complementados por nomes próprios ou representam instâncias específicas da sociedade (Governo do Estado, Prefeitura do Rio etc.).

Por exemplo:

(37) Nova peça *composta por Edino Krieger* abre sábado o II festival de música (**JB**, 6/5/1970)

(38) Universidade *de Teerã* expulsa adeptos do xá (**O GLOBO**, 22/6/1980)

(39) *Prefeitura* de Aparecida tem recepção preparada (**O GLOBO**, 22/6/1980)

*SN<sub>suj</sub> preenchidos com nomes próprios*

Este tipo inclui nomes de pessoas, instituições, países, siglas, locais (tais como Interlagos, Maracanã, Estrada do Colono), Clubes e associações esportivas, Partidos Políticos, apelidos, campeonatos e competições específicos (Copa do Mundo, Olimpíadas)

(40) TCU vai pedir a intervenção em cidade-fantasma (**JB**, 6/5/1970)

(41) Ulysses luta com a rua ou na rua (**JB**, 18/4/1980)

*Resultados da análise dos tipos de SN<sub>suj</sub>*

Houve 584 construções verbais canônicas em nossos dados, com SN<sub>suj</sub> preenchido. Dessas, 90 foram localizadas no primeiro período, correspondendo a 15% do total, enquanto 494 foram localizadas no segundo período, o que corresponde a 85% do total, dado que mostra claramente que a frequência de uso das construções com SN<sub>suj</sub> preenchidos foi predominante no segundo período da diacronia.

Os tipos de SN<sub>suj</sub> foram distribuídos de acordo com a Tabela 8:

**Tabela 8: Tipos de SN<sub>suj</sub> em construções verbais prototípicas nas duas síncronias**

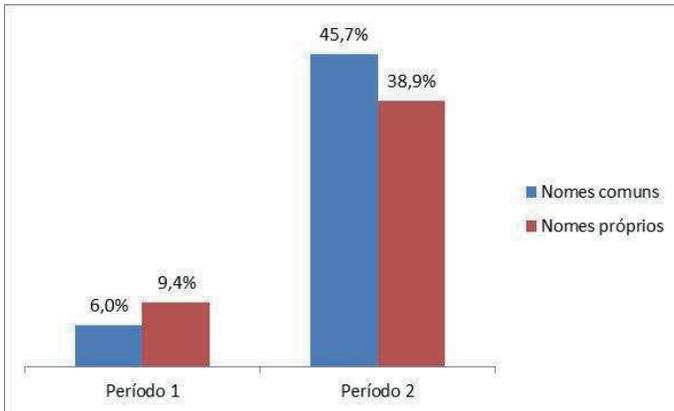
<b>Tipo de Sujeito</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>	
<b>Nomes comuns</b>	35	38,8%	267	54%
<b>Nomes próprios</b>	55	61,2%	227	46%
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>100%</b>	<b>494</b>	<b>100%</b>

Do total de 1.078 dados prototípicos, os SN<sub>suj</sub> representavam, no primeiro período, somente 8,3% das ocorrências, o que colocava este tipo de construção abaixo do percentual que consideramos relevante para

análise estatística. No segundo período, entretanto, houve um aumento extremamente significativo no uso deste tipo de construção. Foram encontradas 494 ocorrências, que correspondem a 45,8% do total de dados. Isso significa que a construção partiu da posição de menos relevante para a mais relevante, do primeiro período analisado para o segundo. Este dado corrobora a tendência de crescimento que já havia sido observada, quando comparamos a frequência de uso das construções verbais canônicas entre as duas sincronias e corrobora a hipótese em verificação nesta tese.

Quanto aos tipos de  $SN_{suj}$  analisados, 61,2% eram compostos por nomes próprios, na primeira sincronia. Este percentual caiu significativamente para 46%, na segunda sincronia. Quanto aos nomes comuns, eram 38,8% das construções encontradas no primeiro período, enquanto representavam 54% no segundo período. É importante salientar que houve uma inversão nos valores percentuais dos  $SN_{suj}$  preenchidos, nas duas sincronias. A escolha de mais  $SN_{suj}$  não personificados pode apontar para o traço de generalização que se busca na reforma editorial dos anos 1950.

Por fim, quanto à ausência de  $SN_{suj}$  pronominais, acreditamos que esta seja uma característica do domínio discursivo do jornalismo. Ao retratar fatos, mostra-se necessário sempre designar com nomes específicos os papéis temáticos em jogo no texto, principalmente nos títulos. Assim, o uso de pronomes se torna mais raro do que em outros domínios discursivos. O gráfico 8 representa o crescimento da relevância das construções com  $SN_{suj}$  nas construções verbais canônicas:

**Gráfico 7: Distribuição dos SN<sub>suj</sub> por tipo nas construções verbais canônicas**

Quanto aos Especificadores precedendo os Ns que ocupam a posição dos SN<sub>suj</sub>, encontramos os seguintes resultados:

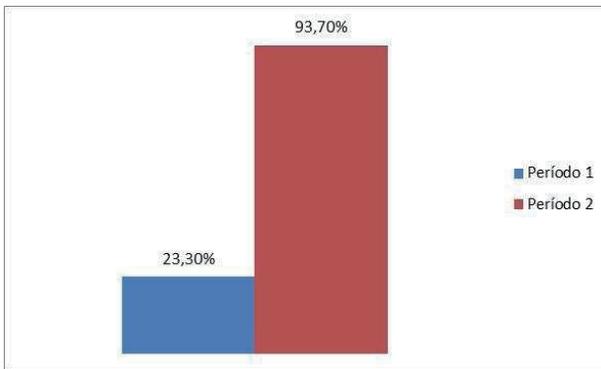
**Tabela 9: Especificadores dos Ns na posição de SN<sub>suj</sub> em construções verbais prototípicas nas duas sincronias**

Tipo de Especificador	Período 1		Período 2	
Especificador ausente	21	23,3%	463	93,7%
Artigo definido	61	67,7%	29	5,9%
Artigo indefinido	5	5,5%	0	0%
Quantificador	2	2,2%	2	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>		<b>494</b>	

Diferentemente do que ocorreu com os SN<sub>desvinc</sub>, no caso dos SN<sub>suj</sub>, o dado mais relevante foi o preenchimento da posição de Especificador do núcleo dos SN<sub>suj</sub> com o artigo definido, no primeiro período de tempo analisado. Houve 67,7% de ocorrências de SN<sub>suj</sub> constituídos por Ns precedidos por artigos definidos, contra apenas 23,3% de SN<sub>suj</sub> constituídos por Ns sem Especificadores. Os demais tipos, assim como nos SN<sub>desvinc</sub>, se mostraram não relevantes estatisticamente.

Com relação à ausência de especificador, o mais importante é o aumento no segundo período. Foram 93,7% dos casos, o que representa uma diferença de 70,4 pontos percentuais a mais do que no primeiro período. Esta é uma das variações mais dramáticas encontradas na nossa análise. Como consequência deste predomínio, todas as demais construções de  $SN_{suj}$  constituídos por Especificadores + Ns se tornam irrelevantes estatisticamente após a reforma. Acreditamos que este seja um dado muito importante, pois mostra claramente a diferença na construção dos textos depois de 1960. No gráfico 8, está representado o percentual de  $SN_{suj}$  constituídos por SNs sem Especificador em cada período analisado:

**Gráfico 8:  $SN_{suj}$  sem Especificador (comparadas as duas sincronias)**



#### ***4.4 Comparação dos resultados do uso de Especificadores em construções prototípicas não verbais simples e verbais canônicas***

Nesta seção, cotejamos os resultados estatísticos encontrados nos  $SN_{desvinc}$ , em construções prototípicas não verbais simples, e nos  $SN_{suj}$ , em

construções prototípicas verbais canônicas, de forma consolidada. A comparação entre seus usos contrastará os períodos 1 e 2.

Nosso interesse neste grupo de análise é perceber quais modificações ocorreram no emprego principalmente dos artigos definidos e indefinidos, pois acreditamos que a ausência de artigos seja também uma característica de inovação proposta nos anos 1960 e é um uso bastante específico do texto dos jornais. Dessa forma, o nosso último grupo de análise estatística será composto pela consolidação da frequência de uso dos Especificadores, tanto em  $SN_{\text{desvinc}}$  quanto em  $SN_{\text{suje}}$ .

Os Especificadores analisados foram, mais uma vez: artigos definidos, artigos indefinidos, pronomes demonstrativos, pronomes possessivos, quantificadores. Apesar de terem sido listados entre as variáveis, expressões qualitativas e delimitadores não ocorreram nos dados. Os pronomes possessivos, demonstrativos e quantificadores não apresentaram ocorrência relevante e estão reunidos no rótulo “demais especificadores”.

**Tabela 10: Totalização dos Especificadores nas construções prototípicas não verbais simples e verbais canônicas por período**

<b>Tipo de Especificador</b>	<b>Período 1</b>		<b>Período 2</b>	
<b>Especificador ausente</b>	176	43,8%	612	90,3%
<b>Artigo definido</b>	188	46,8%	57	8,4%
<b>Artigo indefinido</b>	27	6,7%	3	0,44%
<b>Demais especificadores</b>	10	2,5%	5	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>401</b>		<b>677</b>	

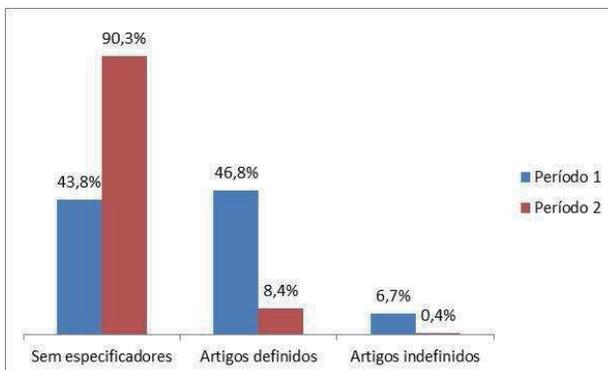
Os resultados consolidados relativos aos Especificadores demonstram de imediato que há diferença significativa no seu uso entre os dois períodos de tempo demarcados. Nos SNs analisados (tanto  $SN_{\text{desvinc}}$  quanto  $SN_{\text{suje}}$ ), foram encontradas 176 ocorrências de construções sem especificador antes de 1960, de um total de 401 (o que corresponde a 43,8%). No período

seguinte, dos 677 dados, 612 não continham especificador (ou seja, 90,3%). Significa aumento de 46,5 pontos percentuais nas construções sem especificador.

Quanto ao uso dos artigos definidos, também há dados relevantes. Enquanto no Período 1, localizamos 188 dados com artigos definidos, que correspondem a 46,8% do total, no segundo período, há somente 57 dados, contabilizando 8,4% do total. Ou seja, uma queda de 38,4 pontos percentuais no seu uso, que se tornou irrelevante. Quanto à irrelevância no uso dos artigos indefinidos, já era de se esperar, pois seu uso denota falta de objetividade na informação, o que vai de encontro aos manuais de redação.

Para melhor visualizar o impacto da mudança no uso dos especificadores antes e depois da reforma editorial, optamos por colocar esse resultado também em forma gráfica.

**Gráfico 9: Comparação consolidada do uso de Especificadores nas construções nos períodos 1 e 2**



No gráfico 9, é possível perceber claramente a diferença entre o uso de Especificadores antes e depois da reforma editorial dos jornais brasileiros. O crescimento de 46,5 pontos percentuais na ausência de Especificador indica um novo tipo de uso decorrente das reformas pelas quais passaram os jornais. Por consequência, a frequência de uso dos artigos definidos e indefinidos reduziu significativamente.

Antes da reforma, o uso mais significativo era de construções com Especificador com 46,8% dos dados, mas a ausência de especificador já trazia resultados relevantes (43,8%). Outro ângulo, portanto, para analisar este resultado seria considerar que o não uso de Especificadores pode ser um indicio de que essas mudanças possuem um fator concorrente advindo do próprio domínio discursivo do jornalismo, em vez de ter sido um traço imposto somente pela reforma.

Como vimos, em alguns momentos nossos resultados quantitativos nos levaram a nos deparar com dados que não condiziam com nossas expectativas. Em busca de uma melhor compreensão destas estatísticas que parecem entrar em conflito com nossas hipóteses explicativas iremos, no capítulo seguinte, analisar qualitativamente os dados.

## 5 Análise qualitativa dos dados

Neste capítulo, nossa proposta é articular os resultados da nossa análise estatística com a observação qualitativa dos dados. Trata-se de discutir, a partir de exemplos obtidos nos dados, aspectos que não podem ser totalmente esclarecidos somente com base em uma visão quantitativa.

Ao começarmos a nossa pesquisa, um dos primeiros problemas a surgir foi como tratar um *corpus* tão variado, quando observado do ponto de vista das estruturas criadas para as manchetes dos jornais. Várias tentativas de sistematização se sucederam, bastante detalhadas, mas, ao final dos processos, alguns dados apresentavam irrelevância estatística, ou seja, não tinham valor para análises quantitativas e testagens de frequência de uso. Com o resultado dessas amostragens, o caminho escolhido foi se utilizar de uma metodologia conjugada, como explicamos no capítulo 3 (Cf. p. 88).

Para balizar essa categorização, nos utilizamos da teoria dos protótipos. Primeiramente, portanto, discutiremos qual tratamento demos à noção de protótipo, um dos critérios que baseou nossa análise estatística.

Em seguida, iremos analisar mais profundamente a noção de complexidade. Essa noção é usada como categoria analítica e seus resultados apresentaram alguns desvios com relação ao comportamento esperado dos dados. Torna-se relevante, pois, compreender de que forma esses desvios operam.

Finalmente, observaremos construções que não foram analisadas quantitativamente, de modo a mostrar a multiplicidade de estruturas presentes nas páginas dos jornais impressos e ilustrar de que forma elas se modificaram em diacronia, verificando se é possível, com esse ponto de

vista adicional, verificar algumas das tendências apontadas pelos resultados gerais apresentados no capítulo 4.

Por fim, comentaremos outros constituintes que compõem o domínio discursivo do jornalismo e que se encontram atrelados a essas construções textuais, principalmente sinais gráficos. Dessa forma, procuraremos dar conta dos demais elementos que transpareceram nos títulos, durante a análise.

### ***5.1 O tratamento dado à prototipicidade***

O primeiro desafio para analisar os dados foi o estabelecimento de critérios de categorização. A diacronia se definiu de forma simples, a partir da coleta das datas dos jornais. As construções puderam ser facilmente classificadas entre verbais e não verbais. No entanto, fez-se necessário encontrar mais um modelo que nos desse uma visão do *corpus* em termos de diferenças nas estruturas em uso.

Foi a partir da sistematização dos dados em construções prototípicas e não-prototípicas, de acordo com a teoria dos protótipos, que tivemos sucesso para empreender a categorização necessária. Como referência para nossas classificações prototípicas, nos utilizamos dos autores que descreviam as construções. Dessa forma, conseguimos trabalhar com dois tipos de tratamento, tendo como divisor de águas a noção de protótipo.

Em seguida, optamos por tratar a análise das construções prototípicas de forma estatística e analisar as não-prototípicas qualitativamente. Este recorte se mostrou coerente com o nosso arcabouço teórico, pois pudemos continuar com as noções de categorização e de rede, sem abrir mão da conjugação dos métodos.

No entanto, as tentativas de sistematizações mais detalhadas e reduções a modelos das construções não-prototípicas foram, mais uma vez, insatisfatórias do ponto de vista dos resultados quantitativos, já que os percentuais de ocorrência de cada tipo de construção eram muito reduzidos, quando consideradas separadamente.

Partimos, então, para a reflexão sobre os dados que chamavam a atenção por sua diferença construcional, quando comparados com os dados prototípicos. Assim, foram destacados, ao longo do processo classificação dos dados, os títulos que chamaram a atenção por suas construções diferenciadas. Os que se mostraram mais relevantes para compor o complemento da análise quantitativa se encontram relacionados nesta seção, que pretende verificar algumas transformações que não transparecem nos números.

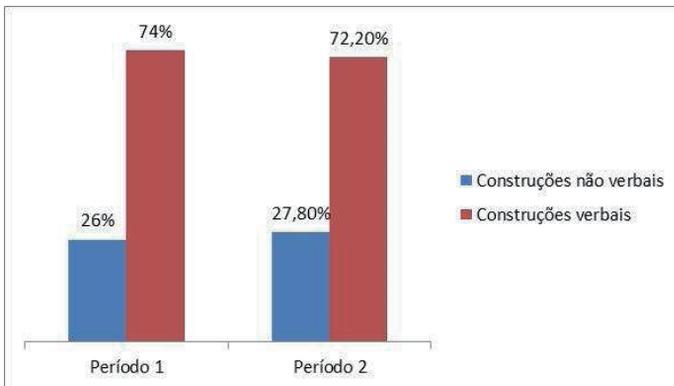
**Tabela 11: Distribuição das construções não-prototípicas nas duas sincronias**

	Período 1		Período 2		Totais
<b>Construções não verbais</b>	85	26%	93	27,8%	159
<b>Construções verbais</b>	241	74%	242	72,2%	484
<b>TOTAL</b>	<b>326</b>	<b>100%</b>	<b>335</b>	<b>100%</b>	<b>661</b>

Ao analisarmos os números relativos às construções não-prototípicas de forma consolidada, percebemos que a não-prototipicidade é relevante para a análise. Quando consolidamos os dados relativos a todas as construções não-prototípicas, há um percentual significativo com relação ao *corpus*: os dados não-prototípicos somam 661 ocorrências, 38% do total. As construções verbais compostas somam 17% das ocorrências. E todas as categorias verbais somadas representam expressivos 28% do total dos dados da análise.

O primeiro ponto a observar com relação aos resultados, em números absolutos, é o comportamento da quantidade de dados não-prototípicos. Não houve modificação no decorrer do tempo: nas primeiras três décadas, contabilizamos 326 dados (49%); nas décadas seguintes, contabilizamos 335 (51%). Não foi registrada, portanto, diferença percentual relevante no uso destas construções não-prototípicas antes e depois da reforma. Dado que seria esperada uma redução das construções não-prototípicas, proporemos algumas hipóteses explicativas para este comportamento não esperado dos números, em seguida.

**Gráfico 10: Construções não-prototípicas por períodos analisados**



Esse comportamento estatístico – que fica claro no Gráfico 10 – não era esperado, ao considerarmos a hipótese de que todos os jornalistas estariam seguindo os manuais de redação. A partir desta hipótese, pela lógica, deveríamos encontrar construções com estruturas mais simplificadas. O resultado mostra a importância de se ater aos dados também qualitativamente, de forma a entender estas distribuições

inesperadas. A necessidade de se ater a uma análise qualitativa das estruturas se comprova com a percepção de outros três pontos:

- a) as construções não verbais não-prototípicas depois de 1960 também não apresentaram variação estatística relevante;
- b) a quantidade de construções verbais não-prototípicas se manteve;
- c) há muito mais construções verbais (75%) do que não verbais (25%).

Destacamos estes três pontos porque todos apresentam comportamentos estatísticos não esperados com relação às nossas hipóteses. Com relação: (a) às construções não verbais não-prototípicas depois de 1960, como será visto adiante, houve uma renovação no uso deste tipo de construção, com a redução da quantidade de constituintes.

O mesmo ocorre em (b), nas construções verbais não-prototípicas (invertidas; não-finitas e sem preenchimento do  $SN_{suj}$ ), que se mantiveram estáveis, em vez de reduzirem. Uma possibilidade para esse comportamento pode ser o aumento no uso dos verbos, privilegiando a ação, dando nova identidade ao texto dos jornais, conforme ditam os manuais de redação. Assim, quando aumentam as construções verbais em geral, isso se reflete necessariamente também nas construções não-prototípicas.

Dentro deste conjunto, também é preciso considerar, como veremos mais tarde, que o uso das construções não verbais compostas e das construções verbais compostas se modificou. Estes dois foram grupos

controlados como complexos no capítulo 4 e se mostraram os dois mais relevantes estatisticamente entre os dados não-prototípicos.

As construções não verbais compostas corresponderam a 8% do total dos dados e as construções verbais compostas, a 16%. O que nos parece é que, no jornalismo pós-reforma, a complexidade passou a ser usada de forma a sintetizar informações, como veremos adiante. Talvez esta seja a justificativa para haver muito mais construções verbais, que totalizam 75%, do que construções não verbais, que somam 25%, quando totalizamos as construções não-prototípicas. Mais uma observação importante é que, nos dados analisados, a complexidade foi tratada do ponto de vista das relações verificadas entre as construções verbais ou não verbais. Essas relações serão exemplificadas aqui.

### ***5.2 Complexidade ou sintetização?***

Entre as categorias analisadas como não-prototípicas, utilizamos, tanto para o grupo de construções não verbais quanto para o grupo de construções verbais, a noção de construções compostas. A composição destas construções se deu a partir da análise de seus elementos nucleares e consideramos compostas as construções com mais de um SN ou mais de um SV. No entanto, alertamos que essa categorização não considerava a noção de complexidade. Isso porque localizamos construções complexas que não podem ser consideradas compostas e também construções compostas sintéticas, com poucos elementos na sua constituição. A quantidade de material morfossintático também não foi um critério para o estabelecimento da complexidade. Um exemplo de construção não verbal composta é:

(42) Daladier a Salazar (**O GLOBO**, 22/2/1940)

Nesta construção, há pouco material morfossintático. A construção se compõe de somente três constituintes, sendo dois nomes próprios ligados por uma preposição. Com este exemplo, pretendemos demonstrar que a análise sobre a complexidade não leva em conta o tamanho das construções. No exemplo (42), está claro que existe uma relação semântico-pragmática entre os dois SNs. Do ponto de vista da iconicidade, podemos inferir, pela posição espacial dos nomes, que Daladier é tratado como fonte e Salazar, como meta, a disposição espacial dos nomes capturando iconicamente os papéis temáticos dos participantes. Esta interpretação se confirma pela transcrição do texto do jornal:

Lisboa, 22 (II.) – O ministro da França Sr. Almé Leroy entregou ao Sr. Oliveira Salazar um exemplar da edição portuguesa do livro do Sr. Daladier “Defesa do Paiz”, com uma dedicatória autografa do presidente do Conselho da França.

(**O GLOBO**, 22/2/1940)

No primeiro período analisado, antes de 1960, no entanto, não houve muitas construções não verbais compostas com esta configuração sintética. Ao contrário deste exemplo, em sua maioria, os títulos eram construídos com diversos constituintes, resultando em muito material morfossintático. Essas construções eram grandes, mas não foram consideradas compostas na nossa análise. É um exemplo:

(43) Mensagem do General Carmona aos portugueses de todo o mundo (**JB**, 3/1/1940)

No exemplo (43), toda a construção é nucleada pelo nome “mensagem”, o qual é complementado com diversas informações: de quem

é a mensagem, para quem é a mensagem, onde estão os destinatários da mensagem. Sendo assim, não podemos considerar que a construção seja composta, pois todos os seus elementos estão relacionados a um mesmo núcleo nominal, mas é complexa em nossa análise, pois também não é sintética, ao contrário do exemplo (42).

Os exemplos (42) e (43) foram trazidos para mostrarmos que a noção de construção composta não se relaciona à quantidade de constituintes, mas sim ao fato de haver mais de um núcleo e se estabelecerem relações entre eles, em um mesmo título. Ou seja, não está em jogo o tratamento da complexidade, mas sim as relações que compõem o todo da construção, que se dão do ponto de vista da coordenação ou justaposição de dois ou mais núcleos, pois sempre que há mais de uma unidade de informação, é necessária mais quantidade de processamento, conforme vimos em Chafe, no capítulo 2. No caso das construções verbais compostas, a análise se voltou também para os tipos de relações entre as construções, centradas nas noções de parataxe e hipotaxe.

Com base na observação das ocorrências, foi possível perceber a primeira forma de categorizar as construções compostas. Trata-se do relacionamento entre os constituintes das construções. É perceptível que, nas construções não verbais compostas em que há mais de um núcleo, ambos se relacionam de alguma forma. O mesmo acontece nas construções verbais compostas. Todas as construções compostas, portanto, se caracterizam por diferentes tipos de relações e apresentam diferentes graus de complexidade. Não é possível identificar um único esquema que reúna todas elas. Dessa forma, a partir da proposta de Castilho (2012) e da sua correlação com a proposta de Halliday (1994), começamos a observar no *corpus* de que forma essas relações se traduzem. Apresentaremos, a seguir,

alguns exemplos que consideramos mais ilustrativos dos tipos de construções encontradas no nosso *corpus*:

(44) A Pan-American Airways anuncia que serão prolongadas duas carreiras já estabelecidas (O GLOBO, 15/1/1930)

Neste exemplo, chama a atenção primeiramente o tamanho das construções – a maioria dos títulos desta época continha muitos constituintes. Também chama a atenção o encaixamento dentro da mesma oração, como no exemplo (44): o SN<sub>suj</sub> “A Pan-American Airways”, seguido do verbo “anunciar”, pressupõe, como qualquer verbo *dicendi*, a noção de que algo será dito. É como que o “algo” fosse uma construção dependente, hipotática. No caso do exemplo (44), há uma oração hipotática: “que serão prolongadas duas carreiras”. Ainda há o complementador do núcleo nominal “carreiras”: “já estabelecidas”. É uma construção bastante elaborada, a qual obriga o leitor a se deter um pouco mais para processar todas as informações disponíveis.

O exemplo escolhido a seguir ilustra ainda mais o uso de adjetivos:

(45) Apegadas a velhos preceitos religiosos, as classes inferiores dificultam o combate contra a espantosa mortandade de creanças ! (O GLOBO, 15/1/1930)

O exemplo (45) destaca-se pela quantidade de itens que foram eliminados do jornalismo moderno – principalmente adjetivos como “velhos preceitos”, “classes inferiores” e “espantosa mortandade”. E a construção ainda é finalizada com uma exclamação, bem pouco usual atualmente.

(46) Um telegrama que levou dezoito dias para ir da Praça Quinze à Esplanada do Castelo. (O GLOBO, 29/3/1950)

No exemplo (46), em “Um telegrama *que* levou dezoito dias [...]”, localizamos outra construção comum no primeiro período de tempo, com uma oração relativa pouco usual no jornalismo atual. No mesmo exemplo, o artigo indefinido é usado como Especificador do N em posição de SN<sub>suj</sub> (“Um telegrama”).

Há, ainda, uma construção não-finita de infinitivo em uma relação hipotática, que justifica a publicação do fato: “para ir da Praça Quinze à Esplanada do Castelo” (ou seja, a publicação desta notícia se justifica pelo fato de o telegrama ter levado quase três semanas para praticamente atravessar a rua).

(47) Nascer mordendo é até sinal de predestinação ... (O GLOBO, 29/3/1950)

No exemplo (47), há uma construção com infinitivo iniciando o título, que representa um núcleo oracional completo, seguida de um verbo no gerúndio, que também corresponde a um núcleo oracional relacionado ao primeiro, em uma construção não-finita que representa o modo, o que hoje em dia seria muito raro de ocorrer nos jornais impressos. Estes dois verbos se unem para formar outra construção maior (“nascido mordendo”), que funciona como SN<sub>suj</sub> da terceira construção verbal: “é até sinal de predestinação ...”. Esta terceira construção é a manchete principal e contém outros elementos que caracterizam o período, como o focalizador “até” e as reticências ao final do título. Para analisarmos o contexto, lemos que a

notícia é sobre recém-nascidos que já saem da barriga das mães com dentição. O autor cita personagens de destaque da história que nasceram com dentes. Por isso, os bebês que nascem assim poderiam ser predestinados a também ter sucesso. É uma notícia científica sobre um assunto que provavelmente intrigava as pessoas naquele momento.

Observar o tipo de relação entre as construções compostas também se mostra significativo para diferenciar os exemplos citados anteriormente. Os dados (45), (46) e (47) também servem para mostrar que de fato existem graus diferentes de relações de dependência entre as orações, o que corrobora a proposta de diversos autores que estudam essas estruturas sobre a proposta de colocar suas classificações em um *continuum*, em vez de alocá-las em uma categoria distinta.

Percebe-se ainda, na análise dos dados em diacronia, que construções compostas, tanto não verbais quanto verbais, tiveram sua complexidade morfosintática reduzida ao longo do tempo. Mas esta observação não se reflete nos números, que se mantiveram na mesma quantidade. Por quê? Parece que o uso de construções compostas não foi eliminado pelos jornalistas, mas sim modificado.

No início, os jornais usavam as orações compostas para explicar mais, dar mais informações, dar ênfase, ou seja, usando muitos constituintes para atingir seu objetivo. Os títulos eram enormes. Algumas manchetes eram compostas em uma mesma sequência, separadas por sinais gráficos (hifens, traços ou travessões), de até cinco linhas. Depois dos anos 1960, os títulos são enxutos. A diferença imediata que se percebe se refere ao tamanho dos títulos e deixa claro que a complexidade não pode ser tratada como uma categoria homogênea.

Hoje, os jornais usam construções compostas como uma forma de sintetização, ou simplificação. As construções se apoiam em orações

reduzidas, apostos, pontuação que substitui parte da oração desenvolvida (como usar “dois pontos” no lugar do verbo *dicendi*, ou declarativo, de uso muito comum no domínio discursivo do jornalismo).

Nos exemplos mais recentes, também se percebe que não são mais usados adjetivos e não há preocupação com rebuscamento na redação. As construções são rápidas, diretas, seguem as recomendações dos manuais de redação. As muitas orações compostas constituídas com o verbo *dicendi* são necessárias ao discurso jornalístico, pois servem para que o jornal não assuma a responsabilidade pelo que está sendo dito. Os verbos *dicendi* fazem parte, portanto, do jornalismo pós-reforma, cujos manuais ditam que o repórter não deve emitir suas opiniões, como no exemplo da reportagem sobre o incêndio na Estação da Luz, em São Paulo, citado no início deste trabalho, mas sim buscar reportar o fato através das opiniões das fontes.

Também se percebe que há várias formas de variar o texto que introduz as declarações. No exemplo (48), temos a construção mais comum:

(48) Acrefi *diz* que inflação atuará como um tributo (JB, 18/4/1980)

O verbo “dizer” é seguido pela construção constituída pelo complementizador “que” e uma citação indireta. A complexidade reside no fato de existirem dois núcleos verbais, sendo o verbo “atuar”, da construção encaixada, aquele que carrega o conteúdo informacional.

Outras construções já substituem o verbo *dicendi* por verbos que carregam informação semântico-pragmática a mais, como por exemplo, sugerir atitudes dos SN<sub>suj</sub>, como em (49):

(49) Mufarrej não é "amigo do comércio", explica o presidente do Sindicato dos Lojistas (**O GLOBO**, 6/4/1960)

É um exemplo de título em que a escolha do verbo já implica uma carga semântica adicional: a escolha do verbo “explicar” no lugar de “dizer” implica que a fonte (o presidente do Sindicato dos Lojistas) deu uma declaração com o sentido de justificar uma situação, e não somente relatá-la.

Um terceiro tipo de construção composta bastante usada apresenta dois pontos em substituição ao verbo *dicendi*, como no exemplo (50):

(50) Beltrão: Desburocratização ajudará processo judiciário (**O GLOBO**, 22/6/1980)

No exemplo (50), apesar de não haver dois verbos realizados, acreditamos que se trate de uma construção verbal composta, porque a pontuação estabelece uma relação entre as partes. A relação é hipotática porque, se retirarmos o nome Beltrão, a segunda parte da construção perde sua caracterização como discurso indireto e se torna uma afirmação do jornal. Portanto, apesar de a segunda parte do título ser uma construção verbal independente, do ponto de vista sintático, não é possível retirar a primeira parte, porque esta representa a fonte e representa a entidade à qual a relação hipotática se refere.

As construções compostas também são muito utilizadas para estabelecer relações de subordinação ou coordenação, como em:

(51) Mulher do pintor *que* morreu com traumatismo craniano *diz que* não o viu sangrar (**JB**, 18/4/1980)

No exemplo (51), o SN<sub>suj</sub> “mulher” tem um complementador “do pintor”, o qual é modificado por uma oração subordinada relativa restritiva. Isso acarreta uma construção bem pesada antes do verbo principal “dizer”, que traz outra oração subordinada substantiva, neste caso, da situação reportada na notícia.

Outros tipos de construções, além das realizadas com verbos *dicendi*, também marcam a diferença no uso da complexidade após a reforma. Construções com poucos constituintes são compostas, como em:

(52) Pelé, o gênio (O GLOBO, 22/6/1980)

Em um título sintético, tal como o exemplo (52), temos dois núcleos, em uma relação de parataxe. Formalmente, é um aposto e este tipo de construção leva a uma relação de elaboração acerca da entidade “Pelé”, representado como “gênio”, substantivo que aparece precedido de Especificador: o artigo definido “o”. Assim, o leitor lê o título associando Pelé como o jogador que é o gênio do futebol.

Algumas vezes, ocorreram também títulos em que a relação é de coordenação, como em:

(53) Carro atropela e mata rapaz durante pega (O GLOBO, 22/6/1980)

Neste caso, a relação se estabelece pelo conectivo “e”, que reúne duas ações: carro “atropela” e “mata”. É uma relação de parataxe. Do ponto de vista lógico-semântico, há uma relação sequencial de eventos. Primeiro ocorre o atropelamento, depois a morte. A ordem das orações reproduz iconicamente a ordem dos eventos no mundo. Isso torna impossível

inverter a posição dos dois verbos no título. Mais uma vez, nesta interpretação, está em jogo o princípio da iconicidade, de Givón.

Quanto ao conectivo “e”, uma das suas características é ser, de certa forma, esvaziado, no que diz respeito ao conteúdo semântico. Assim, localizamos vários dados com o conectivo “e”, principalmente entre Período 2, com diversos tipos de relações entre as partes:

(54) Egito se prepara e prevê luta violenta com Israel em junho (**JB**, 6/5/1970)

No exemplo (54) não há iconicidade diagramática, as duas construções verbais podem ser invertidas. Há uma relação lógico-semântica que torna a primeira parte da construção “Egito se prepara” dependente da segunda “prevê luta violenta com Israel”. Há, portanto, uma relação hipotática relacionada à causa.

(55) Fluminense não tem problema para enfrentar o Bangu e Didi passará a profissional (**JB**, 6/5/1970)

No exemplo (55), o conectivo “e” é usado para transmitir duas informações diferentes sobre o mesmo tema. São duas construções verbais em relação de parataxe. O tema de ambas é o Fluminense, mas um fato não tem nenhum tipo de dependência com o outro. Poderiam ser dois títulos isolados, só estão reunidos porque a mesma notícia trata dos dois assuntos.

(56) Zia Ul-haq censura EUA e vai falar com Indira (**JB**, 18/4/1980)

No exemplo (56), a relação das construções ligadas com o “e” também é paratática, mas existe um grau de relação entre as partes maior do que no exemplo (55). Do ponto de vista pragmático, há uma tensão entre as duas atitudes do  $SN_{\text{subj}}$ : o fato de “censurar os EUA” e “falar com Indira”. Os dois são posicionamentos políticos, tratam do mesmo tema, mas existe uma relação de oposição entre eles. Quando Zia Ul-haq toma a atitude de falar com Indira, ele assume uma postura contrária aos EUA. Esse exemplo confirma claramente a necessidade de tratar parataxe e hipotaxe sempre como pólos em um *continuum*, e não como categorias distintas.

(57) Boicote prejudica EUA e beneficia outros países (O GLOBO, 22/6/1980)

A forma como é possível relacionar duas construções verbais independentes através do conectivo “e” e, ao mesmo tempo, estabelecer entre elas uma relação de causa e efeito se torna mais clara no exemplo (57). Neste caso, o tipo de relação é hipotática, apesar de as duas ideias funcionarem independentemente. Temos que: (1) o boicote prejudica os EUA; (2) o boicote beneficia outros países. No entanto, a apreensão do conteúdo semântico deste título só se dá através da relação entre as duas construções: os outros países são beneficiados *porque* há boicote aos EUA.

(58) Flu joga contra o Serrano e Zagalo acha importante (O GLOBO, 22/6/1980)

O último exemplo selecionado com o conectivo “e” (58) mostra que também é possível se utilizar desta construção para acrescentar o discurso indireto de uma fonte. No caso, as duas construções verbais não são

independentes. “Zagalo acha importante” requer um complemento. O que ele acha importante? No caso, a relação entre as duas construções nos faz inferir que Zagalo acha importante que o Fluminense jogue com o Serrano. Isso estabelece uma relação hipotática entre as duas construções. A escolha por construir o título dessa forma talvez se explique no terreno da pragmática.

A escolha de outros conectivos, mais comuns no primeiro período que analisamos, também pode modificar a relação estabelecida entre as partes da construção composta, seja oracional ou não, conforme em:

(59) Verdadeiro o curso superior, *mas* falso o secundário (**O GLOBO**, 22/2/1940)

No exemplo (59), a relação que se estabelece é de oposição, por isso a escolha do conectivo “mas” ao invés do “e”, que também poderia ter sido usado neste caso. A escolha pelo “mas” visa a reforçar o paradoxo que se mostra no campo lógico-semântico entre as duas construções. Como alguém pode ter curso superior e não ter curso secundário?

(60) Polícia admite afogamento *ou* fuga dos namorados da Gávea (**JB**, 7/6/1960)

Em (60), a escolha pelo conectivo “ou” no lugar do “e” mostra que a polícia está em dúvida sobre a situação. O fato é que um casal de namorados foi dado como desaparecido. No momento, a polícia segue com duas hipóteses: afogamento ou fuga. Na construção, é possível mais uma vez estabelecer uma relação lógico-semântica entre duas ideias independentes através da escolha do conectivo.

(61) Dinheiro nôvo sai hoje, *mas* poucos verão maior nota (O GLOBO, 15/5/1970)

O último exemplo que escolhemos para exemplificar como a variação do conectivo modifica a implicação entre as construções é com o conectivo “mas”, cujo valor semântico é sempre de oposição. Mais uma vez, a relação é hipotática, mas frouxa. As duas partes do título fazem sentido por si. No entanto, a construção como um todo leva à elaboração de um sentido complementar. A informação de que o dinheiro novo será distribuído soma-se à informação de que será impressa uma nota de maior valor, a qual a maioria da população não terá acesso devido ao seu baixo poder aquisitivo. Esta interpretação é possível por meio do contexto pragmático e se dá pelo uso do conectivo “mas”, o qual sinaliza que há duas informações na mesma construção que se opõem uma à outra.

O que pretendemos demonstrar, neste subcapítulo, é que o que denominamos “complexidade”, do ponto de vista construcional, se refere às estruturas em uso na língua. No domínio discursivo do jornalismo, trata-se de construções que, em sua maioria, simplificam e sintetizam ideias. O emprego de construções compostas nas manchetes não acarreta necessariamente dificuldades na compreensão por parte do leitor. Como mostramos com os exemplos deste subcapítulo, as estruturas compostas mais comuns – com verbos *dicendi* e com o conectivo “e” – também são usuais na fala. Assim, acreditamos que a distribuição estatística não esperada verificada nos dados – a manutenção da quantidade de construções compostas – se justifica, com a percepção de que os títulos podem ser construções linguísticas complexas, mas se mostram simples do ponto de vista da pragmática.

### 5.3 Construções não-prototípicas

Além das construções verbais compostas e construções não verbais compostas, também identificamos como categorias de análise outras construções que os manuais de redação sugerem evitar. Neste caso, as analisamos como construções não-prototípicas.

Com relação às construções não verbais, temos:

- a) construções nucleadas por Prep.

Com relação às construções verbais, temos:

- a) construções com inversão do SN<sub>sujeito</sub>;
- b) construções não-finitas (com somente um verbo, seja no gerúndio, particípio ou infinitivo);
- c) construções com SN<sub>sujeito</sub> não preenchidos.

Estatisticamente, a soma de todas essas categorias não chega a 10% dos dados, portanto, elas não possuem relevância estatística. No entanto, alguns aspectos de suas construções são interessantes para se perceber transformações que ocorreram no domínio discursivo do jornalismo e se refletiram no uso de todas elas.

A começar pelas construções nucleadas por Prep, consideramos que não são prototípicas, apesar de serem utilizadas e até mesmo serem citadas por Castilho (2012:312) como “minissentenças” de uso comum nas páginas dos jornais. Optamos por isolá-las porque sua construção difere da composição dos SNs típicos [(Especificador) + núcleo +

(Complementador)]. Como já visto no capítulo anterior, no nosso *corpus* são construções não verbais que começam com um sintagma preposicional e, em sua maior parte, são do tipo [SPrep + SN]. Antes da reforma, eram comuns construções como:

(62) Para os pobres (**JB**, 3/1/1930)

(63) Pela formação democratica das "elites" nacionaes ! (**O GLOBO**, 15/1/1930)

Em ambos, temos construções sem verbos, iniciadas por preposição. Nos dois casos, é possível inferir do que trata o conteúdo da notícia, apenas pela construção do título. O título do **JB** é mais conciso, enquanto o de **O GLOBO** é constituído de mais elementos, apresentando inclusive pontuação. O que nos chama a atenção para este tipo de construção é que esses títulos eram usados para qualquer editoria. No caso, o exemplo (62) pertence à editoria de “Economia” do **JB**; já o exemplo (63) faz parte da editoria “Geral” de **O GLOBO**.

Depois da reforma, as construções não mudam muito no que diz respeito a sua estrutura:

(64) De todo o mundo (**JB**, 7/6/1960)

(65) Pela preservação do grande partido oposicionista  
(**O GLOBO**, 6/4/1960)

(66) Sobre a proibição aos carros nas calçadas (**O GLOBO**, 12/6/1980)

No entanto, podemos considerar uma hipótese explicativa sobre a modificação de seu uso, baseada em fatores extralinguísticos. Apesar de não haver modificação estrutural neste tipo de construção, houve diferença

no uso, com relação ao gênero para o qual esse tipo de construção se adequa. Apesar de não ser de valor estatístico, é interessante observar que, das oito ocorrências deste tipo de construção após 1960, somente uma fora publicada na editoria Grande Rio. O restante se compõe de títulos de editoriais, colunas e artigos, além de uma fotolegenda. No caso dos exemplos citados, (64) é um título de uma coluna enquanto (65) e (66) são títulos de editoriais.

Outro tipo de construção que se encontra em pequena quantidade nas manchetes, como pudemos verificar no capítulo 4, são as construções verbais com inversão de sujeito. As construções invertidas não são recomendadas pelos manuais de redação, portanto, os jornalistas procuram evitá-las propositalmente. Nos dados, foram localizadas 54, das quais 38 (70%) foram publicadas no período anterior a 1960. Correspondem a 3% do total de dados. Há dois aspectos a ressaltar nestas construções que nos interessam. Em primeiro lugar, quantitativamente, há a redução brusca de seu uso depois das novas regras de redação e estilo impostas pelos manuais – caem de 70% para 30% nos nossos dados. Em segundo lugar, o seu uso também muda.

Dois exemplos de 1930 são:

(67) *Installa-se, hoje, em Haya, sob a presidencia do Sr. Jaspar, a 2a. Conferência das reparações (JB, 3/1/1930)*

(68) *Approxima-se a época da folia! (O GLOBO, 15/1/1930)*

Nos dois casos, a inversão pode ser provocada pelo peso dos  $SN_{suje}$ , que se compõem de SNs máximos. Talvez haja também uma tentativa de rebuscamento do texto, para dar destaque à manchete. No primeiro caso (67), a construção substitui a voz passiva analítica. No segundo (68), o

título não é exatamente informativo, mas incentiva os leitores a se animarem, o que se percebe com o uso da exclamação.

Após os anos 1960, os exemplos são do tipo:

(69) Morreu *Geninho, um campeão carioca de 48*  
(O GLOBO, 22/6/1980)

(70) Reaparece *lavrador sequestrado em Magé* (O GLOBO, 22/6/1980)

(71) Após o pai, morre o *filho baleado no assalto*  
(O GLOBO, 22/6/1980)

Nos exemplos acima as inversões parecem se justificar por critérios sintáticos: SN<sub>suj</sub> pesados, com muitos constituintes, levam à inversão. Em todos os três casos, também é possível assumir que o critério jornalístico seja um fator extralinguístico que contribua para que haja inversão, pois os jornais preferem colocar os fatos mais recentes ou informações mais relevantes na parte direita dos títulos – há uma intenção comunicativa baseada na iconicidade diagramática. Além disso, nos exemplos (69), (70) e (71), é preciso considerar a argumentalidade dos verbos escolhidos, a qual também sanciona a inversão do sujeito, pois os verbos “morrer” e “reaparecer” são monoargumentais.

No exemplo (71), o deslocamento à esquerda da construção “Após o pai”, que tem uma função adverbial temporal, é também um exemplo da influência dos critérios jornalísticos sobre a construção do texto, pois serve para dar ao leitor a noção de “sequência” da notícia, que as redações denominam “suíte”. Esse deslocamento à esquerda, que traz uma informação divulgada no dia anterior (na edição de O GLOBO do dia 21/6/1980) e que está sendo repetida, serve ao propósito de caracterizar que a notícia atual é continuação de outra, publicada anteriormente.

No caso da inversão de sujeito, mais uma vez, o que nos parece é que devemos considerar tanto os critérios sintáticos quanto os pragmáticos, analisando se o verbo escolhido propicia a inversão e também se o grau de informatividade tem influência sobre a escolha de inverter o sujeito.

Nos dados, também analisamos as construções verbais não-finitas, nas quais só há um sintagma verbal, nas formas de particípio, infinitivo ou gerúndio. Destas, as mais frequentes são as caracterizadas pelo verbo no particípio. Elas representam 4% do total dos dados, e foram publicadas, em sua maioria, antes de 1960: 47 (62,6%) ocorrências contra 28 (38,4%). Já as construções somente com verbo no gerúndio ou no infinitivo, em construções com um só sintagma verbal, são casos bem raros e não chegam a alcançar percentual estatístico.

Em sua maioria, as construções com particípio se utilizam das formas nominais nos títulos, sem fazer uso da voz passiva. Além de haver a recomendação, nos manuais, para evitar este tipo de construção (a passiva), a construção não-finita com particípio também funciona para sintetizar as informações, reduzindo, em consequência, o tamanho dos títulos. São exemplos:

(72) Condemnado pelo uso de arma proibida (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(73) Pintados os bronzes artisticos da Bibliotheca Nacional (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(74) Homem espancado por 2 no Alto da Boa Vista (**O GLOBO**, 22/6/1980)

(75) Paulo Isidoro de novo entusiasmado (**O GLOBO**, 22/6/1980)

O que mudou basicamente neste tipo de construção, nos dois períodos de tempo investigados, é que antes alguns dos títulos (como em (72)) não

traziam o sintagma nominal que representaria o sujeito temático da oração. Causa um pouco de estranhamento a leitura deste tipo de construção nos dias de hoje, mas as informações disponíveis permitem a compreensão da manchete. Nos demais exemplos, apesar de serem todas construções com participípio, na maioria delas é possível reconhecer os sujeitos, aos quais os verbos se ligam.

É interessante observar que, dos 75 dados com participípio, somente 11 (14,6%) não possuíam SN<sub>suj</sub> e 41 (54,6%) casos traziam o verbo em sua forma inicial no início da construção, com o SN<sub>suj</sub> posposto. No caso do SN<sub>suj</sub> posposto, o percentual demonstra mais uma característica não-prototipicidade da construção.

Depois das construções não-finitas com participípio, se encontram as construções verbais com gerúndio. Todas as orações com gerúndio (que, no caso do jornal **O GLOBO**, vinham frequentemente acompanhadas de reticências), foram encontradas nos dados de antes da reforma, com somente uma exceção, localizada em 1970. São construções do tipo:

(76) Seguindo o exemplo do Banco do Brasil... (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(77) Percorrendo os campos de batalha (**JB**, 3/1/1940)

Nos exemplos (76) e (77), a construção dá a impressão de incompletude, porque não há um agente, na função de sujeito. No primeiro caso (76), as reticências reforçam ainda mais a sensação de imprecisão. Outro aspecto interessante é que os verbos são de movimento (“seguir” e “percorrer”), o que garante a estas construções não-finitas um traço de evento em curso.

(78) *Mediação alemã* consagrando a invasão! (**O GLOBO**, 22/2/1940)

No exemplo (78), “Mediação alemã” está no papel de sujeito. Neste caso, o gerúndio parece mais claramente ser uma forma rebuscada. O verbo poderia estar no presente sem prejuízos para as informações contidas no título. Trata-se de uma nuance semântica que faz com que o redator opte pelo gerúndio ao invés do presente do indicativo, que geraria um resultado mais assertivo à manchete. O verbo é relacional – de acordo com a classificação de Halliday (cf. p.81), em vez de material, como os verbos usados nos exemplos (76) e (77).

O exemplo (79) foi o único dado com gerúndio coletado depois de 1950:

(79) Assalto à garagem e a 2 motoristas atirando para matar (O GLOBO, 15/5/1970)

Como se trata de um só dado, seria problemático imaginar uma hipótese a respeito do uso deste tipo de construção depois de 1960, a não ser, como já dissemos, que sua escassez pode representar um sinal de desuso. Quanto ao exemplo (79), este se diferencia dos demais no que diz respeito à preocupação do redator em sintetizar no título a quantidade máxima de informações que conseguir. A partir desta manchete, pode-se inferir que: houve um assalto a uma garagem; a mais dois motoristas; o bandido disparou uma arma; sua intenção era matar.

A terceira categoria de construções verbais não-finitas são as construções com infinitivo. Nos dados, houve pouquíssimas ocorrências de infinitivos isolados de outras construções verbais (somente 7), com os seguintes usos:

(80) O embuste para burlar o serviço militar (**O GLOBO**, 22/2/1940)

(81) À escuta os cientistas para receber mensagens do espaço (**O GLOBO**, 6/4/1960)

Os exemplos (80) e (81) foram escolhidos porque suas datas se localizam uma antes e uma depois da reforma. Estas foram construções encontradas somente com o verbo no infinitivo. Todas aparecem com preposição, e, apesar de não haver uma oração principal à qual estejam vinculadas, pode-se considerar que estejam vinculadas aos SNs que compõem o núcleo das construções. Por outro lado, este tipo de construção com a preposição e o verbo [para + infinitivo] é bastante comum em casos de construções verbais compostas, quando se relacionam com outras construções verbais com verbos flexionados, como em:

(82) Kroeff *pede* recursos [*para abrigar* crianças cancerosas] (**O GLOBO**, 22/6/1980)

Em resumo, nesta seção procuramos reunir os diversos tipos de construções marginais encontradas nos nossos dados. Acreditamos que sua relevância empírica seja como uma forma de demonstrar a grande diversidade de construções que são encontradas nas manchetes dos jornais, apesar de os jornalistas estarem algemados pelas regras dos manuais de redação. Mais uma vez, parecem operar forças antagônicas entre as recomendações normativas e a língua em uso. Por outro lado, a pouca ocorrência destes tipos de construções atesta o fato de que os jornais buscam, de forma majoritária, a uniformidade de seus textos.

Esta seção teve como objetivo mostrar, mais uma vez, que a complexidade não se relaciona à quantidade de material morfossintático ou

a formas rebuscadas de estruturas linguísticas. Assim, não se torna possível traçar paralelos tais como: [não-complexo = simples] ou [complexo = complicado], ao analisar estes dados.

#### ***5.4 Demais construções e elementos nos dados analisados***

Nesta seção, iremos apresentar construções e elementos que foram encontrados durante a análise, mas não apresentavam características que justificassem sua análise de forma sistemática do ponto de vista do seu uso linguístico, como foi feito com as demais categorias apresentadas até aqui.

A primeira abordagem será sobre a categoria que denominamos “construções verbais com SN<sub>suj</sub> não-preenchidos”. No item 4.1.8 (p. 143), nos referimos a este grupo como um grupo à parte, criado para permitir que isolássemos construções cujo SN<sub>suj</sub> não se encontra explicitado. No entanto, esta categoria não se enquadra nem nos critérios de prototipicidade, nem de complexidade. Portanto, sua análise deve se dar em separado.

Ainda com relação aos SN<sub>suj</sub>, também é necessário fazer algumas considerações breves sobre as escolhas dos sujeitos para as construções verbais, de acordo com o que preconiza Goldberg (2006) sobre o papel dos verbos na escolha de seus argumentos e Lakoff (1980, 1997) sobre as redes conceituais e construções metafóricas.

Por fim, iremos analisar os sinais gráficos, muito presentes nas manchetes dos jornais até 1950 e que praticamente desapareceram posteriormente à reforma. Os sinais gráficos aparecem em todas as categorias que analisamos, de forma transversal, portanto, acreditamos que seja mais interessante tratar seu uso isoladamente.

A ideia central desta última seção de análise é reforçar a visão de que há muitas nuances existentes no trabalho de observação de dados tão

variados, cujas potencialidades de análise não se esgotam somente com a mensuração quantitativa de suas ocorrências.

*Algumas observações sobre o não-preenchimento dos sujeitos e sobre sujeitos não-prototípicos*

A questão do preenchimento dos sujeitos pelos jornais foi um dos primeiros motivos que nos levaram a pesquisar este tipo de dado. No decorrer de nossa análise, optamos por tratar o sujeito do ponto de vista dos protótipos, como uma categoria de análise formal, analisando sua estrutura construcional. No entanto, há outros fatores envolvidos nas escolhas de preenchimento ou não-preenchimento do sujeito, no campo da semântica e da pragmática.

Estas escolhas consideram, conforme propõe Givón (1979), um balanço entre as perdas e os ganhos comunicativos. Para o autor, todas as línguas possuem os polos pragmático e sintático e, ainda, qualquer posição intermediária entre eles. Acreditamos que algumas das questões que levantaremos a seguir se referem a estes tipos de escolhas.

Nas construções verbais com  $SN_{\text{sujeito}}$  não-preenchidos, reunimos os casos de sujeito oculto e orações sem sujeito, tanto em construções simples quanto compostas. Temos, portanto, um conjunto de dados nos quais é possível observar, da perspectiva do domínio discursivo do jornalismo, em quais circunstâncias se torna possível ou desejável não preencher o sujeito, quando se trata de notícias e conteúdos informativos. Para os textos baseados em informação, não explicitar o sujeito é uma perda do ponto de vista pragmático, mas pode também se mostrar uma escolha discursiva.

Nós localizamos, no total, 44 dados com sujeitos não-preenchidos, que correspondem a 2% do total. Destes, 31 (71%) foram publicados antes da reforma e 13 (29%) foram publicados depois. Além dos exemplos já citados no capítulo 4, chamamos a atenção para os quatro títulos abaixo:

- (83) Caiu no domicílio (**JB**, 3/1/1940)
- (84) Ingeriu arsênico (**JB**, 3/1/1940)
- (85) Ingeriu galacol (**JB**, 3/1/1940)
- (86) Morreu subitamente (**JB**, 3/1/1940)

Todos foram publicados no **JORNAL DO BRASIL**, na mesma data. Acreditamos que sejam ilustrativos do que chamamos de escolhas discursivas. Na maior parte dos nossos dados, os títulos pertencem à seção policial. E o mais relevante são as informações novas – e sensacionalistas – ou seja, o que ocorreu com os sujeitos, mas não quem são. Em sua maioria, são anônimos, pessoas que entraram para as estatísticas da polícia, ao sofrer uma queda, cometer suicídio de formas dolorosas ou morrerem subitamente. Neste caso, os sujeitos não são preenchidos porque não importam.

Nas construções observadas também nos chamou a atenção outro tipo de fenômeno: as escolhas de sintagmas nominais não-prototípicos para ocupar a posição de sujeito. Não tratamos esse fenômeno em uma categoria de análise isolada, mas em todos os tipos de construções que analisamos com sujeitos preenchidos, encontramos dados nos quais o uso de metáforas e metonímias permitiam que SNs não prototípicos funcionassem como sujeitos. Lakoff (1980) percebe esse uso metafórico como uma forma de ganhar sintetização e aumentar a facilidade de compreensão. Neste caso, percebe-se claramente o funcionamento da rede de construções, pela qual

uma construção substantiva se relaciona por meio de processos cognitivos com outras do mesmo domínio conceitual ou de domínios conceituais relacionados, permitindo a compreensão do que está sendo dito nas manchetes.

Podemos ilustrar este tipo de mecanismo com o exemplo a seguir:

(87) *Procuradoria* decide sorte de favelados (**JB**, 7/6/1960)

No exemplo (87), “Procuradoria” é uma instituição abstrata, mas representa as pessoas que estão tomando todas as decisões em intrincado processo de desapropriação pelo qual estão passando os moradores de uma favela.

Também chama a atenção a quantidade de gentílicos que ocupam o *slot* do sujeito prototípico, em sua maioria, relacionados com verbos materiais:

(88) *Cearense* rouba mais 2 igrejas (**JB**, 6/5/1970)

(89) *Chineses* fuzilam mil em Kuangtung (**JB**, 6/5/1970)

(90) *Brasileiros* treinarão pela manhã e à tarde (**O GLOBO**, 15/5/1970)

Este tipo de escolha não se mostra adequada ao domínio discursivo do jornalismo, que deve optar por nomear os sujeitos, de forma a não criar generalizações – do ponto de vista da pragmática – no plano da referenciação. Com o tempo, o uso de gentílicos em determinados assuntos ou notícias podem fazer com que os leitores comecem a associar fatos e eventos a determinados grupos sociais. As generalizações se efetuam a partir de construções de sujeitos que se caracterizam por  $SN_{suj}$  sem

Especificadores e pelo uso de gentílicos, por exemplo, operando através do conceito de rede, visto anteriormente no capítulo teórico.

Por fim, é interessante observar que muitos dos sujeitos são construções ao contrário das exemplificadas acima. Em alguns casos, as escolhas editoriais são para especificar, por meio da escolha de complementos aos núcleos dos  $SN_{\text{su}}j$  representados por nomes próprios. Neste caso, as construções se apresentam com núcleos + Complementadores, que os tornam direcionados, como em:

- (91) Presença *de Hilda Dianda* fêz crescer o II Festival (**O GLOBO**, 15/5/1970)
- (92) Filha *de Bias Fortes* foi nomeada para cargo vago com aposentadoria do pai (**JB**, 7/6/1960)
- (93) Comando *do M-19* não tem poder para negociar (**JB**, 18/4/1980)

Ainda com relação aos tipos de construções sancionados na posição de sujeito, percebemos que são escolhas que se relacionam aos verbos, o que comprova a afirmativa de Goldberg (2006) sobre os verbos escolherem os seus argumentos, como no exemplo (94), no qual o verbo “absolver” favorece o uso de construções cujo domínio conceitual esteja ligado à Justiça (juiz, tribunal, inquérito etc.):

- (94) *O juiz* absolveu o acusado (**O GLOBO**, 15/1/1930)

Por fim, chamam a atenção construções como esta:

- (95) *O quadro do corpo de saúde*, dos Bombeiros desta capital, sofreu modificações (**JB**, 3/1/1940)

Neste caso, a construção que ocupa a posição de sujeito viola a estrutura argumental do verbo “sofrer”, que requer sujeito animado, mas é preenchida por uma entidade abstrata e inanimada. O que permite essa ocorrência é a personificação do “quadro do corpo de saúde dos Bombeiros”. Além disso, o sujeito – imenso, se considerarmos todos os seus Complementadores, inclusive a construção entre vírgulas – não está posposto, o que viola a restrição segundo a qual sujeitos pesados devem ocorrer à direita do verbo. Seria a não-inversão também uma escolha pragmática? O que queremos mostrar com este exemplo (95) é que é possível, devido a escolhas extralinguísticas, encontrar ocorrências que contrariam características do sujeito prototípico.

Enfim, acreditamos que analisar as escolhas dos jornalistas para as posições de sujeito se apresenta como um viés produtivo para futuras pesquisas sobre o funcionamento discursivo dos jornais.

### *Algumas observações sobre a pontuação*

Na etapa de coleta dos dados para compor o *corpus* desta tese, um dos elementos que chamou a atenção foi o uso dos sinais de pontuação em títulos. Nos jornais do início do século XX, o uso da pontuação se mostrava muito diferente do atual. Essa mudança nos ajuda, também, a comprovar nossa hipótese de que os processos de reforma implantados no século passado modificaram o uso da língua como um elemento de transformação dos próprios jornais.

Nos primeiros anos do século XX, são encontradas diversas ocorrências de reticências, exclamações, vírgulas, pontos, dois pontos, aspas e até mesmo hífen para separar orações em um mesmo título. Seu

uso não era somente baseado na gramática normativa ou em escolhas voltadas para facilitar a apreensão do conteúdo. Havia pontuação para dar ênfase, transmitir emoção, indecisão, traduzir estilos próprios dos redatores.

A partir dos anos 80, basicamente os sinais de pontuação encontrados nos títulos são as aspas – que retiram o jornalista da interface, transformando o que a fonte disse em um discurso direto – e os dois pontos, que “economizam” um verbo “dizer”, como no exemplo: “*Zélia: abono não aumenta inflação*”, que poderia ser redigido: *Zélia diz que abono não aumenta inflação*. É importante lembrar, neste caso, a necessidade de o jornalismo impresso economizar espaço, pois o papel é um suporte de tamanho limitado, tanto fisicamente quanto em termos de custos de impressão.

É preciso lembrar também que os sinais de pontuação, quando usados nos títulos, são mais do que recursos gramaticais: são recursos gráficos, visuais, que causam impacto nos leitores antes mesmo que eles comecem a ler as manchetes. Sendo assim, depois que as técnicas de impressão permitiram, estes recursos também puderam começar a ser substituídos por outros tipos de referências visuais, como tamanho das letras, cores diferenciadas etc.

O uso dos dois pontos se diferencia bastante nas duas sincronias investigadas em que começamos a análise. Os primeiros dados com o uso de dois pontos serviam para direcionar o leitor para o assunto em questão, funcionando como uma espécie de tópico discursivo, como, por exemplo, em:

(95) A nota: QUE CALOR!... (JB, 1/3/1930)

(96) Tênis: campeonato da juventude (JB, 27/7/1950)

Algumas vezes, em vez de dois pontos, um hífen é usado com a mesma função na construção:

(97) Escotismo - um movimento que empolga e vence (**JB**, 1/3/1930)

(98) Independiente x Botafogo - o jogo internacional noturno de amanhã (**JB**, 1/3/1940)

Outro dado interessante é que, neste período, somente encontramos este tipo de construção no **JB**. **O GLOBO** passa a usar mais frequentemente este tipo de título somente nos anos 1970. Além do uso substituindo os verbos do tipo *dicendi*, a pontuação serve para reduzir morfossintaticamente orações explicativas e outros tipos de construções compostas. O **JB**, com o tempo, também amplia o uso dos dois pontos, principalmente em busca de construções mais econômicas e para substituir verbos *dicendi*, como já visto antes.

No entanto, os dois pontos também apresentam outra função, a de tópico discursivo, chamando a atenção para um determinado elemento informativo sobre o qual virá a sequência seguinte, mesmo que seja um nome próprio. No jornalismo, o uso deste recurso é conhecido como rubrica. É o caso de:

(99) *Café*: firmeza (**JB**, 7/6/1960)

Neste exemplo, depois do núcleo “Café”, teremos na sequência outro núcleo, “firmeza”, o qual representa qual a postura do governo brasileiro diante da renovação do Acordo de Washington. De acordo com o texto da notícia relacionada a este título, interessa ao Brasil renovar o acordo,

contanto que se modifiquem algumas das suas cláusulas e ele seja cumprido por todos os signatários. A leitura do jornal é de que o País mantém uma postura firme. Sendo assim, em uma construção bastante sintética, o jornal consegue transmitir a informação principal de que trata seu assunto.

A partir dos anos 1980, **O GLOBO** usa bastante este tipo de recurso:

(100) *Nova moda nos EUA: o tanque da tranquilidade* (**O GLOBO**, 22/6/1980)

Quanto ao **JB**, passa a também fazer diversos usos de estilo deste tipo de pontuação, no lugar da vírgula, provavelmente para dar mais destaque ao tópico informacional e funcionando como ligação entre duas orações.

(101) *Namorados: fuga ou afogamento* (**JB**, 7/6/1960)<sup>36</sup>

(102) *Pombos de Brasília são devorados por vizinhos: os caborés e os corujões* (**JB**, 6/5/1970)

Entre os dados, encontramos, inclusive, um caso em que o uso dos dois pontos serve para deslocar o Sintagma Adverbial, quando normalmente se esperaria uma vírgula.

(103) *Hoje: dia da Liberdade de Imprensa* (**JB**, 7/6/1960)

---

<sup>36</sup> Este título encontra-se na capa da edição do jornal. O título interno foi citado no exemplo (60), quando analisamos os tipos de conectivos.

Os exemplos encontrados mostram que os dois pontos não se renderam totalmente à uniformização imposta pelos manuais. As diferenças entre o uso no **GLOBO** e no **JB** ao longo das épocas e os variados tipos de construções mostram que este recurso ainda possui um uso bastante ligado ao estilo de cada veículo.

Nos dados que analisamos, o principal uso da vírgula, nos títulos, é substituir um verbo. Principalmente o verbo “ser”. Serve para ganhar espaço. O uso da vírgula em títulos muda depois dos anos 1960, realizando também conexões entre construções independentes, com algum tipo de relação de elaboração. Aparece na maior parte das vezes em gêneros editoriais e opinativos. Um exemplo é:

(104) "Tristana", o novo sucesso de Buñel (**JB**, 6/5/1970)

Outro uso comum da vírgula que não mudou com a reforma dos jornais, por ser preconizado pela gramática normativa – base sobre a qual os manuais são redigidos – é como aposto, qualificando um nome. Neste caso, a continuidade era esperada por se tratarem de construções muito sintéticas.

(105) Jairzinho, o artilheiro (**O GLOBO**, 22/6/1980)

No caso da vírgula, não é possível afirmar que haja diferença em seu uso antes e depois das mudanças nas redações, a não ser pelo decréscimo em geral do uso de sinais gráficos nos títulos, que pode ser creditado à limpeza promovida pela reforma visual de suas diagramações.

Quanto às reticências, parece se tratar de um recurso do jornalismo antigo. Localizamos dados com este sinal apenas em 1930 e 1940. Não

houve nenhuma ocorrência a partir de 1950. Há explicações para que este sinal tenha sido deixado de lado. A primeira se refere à sua interpretação pelo leitor: reticências são sinais de indecisão, deixam alguma lacuna em aberto para completar. Este tipo de interpretação não condiz com os preceitos da reforma editorial. A outra hipótese sobre o abandono das reticências é que visualmente elas interferiam no aspecto gráfico das páginas e podem ter sido eliminadas também por motivação estética. Exemplos:

(106) Ovos... (**JB**, 3/1/1940)

(107) Depois do pânico da população... (**O GLOBO**, 29/3/1950)

Os hífens também fazem parte do jornalismo pré-reforma. Não há nenhum dado com eles depois de 1950. No entanto, seu uso era bastante interessante pois substituíam, com um sinal gráfico, diversos constituintes, tornando os títulos quase parágrafos inteiros de informação, com grande complexidade. O desuso deste tipo de recurso pode se dever tanto à simplificação das construções que ocupam os lugares dos títulos quanto por questões visuais, assim como no caso das reticências. Em ambos, uma explicação plausível é que esses sinais foram abandonados no momento em que as reformas gráficas dos jornais passaram a almejar por páginas mais limpas, com menos elementos. Como os hífens funcionavam como elementos de separação, uma última hipótese a considerar é sobre o fato de não haver, hoje em dia, espaços visuais nos jornais que agreguem vários títulos em uma só sequência visual:

(108) Adiantamento por 10 a 12 meses de toda ofensiva de grande envergadura na frente ocidental - É o que os técnicos do exército

alemão aconselham a Hitler - o primeiro dia de luta do ano - os comunicados oficiais (**JB**, 3/1/1940)

Sinais de interrogação e exclamação eram muito comuns nos jornais das duas primeiras décadas que analisamos. É mais um exemplo da mudança no jornalismo que derrubou esses elementos das suas páginas. Ao contrário das reticências, que transmitem indecisão, incertezas e lacunas, os sinais de interrogação e exclamação visam a sinalizar no texto as emoções dos redatores. As interrogações podem traduzir dúvidas ou ironia sobre determinada notícia, as exclamações podem traduzir entusiasmo ou exaltação. Todas as emoções que não podem transparecer na concepção de jornalismo asséptico que veio acoplada à reforma. A emoção ficaria restrita somente aos espaços editoriais, como as colunas assinadas. Exemplos:

(109) Suicídio? (**O GLOBO**, 15/1/1930)

(110) A policia, representada por um guarda nocturno, so apareceu duas horas depois - do assalto ! – (15/1/1930, **O GLOBO**)

Entre os dados, houve um em que o uso da pontuação transformou em duas construções verbais uma só – a segunda ficou como uma espécie de sujeito não-preenchido (mas presente na primeira construção). Portanto, apesar de separadas por uma exclamação e serem consideradas, do ponto de vista sintático, construções independentes, a segunda construção não faz sentido sem a primeira parte, terminada com uma exclamação, mas que carrega o seu  $SN_{\text{su}}j$ . Na análise de Decat (2011), esse seria um caso de “desgarramento”:

(111) Cerca de 350 mil despachos com mais de sete milhões de palavras! TRANSITARAM PELO TELÉGRAFO DO RIO DURANTE OS DIAS DE FESTAS (JB 3/1/1940) [*As letras maiúsculas são do original*]

Não houve, entre os dados, construções como a (111) na segunda metade da nossa diacronia.

Por fim, temos as aspas. Nos dias de hoje, as aspas devem ser os sinais gráficos mais utilizados pelos jornais, por reportarem o discurso direto. No entanto, talvez, novamente, por questões visuais, são evitadas nos títulos. As aspas, através do discurso direto, transferem a responsabilidade para quem fala (a fonte), colocando os jornais na confortável situação de narradores sem posicionamento explícito. No primeiro período de tempo que analisamos, era comum encontrarmos construções com aspas transcrevendo grandes trechos de discursos diretos, algo que não se encontra no segundo período de tempo.

(112) "Quando os céus se carregam de negras nuvens, não podemos senão renovar nossa sincera exortação a todos os cidadãos e govêrnos em prol da paz e da genuína concórdia" diz Sua Santidade em sua Encíclica "Summi Maeroris" (JB 27/7/1950)

(113) "Os Dínamos, da Rússia, não são clubes, mas cooperativas que seguem as mesmas linhas das fábricas" (O GLOBO, 29/3/1950)

A diferença que se nota nos dados antes e depois da reforma é, portanto, referente ao tamanho das construções selecionadas. Outra diferença interessante é que, até 1950, era mais comum haver títulos entre aspas sem referência imediata à fonte, como em (113). No segundo período

de tempo, o mais comum é que o nome seja sucedido de dois pontos, para depois abrirem-se as aspas.

Além disso, as aspas também são usadas quando os jornalistas não querem mostrar certeza sobre a veracidade de determinado evento. Com as aspas, os jornais não ratificam a notícia, mas podem reporta-la, como em:

(114) Sobrevoa Santiago do Chile um "disco voador" (O GLOBO, 29/3/1950)

O que se pode concluir, com relação aos usos de sinais gráficos, é que o abandono de diversos tipos de sinais de pontuação se deve ao novo jornalismo implantado nos anos 1960, não só por conta das diferenças discursivas que estavam sendo marcadas na língua, mas também por conta da renovação estética das páginas. Pontuação nos títulos não é esteticamente agradável, por isso usa-se o mínimo possível. Quanto aos sinais de pontuação que ficaram, todos se justificam pelos seus usos necessários ao texto dos jornais.

Resumindo, nesta última seção optamos por trazer elementos que se sobressaíram durante a análise, mas que não estiveram no foco da análise aqui apresentada. Consideramos que sejam relevantes para um entendimento mais aprofundado do fazer jornalístico e podem se prestar a desdobramentos futuros desta pesquisa.

## 6 Conclusão

Ao longo desta tese procuramos demonstrar, através do exame empírico de dados publicados em jornais brasileiros, de que forma o uso da língua se torna uma estratégia central de transformação de um meio de comunicação. Significa dizer que, no momento inicial é pela língua que se operam as transformações concretas em todo um sistema, dos pontos de vista empresarial, administrativo e simbólico. Por outro lado, a continuidade do sistema faz com que o uso da língua também sofra os efeitos dessa transformação.

O recorte histórico da nossa pesquisa recai sobre um jornalismo feito “antes e depois”. O marco se apresenta por meio de um momento, previamente dado, de transformação das redações, no decorrer dos anos 1950. A reforma, ruptura ou revolução, como se queira denominar, se encontra amplamente documentada, em literatura histórica e em biografias de jornalistas que foram protagonistas da evolução do jornalismo no século XX. Nossa contribuição pretendeu ir por um caminho pouco usual: fornecer uma comprovação, através da teoria e de métodos da Linguística, de que o uso da língua fez acontecer essa transformação. Esse é o ponto central que caracteriza esta tese.

Em busca de verificação da nossa hipótese, o campo teórico dos Modelos Baseados no Uso se mostrou ideal, por possibilitar análises da língua em seu uso, nos dando, dessa forma, o suporte teórico e metodológico necessários para empreender a pesquisa. As etapas de coleta dos dados e constituição do *corpus* deste trabalho se mostraram extremamente úteis para verificar as hipóteses específicas, que foram corroboradas e fortaleceram a verificação da hipótese central.

O recorte nas construções de  $SN_{desvinc}$  e de  $SN_{suj}$  fez com que a transformação construcional dos textos jornalísticos ficasse evidente, já que houve uma queda acentuada das construções não verbais com  $SN_{desvinc}$  e o aumento dos  $SN_{suj}$  preenchidos nas construções verbais. O predomínio da construção verbal canônica, na segunda metade do período analisado – de 1960 a 1980 –, prova concretamente que o novo jornalismo estava, então, implantado.

Quanto às hipóteses específicas, com relação à sintetização das construções compostas, os exemplos trazidos na análise qualitativa mostram claramente as diferenças entre as construções antes e depois da reforma editorial e administrativa dos jornais impressos. Em alguns aspectos específicos, como com relação ao uso de Especificadores, a redução significativa apontou para as características que o domínio discursivo do jornalismo preconizava. Já o aumento das construções verbais canônicas representou de que forma o uso da língua contribuiu para trazer para o jornalismo de então as prerrogativas da “modernidade” da época: a ilusão de objetividade e imparcialidade que dominam o discurso naquele momento.

As reformulações gráficas mais modernas e mais rígidas de fato interferiram na construção dos títulos. A modificação no uso da pontuação, o tamanho das construções restrito e a necessidade de adaptar o texto ao espaço fizeram com que as construções compostas modificassem suas estruturas, ao utilizarem menos constituintes e orações reduzidas, principalmente.

A queda das construções não verbais e o aumento das construções verbais canônicas também comprovam a observação de que o papel dos verbos aumenta de importância no discurso jornalístico. Os verbos de ação,

sugerido nos manuais, passam a aparecer mais nas páginas. Por consequência, também se modificam seus argumentos.

Foram diversas as transformações e todas apareceram de forma concreta na análise, contribuindo para validar nossa tese. Por meio dos resultados quantitativos apresentados, foi possível comprovar que, de fato, apesar de as modificações do fazer jornalístico terem sido motivadas por fatores externos à língua, o uso dela pelas redações dos jornais impressos foi implementado de forma abrupta. Em consequência, podemos afirmar que a língua se mostra um dos principais elementos transformadores do fazer jornalístico. Fica claro que não seria possível implantar mudanças administrativas e comportamentais em busca de transformar as redações em grandes empresas se não houvesse uma mudança também na forma como o jornalismo interage com seu público-leitor. E essa interação se dá através da língua. É a peça-chave que faz o leitor comprar o jornal todos os dias. O crescimento das empresas jornalísticas a partir de então se deve a essa mudança. O maior aporte de publicidade é consequência dessa mudança.

Indo além, é possível afirmar que essa estratégia é planejada. Não há processo de convencimento dos jornalistas para que eles mudem seus textos. O plano é impositivo: a mudança é necessária, inovar é importante, são criados manuais que devem ser seguidos. É uma relação autoritária, quem se recusa a seguir o novo modelo é demitido. Esse aspecto é o que nos faz afirmar que a estratégia de usar a língua como um elemento de transformação é arbitrária, planejada e executada a partir dos modelos estrangeiros, especialmente o norte-americano. E, como vem imposta, ocorre na velocidade em que nenhuma mudança linguística natural acontece – menos de uma década.

## 7 Referências Bibliográficas

ACHILLES, A. *Os jornais na Independência*. Brasília: Thesaurus Mec, 1976.

ANTTILA, Raimo. “Analogy: The warp and woof of cognition”. In: BRIAN D.J. and RICHARD D.J., eds., *The Handbook of Historical Linguistics*, p. 425-440. Oxford: Blackwell, 2003.

BAKHTIN, Mikhail [tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzeller]. *Estética da criação verbal* (Coleção Ensino Superior), São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail, « L’énoncé dans le roman », In: *Langages*, 3e année, n°12, 1968 (p.126-132).

BARLOW, Michael, “Usage, Blends, and Grammar”, In: M. BARLOW S. E. KEMMER (ed.), *Usage-based Models of Language*, Stanford, CSLI, p.315-345, 2000.

BASTOS, Daniel Trench. *Tentativa e acerto, a reforma gráfica do Jornal do Brasil e a construção do SDJB*. 2008. Dissertação (Mestrado em Poéticas Visuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-06052009-124159/>>. Acesso em: 2015-04-20.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª.ed. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2001

BERLINCK, R. A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia. 1988. 265p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1988.

BRAGA, M.L. e PAIVA, M.C., “O tratamento da justaposição e da coordenação”, in MOLLICA, M.C. (org). *Linguagem para formação em Letras, Educação e Fonoaudiologia*, São Paulo: Contexto, 2009

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter, *Uma história social da mídia, de Gutenberg à Internet*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.

BYBEE, Joan, *Language, Usage And Cognition*, Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. "Usage-based theory and grammaticalization" In NARROG, HEIKO&HEINE (eds.) *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford, Oxford University Press, 2011.

BYBEE, Joan. *Cognitive processes in grammaticalization*. University of New Mexico, 2003a.

BYBEE, Joan. *From usage to grammar: The mind's response to repetition*, University of New Mexico, Albuquerque: <http://www.homes.uni-bielefeld.de/gjaeger/lehre/ss08/exemplarBased/Bybee05.pdf>, acesso em 24 de agosto de 2011.

BYBEE, Joan. *Mechanisms of Change in Grammaticization: The Role of Frequency*. IN JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D.. *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003b.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*, 1ª ed., 2ª. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

CEZARIO, Maria Maura & VOTRE, Sebastião, "Sociolinguística", p.141-157, In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.), *Manual de Linguística*, 1ª ed., 3ª reimp., São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

CHAFE, W. "The Development of Consciousness in the Production of a Narrative", In: *The Pear Stories: Cognitive, Cultural, and Linguistic Aspects of Narrative Production*. Norwood, New Jersey: ALEX Publishing Corporation, 1980

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: R. TOMLIN (ed) *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam, John Benjamins, 1984

CHAFE, W. *Discourse, consciousness and time*. Chicago, The Univ. of Chicago Press, 1994

COMRIE, Bernard. *Language Universals and Linguistic Typology*, revised ed. University of Chicago Press, Chicago, 1989.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*, Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M.A. *et al.*, “Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos Básicos e Categorias Analíticas” In CEZARIO, M.M. e CUNHA, M.A. (orgs.), *Linguística Centrada no Uso: Uma homenagem a Mário Martelotta*, Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2013

DECAT, M.B.N. *Estruturas desgarradas em língua portuguesa*. São Paulo: Pontes, 2011

DIAS, M.L.V.S e RODRIGUES, V.V., “Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação?” In: RODRIGUES, V.V. (org) *Articulação de Orações: Pesquisa e Ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, Gustavo Barbosa/Carlos Alberto Rabaça – 2ª ed., revista e atualizada, Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

DIRVEN, René. “Metonymy and metaphor: Different mental strategies of conceptualization”, in *Metaphor and Metonymy in comparison and contrast*, René Dirven e Ralf Pörings (Eds.), Berlin: New York: Mouton de Gruyter, p.75-111, 2003.

DUFFY, Mary E., “Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods, In *Journal of Nursing Scholarship*, 19 (3), pp. 130-133, 1987

FILLMORE, Charles. “The case for the case” In BACHS e HARMS, *Universals in Linguistic Theory*, Holt, Rinehart and Winston, Nova Iorque, 1968.

FISHER, Olga. “Grammaticalization as analogically driven change”. In: *Viena English working papers*. V. 18, n. 2, 2009.

FONSECA, G. *Biografia do Jornalismo Carioca*, Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 9ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GIVON, T. “Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference”. In: HAIMAN, J. & MUNRO, P. *Switch reference and universal grammar*. Amsterdam, John Benjamins, 1983.

GIVON, Talmy. "From Discourse to Syntax: Grammar as a Processing Strategy" *In Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*, New York: Academic Press, v.12, p. 81-112, 1979.

GODOY, Arilda Schmidt. "Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades", *In Revista de Administração de Empresas, São Paulo, vol. 35, n.2, p. 57-63*, 1995.

GOLDBERG, Adele. *Constructions at Work: The nature of generalization in language*. Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. University of Chicago Press, 1995.

GOSSNENS, Louis. "Metaphtonymy: The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action", in *Metaphor and Metonymy in comparison and contrast*, René Dirven e Ralf Pörings (Eds.), Berlin: New York: Mouton de Gruyter, p.349-377, 2003.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. Second Edition. London/Sidney, Arnold, 1994.

HEINE, B, TRAUGOTT, E. *Approaches to Grammaticalization, Volume 1*, John Benjamins Publishing, 1991c.

HEINE, B; CLAUDI, U & HÜNNEMEYER, F. "From cognition to grammar – evidence from African Languages". In: TRAUGOTT, E.C. & HEINE, B (eds.) *Approaches to grammaticalization. Volume I: Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, p.149-187, 1991a.

HEINE, B; CLAUDI, U & HÜNNEMEYER, F., *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/The University of Chicago Press, 1991b.

HOPPER, P. & THOMPSON, S. "Transitivity in grammar and discourse". *Language*, 56 (2): 251-299, 1980.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ISRAEL, M. "The Way constructions grow". In GOLDBERG, A. (ed.), *Conceptual Structure, Discourse, and Language*. Stanford: CSLI Publications, 1996

ISRAEL, M.; KEMMER, S. *Repetition is a form of change: A usage-based model of historical analogy*. Presented at the Eleventh International Conference on Historical Linguistics, UCLA, August 1993.

JAKOBSON, R. “The metaphoric and metonymic poles”, in *Metaphor and Metonymy in comparison and contrast*, René Dirven e Ralf Pörings (Eds.), Berlin: New York: Mouton de Gruyter, 2003 [1956] (p.41-47)

JAKOBSON, Roman, *Linguística e Comunicação*, 24ª ed., Rio de Janeiro: Cultrix, 2007[.

KEENAN, E. «Towards a universal definition of subject», in *Subject and Topic*. London/New York: Academic Press, 1976

KEIZER, E. *The English Noun Phrase: The Nature of Linguistic Categorization*. New York, Cambridge University Press, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça, “Linguística Textual: Quo Vadis?”, in *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* v.17, n.especial, São Paulo: 2001.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria, *Ler e Escrever, estratégias de produção do textual*, São Paulo: Ed. Contexto, 2011

LABOV, William. The study of Language in progress: observations in real time. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford, Blackwell: 74-112, 1994.

LAGE, Nilson, *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, 5ª ed., São Paulo: Record, 2005.

LAGE, Nilson, *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*, 3ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2000.

LAKOFF, G, et JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003 [1980].

LAKOFF, George. *Women, Fire and Dangerous Things: what categories reveal about the Mind*. The University of Chicago Press, Chicago, 1985.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol.1: *Theoretical Prerequisites*. Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol.2: *Descriptive Application*. Stanford University Press, 1991.

LI, Charles e THOMPSON, Sandra. « Subject and Topic : A new typology of language », in *Subject and Topic*. London/New York: Academic Press, p.457-489, 1976.

MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA, 1996. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm) (acesso em 12 de janeiro de 2014)

MARCUSCHI, Luiz Antonio, “Gêneros Textuais: definição e funcionalidade”, In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora, *Gêneros Textuais e Ensino*, Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2002.

MARTELOTTA, Mário Eduardo & PALOMANES, Roza, “Linguística Cognitiva”, p.177-192, In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.), *Manual de Linguística*, 1ª ed., 3ª reimp., São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

NEVES, José Luis. “Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades”, In: *Cadernos de Pesquisa em Administração*, São Paulo, vol.1, n. 3, 2o. sem/1996.

NOEL, D. “Diachronic construction grammar and grammaticalization theory”, In: *Functions of Language* 14:2, John Benjamins Publishing Company, p.177-202, 2007.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, 9a edição, Campinas, SP: Pontes Editora, 2010.

PAIVA, Maria da Conceição de. & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (orgs), *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. Rio de Janeiro: Ática, 1986.

PRINCE, E. “Subjects, definiteness and information status”. In: W.MANN & THOMPSON,S (eds) *Discourse description. Diverse linguistic analysis of as Fund-raising letter*. Amsterdam, J.Benjamins, 1992.

PRINCE, E. “Toward a taxonomy of given-new information”. In: COLE, P. (ed.) *Radical Pragmatics*. New York, Academic Press. Antrop.13: 97-113, Berkeley. 1981.

SCHNEUWLY, Bernard & DOLZ, Joaquim, “Os gêneros escolares, Das práticas de linguagem aos objetos de ensino”, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Genebra, Tradução de Glaís Sales Cordeiro, publicado originalmente sob o título “Les genres scolaires: des pratiques langagières aux objets d’enseignement” em *Repères*, nº 15, 1997.

SCHNEUWLY, Bernard, “Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas”, in tradução e organização ROJO, R.; CORDEIRO, G. S., *Gêneros orais e escritos na escola*, Campinas: Mercado das Letras, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TAYLOR, J. *Linguistic Categorization*. Oxford University Press, 3a. ed., 2003.

TAYLOR, J.R. *Cognitive Grammar*, Oxford Linguistics, 2002.

TERROU, F. e ALBERT, P. História da Imprensa. São Paulo: Martins Fontes. 1990 (original em francês de 1970, tradução de Edison Darci Heldt)

TOMASELLO, Michael, *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*, Harvard University Press: 2005.

TRAUGOTT e TROUSDALE, *Constructionalization and Constructional Changes*, Oxford Studies in Diachronic and Historical Linguistics, Oxford University Press, 2013.

TRAUGOTT, E. C. “(Inter)subjectivity and (inter) subjectification: a reassessment”. In: DAVIDSE, Kristin *et al.* (org), *Subjectification, intersubjectification and grammaticalisation*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 29-74, 2010.

TRAUGOTT, E. C. “From subjectification to intersubjectification”. In: HICKEY, R. (ed) *Motives for language change*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 124-142, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B.. *The framework*. In TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B.. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. e TROUSDALE, G. “Gradience, gradualness and grammaticalization: How do they intersect?”, In: *Typological Studies In*

*Language*, 90; New Reflections in grammaticalization Workshop, 4<sup>th</sup>, John Benjamins p. 19-44, 2010.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



**More  
Books!** 



**yes**  
**I want morebooks!**

Buy your books fast and straightforward online - at one of the world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at  
**[www.get-morebooks.com](http://www.get-morebooks.com)**

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em  
**[www.morebooks.es](http://www.morebooks.es)**

OmniScriptum Marketing DEU GmbH  
Heinrich-Böcking-Str. 6-8  
D - 66121 Saarbrücken  
Telefax: +49 681 93 81 567-9

[info@omniscrptum.com](mailto:info@omniscrptum.com)  
[www.omniscrptum.com](http://www.omniscrptum.com)

OMNIScriptum 





